

COP17

05/04/2011

Nações reunidas em Bangcoc tentam chegar a consenso sobre clima

A secretária executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Christiana Figueres, pediu nesta segunda-feira (4) aos 200 países reunidos em Bangcoc que mantenham o espírito de compromisso e flexibilidade conquistado em Cancún para que obtenham um consenso antes da cúpula de Durban (África do Sul).

“Se avançamos com esse mesmo espírito de compromisso e flexibilidade, acredito que alcançaremos novos avanços significativos em 2011”, afirmou a costarriquenha na segunda jornada da conferência que se prolongará durante toda a semana.

Ela ressaltou que o primeiro desafio é pactuar as medidas de redução de emissões de gases poluentes que impedirão que a temperatura da Terra suba acima de 2 graus centígrados sobre os níveis pré-industriais.

A segunda meta é deixar pronto o grupo que supervisionará a distribuição de US\$ 100 bilhões para ajudar as nações mais pobres a reduzir o efeito estufa.

Neste sentido, a funcionária das Nações Unidas destacou em declarações à Agência Efe que a América Latina tem pendente escolher seus representantes perante o comitê de transição do chamado Fundo Verde.

“Temos toda a confiança de que a região será capaz de decidi-lo antes do final da semana”, disse.

Christiana também pediu aos países latino-americanos que definam suas políticas nacionais contra a mudança climática para combater o fenômeno de maneira mais eficaz.

“A América Latina sempre tem a responsabilidade de identificar quais são as oportunidades de redução que tem cada um dos países, assim como as necessidades de adaptação”, assegurou a máxima responsável da reunião em Bangcoc.

Neste segundo dia de conferência, México e Peru analisaram fórmulas para lutar contra o aquecimento global em grupos de trabalho informais.

O negociador-chefe mexicano, Juan Mata Sandoval, apostou em alcançar um pacto mundial para combater o aquecimento global que distinga os compromissos dos países industrializados das necessidades das economias emergentes.

“Viemos a Bangcoc para ajudar a comunidade internacional a levar adiante os acordos de Cancún”, afirmou Sandoval, diretor-geral de políticas de mudança climática da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Naturais do México.

Ele afirmou que seu país está particularmente interessado nas chamadas Ações Nacionais de Mitigação Apropriadas (NAMAs).

O México também pretende reduzir até 2020 suas emissões de gases poluentes em 30% em comparação com os níveis de 1990.

Por sua vez, o Peru afirmou que contribuirá “na medida do possível” e que procura uma colaboração “aberta, franca e transparente” com o resto da comunidade internacional para que se conquistem benefícios para o planeta.

O líder da delegação peruana, Eduardo Durand, ressaltou que o mundo necessita reduzir emissões poluentes “de uma maneira muito ambiciosa” e muito rápida.

“Achamos que, na medida em que esta redução de gases do efeito estufa seja importante e de peso, teremos que investir menos no futuro na adaptação” ao fenômeno, disse Durand, diretor-geral de mudança climática, desertificação e recursos hídricos do Ministério do Meio Ambiente.

Ele ressaltou que o Peru é um território “altamente vulnerável” ao aquecimento global.

“Se a temperatura média da Terra continuar aumentando por causa destas emissões, os países vulneráveis, com poucos recursos e pouco preparados para enfrentar estes desastres, podem sofrer muito”, alertou.

Representantes de quase 200 nações participam do encontro de Bangcoc na busca de políticas comuns contra a mudança climática, a primeira de duas reuniões preparatórias antes da cúpula de novembro em Durban.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/05/68388-nacoes-reunidas-em-bangcoc-tentam-chegar-a-consenso-sobre-clima.html>

05/04/2011

Franceses detectam destruição recorde de ozônio no polo Norte

A camada de ozônio no polo Norte sofre um nível sem precedentes de destruição por causa de excepcionais condições meteorológicas, informa nesta segunda-feira o CNRS (Centro Nacional de Pesquisas Científicas francês).

No final de março, a redução da camada que protege a Terra dos raios ultravioleta foi de 40%. O comunicado do CNRS diz ainda que registrou, em uma “zona extensa”, um fenômeno nunca antes observado.

O motivo da degradação se encontra em “um inverno estratosférico muito frio e persistente” que resultou em uma “grande e prolongada” destruição de ozônio até a primavera”.

Inverno Extremo – A destruição da camada de ozônio está ligada à presença na atmosfera de diversos gases, emitidos pelos aerossóis.

A 80 graus abaixo de zero, esses gases se tornam nocivos para o ozônio, um fenômeno “recorrente” na Antártida, onde as temperaturas são “extremamente baixas” no inverno, mas menos comum no polo Norte, onde a temperatura é mais elevada e as condições meteorológicas mais variáveis.

“Nem sempre se reúnem as circunstâncias para que se produza uma grande diminuição do ozônio” nessa região, indica o CNRS, que assinala que “as condições meteorológicas extremas são responsáveis pelo recorde alcançado” neste ano.

Os cientistas franceses tratam agora de determinar o impacto que este fenômeno terá quando as massas de ar se deslocarem, decorrente do aumento da temperatura durante a primavera.

Os produtos de aerossóis, que emitem gases ricos em cloros e bromo, permanecem durante anos na atmosfera, por isso que os cientistas franceses não descartam que uma destruição da camada de ozônio similar à deste ano se repita se ocorrer novamente invernos excepcionalmente frios.

Segundo o último relatório de avaliação da camada de ozônio, este gás não recuperará seu nível de 1980 até o período 2045-2060 no polo Sul e uma ou duas décadas antes no Norte.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/05/68375-franceses-detectam-destruicao-recorde-de-ozonio-no-polo-norte.html>

05/04/2011

Plano brasileiro para cortar emissão de gás-estufa está parado

O Brasil ainda não gastou nenhum centavo de um plano de R\$ 2 bilhões lançado em junho de 2010 para incentivar a redução de emissões de CO₂ na agricultura.

Batizado de ABC (Agricultura de Baixo Carbono), o programa do Ministério da Agricultura é considerado uma das maiores inovações da política brasileira de mudanças climáticas.

Ele visa a recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e expandir o plantio direto (que não revolve o solo) dos atuais 25 milhões para 33 milhões de hectares, entre outras atividades. Há ainda uma linha de crédito para florestas comerciais de pinus e eucalipto.

Isso permitiria ao setor agropecuário – um dos que mais aumentaram suas emissões nos últimos 15 anos – expandir a produção e a produtividade, poupando a emissão de 156 milhões de toneladas de CO₂ até 2020.

O corte de emissões na agricultura é peça-chave para o Brasil cumprir a meta de reduzir em 36,8% a 38,9% suas emissões em 2020 em relação ao que seria emitido se nada fosse feito.

Dinheiro parado – O ABC tem os juros mais baratos do crédito agrícola brasileiro: 5,5% ao ano, com prazo de pagamento de 12 anos. O dinheiro está disponível desde setembro do ano passado no BNDES e no Banco do Brasil, mas até agora não foi utilizado.

“Não saiu dinheiro algum. Não conheço nenhum agricultor que tenha tomado o recurso”, desabafou Derli Dossa, assessor do Ministério da Agricultura e coordenador do programa, durante uma reunião do Fundo Clima (Fundo Brasileiro sobre Mudança do Clima), há duas semanas, em Brasília.

O BNDES, por meio da assessoria de imprensa, confirmou à Folha que não houve “nenhuma operação” com a verba do ABC – ou seja, os R\$ 1 bilhão estão parados.

Segundo o BNDES, os recursos são repassados aos bancos que operam o crédito rural à medida em que são solicitados. Até agora não houve nenhum pedido.

O Banco do Brasil, principal financiador da agricultura e responsável pela liberação de mais R\$ 1 bilhão, disse que “ainda está recebendo propostas” e só terá um balanço em dois meses.

Segundo Dossa, uma provável causa do desinteresse dos agricultores é o desconhecimento das linhas de crédito. “Ainda não houve muita divulgação”, afirmou.

Falta divulgação – O ministério atribui a falta de divulgação ao período eleitoral, quando o governo é proibido por lei de contratar campanhas publicitárias.

Para o ministério, outro entrave seriam as regras excessivamente rígidas dos bancos para liberar o dinheiro, e o fato de o BB ter condicionado o financiamento à liberação prévia de 50% da parcela do BNDES.

O secretário nacional de Mudança Climática, Eduardo Assad, mentor do ABC, reconhece o problema. “Precisamos superar essa burocracia”, disse.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/05/68377-plano-brasileiro-para-cortar-emissao-de-gas-estufa-esta-parado.html>

05/04/2011

Crise nuclear do Japão lança dúvida sobre meta de emissão de CO2

A crise de segurança nuclear no Japão começou a suscitar dúvidas quanto à promessa do país de fazer reduções importantes em suas emissões de carbono até o fim da década, uma vez que as reduções propostas dependem fortemente dos planos de aumentar a geração de energia nuclear.

Embora Tóquio não tenha dito explicitamente que considera a hipótese de recuar em relação a sua meta para 2020 de reduzir as emissões de gases estufa em 25 por cento em relação a 1990, a desativação de pelo menos quatro reatores da usina danificada de Fukushima Daiichi e a incerteza pública em relação à construção de novos reatores podem obrigar o país a aumentar sua dependência de combustíveis fósseis para além do que havia sido previsto.

Os primeiros indícios de uma possível revisão das metas de redução de carbono de Tóquio emergiram em declarações de burocratas e políticos nos últimos dias.

‘É verdade que nossa meta de redução será afetada significativamente’, disse o vice-ministro do Meio Ambiente, Hideki Mihamikawa, a jornalistas em Bancoc no domingo, segundo o jornal Yomiuri.

Autoridades do governista Partido Democrático do Japão foram mais cautelosas, mas não excluíram a possibilidade de uma revisão da política nuclear atual e da meta de emissões para 2020.

‘Ainda não decidimos se vamos rever a meta e não estamos em um estágio em que possamos tomar essa decisão’, disse na segunda-feira o secretário-chefe do gabinete, Yukio Edano, o número 2 do governo do Japão.

Edano disse que o governo ainda precisa entender o impacto global da crise nuclear sobre uma série de setores econômicos e políticas, entre elas a das mudanças climáticas.

O secretário-geral do partido, Katsudya Okada, disse em coletiva de imprensa separada nesta segunda que pode ser necessário rever a meta para 2020, em função da forte dependência do Japão sobre a energia nuclear, mas que o governo não deve chegar a conclusões apressadas no momento em que ainda enfrenta uma emergência.

Mais nove reatores – Os cenários previstos pelo Ministério do Meio Ambiente para conseguir a redução de 25 por cento nas emissões de carbono são todos baseados em um plano do governo para acrescentar outros nove reatores nucleares comerciais até 2010, além dos 54 hoje em operação.

Mais de três semanas após um terremoto e tsunami devastadores no nordeste do Japão terem derrubado as fontes de eletricidade e os sistemas de

resfriamento da usina nuclear de Fukushima Daiichi, pertencente à empresa Tepco, engenheiros continuam a trabalhar para resfriar os reatores e os tanques de combustível gasto e para conter vazamentos de radiação.

Os danos decorrentes do terremoto e tsunami e os altos níveis de radiação levaram ao fechamento do complexo inteiro de Fukushima, cujas duas usinas e dez reatores são responsáveis por um quinto da capacidade nuclear total do país.

Várias das dez produtoras de energia nuclear do Japão adiaram o reinício de operações de reatores parados para manutenção, para implementarem medidas adicionais de curto prazo para reforçar a segurança dos reatores.

Algumas das empresas também suspenderam temporariamente a construção de novos reatores, mas não houve alteração formal de planos, enquanto altos funcionários do governo vêm falando de uma revisão da política energética que pode incluir a promoção de fontes de energia renováveis.

Neste momento a meta de carbono para 2020 do Japão está estreitamente ligada a sua política energética pós-Fukushima, e nada ficará claro até que o governo, as empresas de energia e o público decidirem sobre o futuro da energia nuclear, disse Akihiro Sawa, membro executivo sênior do Instituto de Políticas Públicas do Século 21.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/05/68356-crise-nuclear-do-japao-lanca-duvida-sobre-meta-de-emissao-de-co2.html>

06/04/2011

Plano de R\$ 2 bilhões para cortar emissões da agricultura está estagnado

por redação EcoD

Agricultura é setor-chave para o Brasil reduzir as emissões de gases-estufa. Nenhum centavo, de um total de R\$ 2 bilhões, foi gasto até o momento em relação ao programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), iniciativa do Ministério da Agricultura considerada fundamental para reduzir as emissões de gases-estufa do setor no Brasil, segundo denunciou na segunda-feira, 4 de abril, o jornal Folha de S.Paulo.

O plano busca, entre outros objetivos, recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e expandir o plantio direto (que não revolve o solo) dos atuais 25 milhões para 33 milhões de hectares, além de disponibilizar uma linha de crédito para florestas comerciais de eucalipto e pinus.

Segundo o jornal, tais medidas permitiriam ao setor agropecuário expandir a produção e a produtividade, o que pouparia a emissão de 156 milhões de toneladas de CO₂ até 2020. A agricultura é um dos segmentos que mais aumentaram as emissões no Brasil nos últimos 15 anos – o governo tem a área como chave no sentido de cumprir o compromisso voluntário de reduzir os gases-estufa nacionais em 36,8% a 38,9% até 2020, em relação ao que seria emitido se nada fosse feito.

Os recursos do ABC estão disponíveis desde setembro de 2010 no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social) e no Banco do Brasil, mas até agora não foi utilizado, embora tenha os juros mais baratos do crédito agrícola brasileiro: 5,5% ao ano, com prazo de pagamento de 12 anos.

“Não saiu dinheiro algum. Não conheço nenhum agricultor que tenha tomado o recurso”, desabafou à Folha Derli Dossa, assessor do Ministério da Agricultura e coordenador do programa, durante uma reunião do Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (Fundo [Clima](#)), há duas semanas, em Brasília.

O BNDES, por meio da assessoria de imprensa, confirmou que não houve “nenhuma operação” com a verba do ABC. Segundo o banco estatal, os recursos são repassados aos bancos que operam o crédito rural à medida em que são solicitados, mas até agora não houve nenhum pedido.

O Banco do Brasil, principal financiador da agricultura e responsável pela liberação de mais R\$ 1 bilhão, informou que “ainda está recebendo propostas” e só terá um balanço em dois meses.

Falta de divulgação

De acordo com Dossa, uma provável causa do desinteresse dos agricultores é o desconhecimento das linhas de crédito. “Ainda não houve muita divulgação”, afirmou. O Ministério da Agricultura atribui a falta de divulgação ao período

eleitoral, quando o governo é proibido por lei de contratar campanhas publicitárias.

No entendimento da pasta, outro entrave seriam as regras excessivamente rígidas dos bancos para liberar o dinheiro, e o fato de o Banco do Brasil ter condicionado o financiamento à liberação prévia de 50% da parcela do BNDES.

O secretário nacional de Mudanças Climáticas, Eduardo Assad, mentor do ABC, reconheceu o problema. “Precisamos superar essa burocracia.”

**Publicado originalmente no site [EcoD](#).*

Fonte: <http://envolverde.com.br/noticias/plano-de-r-2-bilhoes-para-cortar-emissoes-da-agricultura-esta-estagnado/>

06/04/2011

Nova tentativa de enterrar o Protocolo de Kyoto

por Marwaan Macan-Markar, da IPS

Bangcoc, Tailândia, 6/4/2011 – Faltando sete meses para a cúpula sobre mudança climática na África do Sul, as organizações ecologistas fazem soar o alarme sobre o futuro do Protocolo de Kyoto, único tratado mundial que obriga as nações industrializadas a reduzirem sua contaminação por gases-estufa. “Torna-se urgente falar sobre o Protocolo de Kyoto”, disse à IPS a conselheira política da Amigos da Terra Internacional, Meena Raman. “Os Estados-membros estão obrigados a negociar um segundo período de compromissos”, pois o atual termina no próximo ano.

Nas reuniões que acontecem entre 3 e 8 deste mês em Bangcoc, é sentida a falta de interesse do mundo desenvolvido em sentar para conversar sobre mais reduções de seus gases-estufa, considerados responsáveis pelo aquecimento da atmosfera. O encontro é o primeiro de três organizados este ano pela Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática antes da 17ª Conferência das Partes (COP 17) que acontecerá na cidade sul-africana de Durban, no final de novembro.

Desde a COP 16, realizada no balneário mexicano de Cancún em dezembro, os negociadores dos países ricos estão “evitando suas responsabilidades”, enquanto o relógio corre para o prazo previsto pelo Protocolo, disse Raman. “Isso é evidente aqui em Bangcoc, e há risco de o documento se desfazer. Este é o lado escandaloso das negociações. Tenta-se substituir um acordo internacional obrigatório por um compromisso voluntário e um sistema de revisão concebido pelo mundo desenvolvido”, acrescentou.

O Protocolo de Kyoto foi assinado em 1997, na cidade japonesa de mesmo nome, e entrou em vigor em 2005. É considerado uma peça fundamental da arquitetura da Convenção sobre Mudança Climática. Seu primeiro período de compromissos obriga 37 nações industrializadas mais a União Europeia a reduzirem seus gases-estufa em 5,2%, em relação aos volumes de 1990, até 2012.

Os especialistas acreditam que Durban será uma instância capital para determinar uma segunda e mais profunda fase do Protocolo. Esta pressão surge dos sucessivos fracassos de Cancún (2010) e Copenhague (2009). Por isso, a secretária-executiva da Convenção, Christiana Figueres, se referiu à perigosa “brecha” que poderia ser aberta no direito internacional ambiental se não forem adotados novos compromissos antes que o prazo vença.

“Os governos devem resolver questões fundamentais sobre Kyoto”, disse Figueres aos jornalistas no dia 4. “O primeiro período expira em 2012 e parece muito difícil evitar a brecha”. Os governos “devem definir como enfrentarão este problema e como avançarão coletivamente. Resolver isto permitirá criar uma base mais firme para a ambição comum de reduzir as emissões”, afirmou.

Japão, Rússia e Canadá não querem ouvir nada disso. Seus governos se negaram a uma nova fase de obrigações antes da chegada à capital da Tailândia dos representantes de quase 190 países. Os Estados Unidos, primeiro emissor de gases-estufa por habitante, continua sendo um obstáculo. Além de se negar a ratificar o Protocolo de Kyoto, o delegado norte-americano, Jonathan Pershing, disse que Washington se opõe a qualquer estrutura hierárquica de regras “que alguém mais estabeleceu”.

A ciência diz que a humanidade deve reduzir as emissões climáticas em 40% até 2020 e em 95% até 2050 para garantir que o aumento da temperatura global não passe dos dois graus Celsius, em relação à média na era pré-industrial. Do contrário, o [clima](#) do planeta poderá sofrer mudanças catastróficas. Na verdade, as reduções dos países europeus no contexto do Protocolo de Kyoto não são nem mesmo um começo, alertou o coordenador de Política Climática do Greenpeace Internacional, Tove Ryding. “Não se viu uma mudança fundamental, não existe uma revolução energética”, afirmou.

O êxito da Europa em reduzir sua contaminação climática em 5% até 2012 “se deve, antes de tudo, à crise financeira e econômica mundial (de 2008), que diminuiu a produção e, portanto, as emissões”, disse Ryding à IPS. “Os países europeus também aproveitaram os créditos de carbono, comercializados no mercado, em lugar de reduzirem realmente suas emissões e tornar suas economias mais verdes”, acrescentou.

Uma tentativa do mundo rico de dar definitivamente as costas ao Protocolo de Kyoto depois de 2012 despertará uma dura reação do mundo em desenvolvimento, alertou Tim Gore, consultor sobre mudança climática da organização humanitária Oxfam. “Haveria implicações legais que afetariam a política externa dessas nações ricas”, afirmou.

Fonte: <http://envolverde.com.br/noticias/nova-tentativa-de-enterrar-o-protocolo-de-kyoto-2/>

06/04/2011

Divergências sobre Kyoto ameaçam avanços em negociações de clima

Os países mais pobres intensificaram a pressão sobre países ricos nas negociações climáticas da ONU nesta terça-feira (5), exigindo que o principal tratado climático do mundo seja prorrogado a partir de 2013 e que os países industrializados elevem seus compromissos de redução das emissões de carbono.

Se o tratado não for prorrogado, corre-se o risco de jogar por terra as negociações prolongadas e frequentemente tensas sobre maneiras de reduzir as emissões de gases estufa, que aquecem o planeta, e evitar extremos climáticos crescentes e a elevação do nível dos mares.

As negociações em Bangcoc começaram formalmente na terça-feira e representam a primeira sessão importante desde a de dezembro passado em Cancún, que terminou com uma série de acordos para a criação de um fundo climático de 100 bilhões de dólares e outras medidas, como um esquema para transferir tecnologia limpa a países mais pobres.

Mas a conferência de Cancún adiou a questão mais complexa do destino do Protocolo de Kyoto, pelo qual quase 40 países industrializados se comprometeram com metas de emissões durante sua primeira fase, 2008-2012.

A reunião de Bangcoc, entre 3 e 8 de abril, tem por objetivo principal ampliar os entendimentos alcançados em Kyoto, mas exatamente as discussões sobre o futuro do Protocolo de Kyoto correm o risco de prejudicar os avanços.

“É essencial encontrar uma maneira de avançar nesta questão, que é especialmente premente em vista da possibilidade crescente de uma brecha após 2012”, disse aos delegados presentes a chefe climática da ONU, Christiana Figueres.

O minúsculo Estado-ilha de Tuvalu, no Pacífico, que corre o risco de ser submerso pela elevação do oceano, exortou a conferência a focar unicamente o futuro do Protocolo de Kyoto, acordado em 1997.

“Estamos preocupados porque estamos andando em círculos, sem fazer progressos. Estamos preocupados porque não temos garantias de que haverá um Protocolo de Kyoto ao término deste ano,” disse o delegado de Tuvalu, Ian Fry, na conferência.

Ele exortou os países que não apoiam a prorrogação de Kyoto a deixar o recinto, arrancando aplausos.

Japão, Canadá e Rússia dizem que são contra a prorrogação do pacto a partir de 2013, dizendo que todas as principais nações emissoras devem ser

incluídas em um novo e mais amplo acordo legalmente compulsório. Isso inclui os Estados Unidos, que nunca ratificaram o Protocolo de Kyoto e dizem que nunca o farão.

Os países em desenvolvimento dizem que Kyoto é o único instrumento legalmente compulsório e que os países ricos precisam reforçar suas promessas de ajudar o mundo a permanecer abaixo de uma elevação média de 2 Celsius, promessa acordada pelos países em Cancun.

Sob o tratado de Kyoto, os países em desenvolvimento só precisam tomar medidas voluntárias para frear o aumento das emissões industriais. Eles se opõem com firmeza a comprometer-se com metas e dizem que precisam deixar suas economias crescer, para poderem arrancar milhões de pessoas da pobreza.

A impaciência está crescendo durante as discussões, que começaram no domingo com uma série de workshops informais, com os países mais pobres apontando para o impacto crescente das mudanças climáticas, como tempestades, secas e safras arruinadas.

A conferência de Cancún adiou a decisão sobre Kyoto para uma conferência grande marcada para o final deste ano em Durban, África do Sul. Mas a ONU teme que nessa conferência não seja tomada nenhuma decisão sobre a forma a ser assumida por um novo pacto, o que quase certamente levaria a um intervalo de tempo entre o final da primeira fase de Kyoto, no fim de 2012, e qualquer pacto futuro que venha a ser acordado.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/06/68421-divergencias-sobre-kyoto-ameacam-avancos-em-negociacoes-de-clima.html>

07/04/2011

Acordo climático fechado em Cancún corre risco de retrocesso

As discussões sobre a agenda que travou as negociações climáticas da ONU em Bangcoc esta semana mostram que alguns países estão tentando retroceder em relação aos acordos conquistados a duras penas em dezembro passado, disse a Rússia nesta quarta-feira (6).

O acordo fechado em Cancún em dezembro previu a criação de um Fundo Climático Verde para administrar 100 bilhões de dólares anuais em assistência a países pobres até 2020 e a limitação da alta na temperatura média mundial a menos de 2 graus Celsius em relação à época pré-industrial.

O pacto também conquistou um consenso em relação a medidas para proteger as florestas tropicais e um quadro de medidas para ajudar os países mais pobres a se adaptarem à elevação do nível dos mares e a maiores extremos climáticos, em uma série de acordos que foram vistos como salvadores das difíceis negociações climáticas da ONU.

Mas as discussões de 3 a 8 de abril em Bangcoc, a primeira grande conferência climática mundial desde Cancún, na qual se pretendia acordar um plano que levasse o trabalho adiante, partindo dos acordos de dezembro, estão atoladas em função de uma disputa sobre uma agenda apresentada pelo grupo G77 mais a China, composto de 131 membros.

Os países ricos dizem que a agenda não reflete todos os acordos fechados em Cancún e que faz pressão pela resolução até o final do ano das mais importantes questões que ficaram em aberto, em lugar de tentar estudar os problemas passo a passo, como foi acordado em Cancún.

“As esperanças e expectativas eram que, depois de Cancún, iniciaríamos um trabalho mais focado de avançar a partir do resultado de Cancún”, disse Oleg Shamanov, chefe da delegação russa.

Shamanov disse que a ideia era discutir os elementos específicos das decisões formais a serem tomadas na conferência climática principal do fim do ano em Durban, na África do Sul.

“Em lugar disso, estamos agora atolados em discussões puramente de procedimentos, sobre a agenda, coisa que poderia ter sido evitada.”

“Isso me decepciona profundamente, já que estamos retrocedendo em relação à dinâmica que alcançamos em Cancún”, disse ele em entrevista à Reuters.

O encontro em Cancún deixou sem resolver questões mais difíceis como o destino do Protocolo de Kyoto — a arma principal da ONU na luta contra as mudanças climáticas. Os países pobres querem que o destino de Kyoto seja resolvido em Durban.

A primeira fase de Kyoto, 2008-2012, obriga quase 40 países ricos a respeitar metas de emissões. Mas ainda não há em vista nenhum pacto sucessor que amplie ou substitua o de Kyoto, e os países ricos e pobres estão profundamente divididos quanto à forma que qualquer pacto novo deve ter.

Os países mais pobres querem que Kyoto continue como o acordo principal. Pelos termos do pacto, os países em desenvolvimento são obrigados a tomar medidas voluntárias para limitar suas emissões.

“Minha avaliação é que algumas partes estão um pouco assustadas com o que foi acordado em Cancún, temendo que os compromissos assumidos sejam de alcance demasiado longo, e que estejam querendo assumir uma posição de cautela”, disse Shamanov, acrescentando que a Rússia está ansiosa para ver as negociações avançar.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/07/68460-acordo-climatico-fechado-em-cancun-corre-risco-de-retrocesso.html>

08/04/2011

Divergências travam negociações do clima em Bangcoc

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil

Agenda proposta pelo G77 mais a China cria desentendimento e países debatem qual seria o papel dessa primeira rodada climática das Nações Unidas de 2011, que até agora não conseguiu avançar com relação aos Acordos de Cancún.

Os conflitos entre os representantes dos mais de 200 países reunidos na Tailândia podem ser grandes demais para que em apenas uma semana seja possível alcançar algum avanço, por menor que seja, com relação às propostas da Conferência do **Clima** (COP 16), realizada no final do ano passado em Cancún.

“Até agora não conseguimos nada aqui”, resumiu Sven Harmeling, da ONG Germanwatch.

Já era esperada muita dificuldade para debater temas como o futuro do Protocolo de Quioto e a consolidação das medidas anunciadas na COP 16, porém o clima está tão tenso em Bangcoc que até mesmo o que será o foco da discussão se torna um problema.

O grupo formado pelo G77 mais a China apresentou uma agenda com elementos que foram deixados de fora em Cancún e que precisam ser totalmente analisados e debatidos. Porém, os demais países afirmam que a atual rodada de negociações deveria ser utilizada para confirmar e detalhar os compromissos já formulados na COP 16.

“A esperança era de que aqui teríamos um debate mais focado e objetivo, construído sobre as bases da COP 16 e não termos que abrir de novo todo um leque de opções”, explicou à Reuters Oleg Shamanov, chefe da delegação russa.

Segundo Shamanov, Bangcoc serviria para traçar os contornos dos Acordos de Cancún e assim facilitar a construção de um tratado global na próxima COP, na África do Sul, no final de novembro.

“Ao invés disso estamos agora paralisados em questões puramente processuais de agenda que poderiam ter sido evitadas. Está sendo uma grande decepção este evento e estamos retrocedendo com relação ao que já havíamos conquistado”, afirmou o russo.

Estados Unidos

Quem também não está nada feliz é a delegação norte-americana, que engrossou o discurso e agora só aceita um acordo global para emissões se

todos os países participarem, sem a distinção entre ricos e em desenvolvimento.

“Muitas nações, inclusive algumas das maiores do planeta, continuam querendo manter uma divisão que não existe na realidade. Isso é injustificável e incompatível com o problema climático atual. Não nos submeteremos a um novo acordo que seja feito baseado nessa distorção”, afirmou Todd Stern, chefe da delegação dos Estados Unidos.

A divisão entre países ricos e pobres aparece com bastante força no Protocolo de Quioto, que obriga apenas os países industrializados a cortarem suas emissões. Justamente por essa razão que os Estados Unidos nunca assinaram o Protocolo. Já para o Japão, Rússia e Canadá, Quioto não tem mais utilidade, porque deixa de fora os dois mais emissores do planeta, China e EUA.

Para Stern, a participação da China deveria ser obrigatória em qualquer futuro acordo. “Não podemos tratar a China como se fosse o Chade. Ela é hoje a segunda maior economia do mundo”, declarou.

A delegação dos Estados Unidos está pedindo a formalização de metas domésticas de cada país, seja ele rico ou em desenvolvimento. Depois desse passo é que seria formulado algum tipo de acordo global.

“Nós não somos contra compromissos de cortes de emissões, mas acreditamos que eles devem ser para todos os países que contribuem significativamente para as mudanças climáticas”, concluiu Stern.

Diante de todo esse imbróglio e levando em conta que já estamos no penúltimo dia da rodada de Bangcoc, parece claro que não haverá o que se comemorar no fim de semana.

*Publicado originalmente no site do Instituto [CarbonoBrasil](#).

Fonte: <http://envolverde.com.br/noticias/divergencias-travam-negociacoes-do-clima-em-bangcoc/>

08/04/2011

América Latina está dividida em reunião da ONU sobre clima

A América Latina está dividida na reunião sobre mudança climática que as Nações Unidas realizam em Bangcoc, onde aumenta a percepção de que não se conseguirá um compromisso para substituir o atual Protocolo de Kyoto.

“A divisão dos países latino-americanos nesta reunião reflete as diferenças ideológicas do continente em política internacional”, avaliou à Agência Efe o chefe da delegação peruana, Eduardo Durand.

Desde o início da semana, delegados de quase 200 países estão negociando em Bangcoc temas como a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa e a cooperação internacional para transferência de tecnologia.

“O único ponto em que concordamos é nossa vulnerabilidade diante do aquecimento global”, afirmou Durand, que se mostrou favorável a participar de um esforço global para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Em sua opinião, Chile, Uruguai, Colômbia, Guatemala e Costa Rica coincidem em sua estratégia nas negociações, enquanto outros países se agrupam em torno da Aliança Bolivariana para os Povos da América (Alba) formada por Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas.

A Alba, que se opõe politicamente aos Estados Unidos, considera uma “armadilha” a compra de bônus de emissões de dióxido de carbono (CO₂) dos países industrializados às nações em vias de desenvolvimento.

“Não vamos permitir que os países desenvolvidos continuem disfarçando a realidade, aproveitando os mercados de carbono que compram dos pobres”, indicou a chefe da delegação venezuelana e porta-voz da Alba na reunião de Bangcoc, Claudia Salerno. “Os países desenvolvidos são os responsáveis históricos do aquecimento global”, acrescentou.

O Brasil tem peso próprio nas negociações da ONU e suas propostas influem em toda a região, enquanto a Argentina mantém posições que em algumas ocasiões se aproximam da ideologia da Alba.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/08/68508-america-latina-esta-dividida-em-reuniao-da-onu-sobre-clima.html>

09/04/2011

Reunião da ONU sobre o clima termina com poucos avanços

A conferência das Nações Unidas sobre mudança climática chega ao fim nesta sexta-feira (8) em Bangcoc (Tailândia) sem garantias de que neste ano será fechado um acordo para prolongar o período de vigência do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012.

A Nova Zelândia e o Japão, país no qual foi firmado o primeiro pacto global para combater o aquecimento da atmosfera por causa da emissão de gases, comunicaram formalmente que não assinarão um período de ampliação do Protocolo de Kyoto. Essa mesma posição poderá ser adotada por Canadá, Rússia e Austrália.

Este grupo de países prefere estabelecer uma agenda própria de compromissos de corte de emissões que não esteja ligada a um pacto internacional.

“Francamente, a recusa do Japão e de outros países a assinar um segundo período de vigência do Protocolo não representa uma ajuda”, disse Dessima Williams, embaixadora de Granada e representante da Aliança de Pequenos Estados Insulares, da qual fazem parte 43 ilhas e territórios do Caribe, Pacífico Meridional e Ásia.

De forma similar pronunciou-se a delegação da União Europeia (UE), que mantém sua postura prévia de considerar a opção de prolongar o período de vigência do Protocolo de Kyoto, adotado em dezembro de 1997 inicialmente por 35 países mais o bloco europeu da época.

“Sem eles será impossível atingir os objetivos”, afirmou em entrevista coletiva Artur Runge-Metzger, chefe da Comissão de Estratégia Internacional da UE, em alusão aos países que cogitam se separar do Protocolo de Kyoto.

A UE comprometeu-se a cortar suas emissões em 20% em 2020 e, se conseguir o apoio de outros países, subirá este percentual para 30%.

A secretária da convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, Christiana Figueres, disse que nenhum governo expressou até o momento sua oposição ao Protocolo, e explicou que “o que dizem é que não vão participar dele”.

Antes da cúpula sobre mudança climática que será realizada na cidade sul-africana de Durban, no final de ano, os países terão várias reuniões, incluindo uma em Bonn (Alemanha), em junho.

Fonte: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2011/04/09/68564-reuniao-da-onu-sobre-o-clima-termina-com-poucos-avancos.html>

11/04/2011

Bangcoc termina com consenso sobre agenda para 2011

Por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil

Apesar dos países terem concordado com o que será discutido nos próximos meses, a União Européia alerta que o ritmo das negociações está muito lento para que seja possível chegar a um acordo climático global ainda neste ano.

Ninguém duvida que seja realmente muito difícil fazer com que representantes de mais de 190 países, todos obrigados a defender os interesses de suas nações, cheguem a um consenso sobre qualquer assunto. Talvez isso justifique as comemorações ao final da reunião climática em Bangcoc, que terminou na última sexta-feira (8), por ter ao menos conseguido determinar o que será discutido na Alemanha em junho e na África do Sul em novembro.

Bangcoc começou com grandes expectativas, pois a Conferência do [Clima](#) de Cancún (COP 16) em dezembro do ano passado, que foi considerada um sucesso pela ONU, gerou um movimento na direção de compromissos concretos. Porém, mal começaram as negociações na Tailândia e a velha divergência entre países ricos e pobres voltou a aparecer.

A grande discussão ficou em torno do que deveria ser debatido, com o grupo formado pelo G77 mais a China querendo focar em elementos deixados de fora dos Acordos de Cancún e as nações ricas querendo detalhar os assuntos abordados na COP16.

Essa divisão só veio a ser solucionada no último dia do encontro, com todos os países concordando com uma agenda que define o calendário de discussões de 2011.

“Os representantes concordaram em uma agenda para trabalhar em direção a um acordo amplo e balanceado na próxima Conferência do Clima em Durban, na África do Sul”, afirmou Christiana Figueres, presidente da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O líder do grupo africano, Tosi Mpanu Mpanu, resumiu o sentimento geral em Bangcoc. “Graças a Deus alcançamos uma agenda. Mas é uma pena que tenhamos levado tanto tempo. O que isso significará para o resto do ano?”

Lentidão

Para a União Européia, os países devem se dar conta que é preciso se esforçar mais para evitar as piores consequências das mudanças climáticas. Opinião que é reforçada por organizações não governamentais.

“Nosso sentimento é de que as coisas estão avançando muito devagar, muito mais lentas do que a Europa gostaria. Com essa velocidade não conseguiremos alcançar o que precisamos ainda em 2011. Muito tempo é perdido discutindo procedimentos, quando deveríamos estar debatendo o que

é realmente urgente”, criticou Connie Hedegaard, comissária climática da União Européia.

“Novamente os delegados não conseguiram evoluir nos temas chave, incluindo o futuro do Protocolo de Quioto, porque as conversas passam muito tempo estagnadas”, reforçou Tasneem Essop, do WWF.

Já Figueres aponta que houve avanços com relação à Quioto e que, apesar da lentidão das negociações, os países se mostram interessados em resolver ainda neste ano o futuro do Protocolo.

“As discussões em Bangcoc não ficaram restritas apenas sobre o que deveria ser feito com o Protocolo de Quioto, mas também como deveria ser feito. É perceptível o desejo de que seja encontrada uma solução para o futuro do tratado ainda em 2011”, disse a presidente da UNFCCC.

Posicionamentos

Uma das utilidades da rodada de Bangcoc foi deixar claro o posicionamento de diversos países fundamentais para as negociações.

A delegação dos Estados Unidos afirmou que só aceita um acordo global para emissões se todos os países participarem, sem distinção entre ricos e em desenvolvimento. Além disso, os norte-americanos preferem que cada nação formalize suas metas domésticas para que só depois um tratado climático seja discutido.

A União Européia, apesar de ser a favor da extensão do Protocolo de Quioto, de certa forma está alinhada com os EUA, dizendo que todos devem participar. “Nós estamos considerando uma extensão de Quioto, mas queremos também sua expansão. Todos os países com emissões significativas deveriam ser sujeitos a ele ou a algum novo acordo climático”, afirmou o delegado europeu Artur Rungemetzger.

O Japão, que chegou a Bangcoc como a grande incógnita por causa dos desastres naturais seguidos da crise nuclear que assolam o país, manifestou sua intenção de ainda cumprir as metas estabelecidas por Quioto.

Porém, os japoneses não confirmaram se vão abandonar seu papel como um dos grandes financiadores do “Fundo Verde do Clima”, criado em Cancún com a promessa de liberar US\$ 100 bilhões anuais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Como o Japão precisará contrair empréstimos estrangeiros para a reconstrução de suas cidades, parece provável que o governo se veja forçado a não participar do Fundo.

Essa e muitas outras respostas devem começar a ser dadas no dia cinco de junho quando começa a próxima rodada de negociações climáticas em Bonn, na Alemanha. Será a última oportunidade para os países resolverem suas divergências antes da grande Conferência do Clima (COP 17) no final de novembro.

[Veja a agenda e outros documentos de Bangcoc.](#)

http://unfccc.int/meetings/intersessional/bangkok_11/conference_programme/items/5884.php)

Vídeo: Christiana Figueres fala sobre o Protocolo de Quioto no último dia da rodada de Bangcoc / UNFCCC

**Publicado originalmente no site do Instituto [CarbonoBrasil](#).*

Fonte: <http://envolverde.com.br/noticias/bangcoc-termina-com-consenso-sobre-agenda-para-2011/>

21/06/2011

Reunião de Bonn para preparar a COP17 em Durban fracassou

por Sérgio Abranches, do Ecopolítica

Todas as questões relevantes ficaram em suspenso ao final da reunião em Bonn, preparatória para a COP17 na África do Sul. O que as autoridades estão chamando, por obrigação protocolar, de “avanços” não passa de melhor definição de detalhes nos “grupos subsidiários” (subsidiary bodies). Esses, mesmos se adotados formalmente, não teriam muito valor na ausência de um bom acordo inclusivo sobre mudança climática, com claros mecanismos de obediência (compliance).



O fracasso em Bonn era previsível desde o início. Quem está focado apenas em questões setoriais, como Redd+ ou financiamento, pode eventualmente ter o que comemorar, mas nada disso será realmente instrumento efetivo para reduzir emissões e mitigar a ameaça da mudança climática, sem um novo acordo global. Pode atender a interesses de grupos e países, em busca de meios financeiros. Mas não é esse o objetivo da política climática global. Trocar os fins pelos meios é sempre um erro estratégico que tem consequências inevitavelmente muito danosas.

Já está claro que não existe a possibilidade de se ter um segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto, com metas e adesão participativa de todos os países desenvolvidos. O pior que pode acontecer é um Segundo Período de Compromissos irrelevante para a mitigação da mudança climática, apenas para constar, evitar descontinuidade a partir do fim da validade do primeiro período, ano que vem, e manter em vigor as regras para o MDL e o mercado de carbono europeu. Viraria um alibi para grandes emissores como Brasil, China e Índia adiarem ainda mais a adoção de um acordo que os inclua entre os países com obrigações compulsórias e que substitua o Protocolo de Quioto.

O Protocolo, no seu Primeiro Período de Compromissos teve resultados pífios. Sua utilidade praticamente se resumiu a permitir testar soluções via mercado

de carbono e uma função pedagógica para a diplomacia do clima. O mercado de carbono, como se vê por seu estado hoje e pela trajetória das emissões de gases estufa, não passou no teste.

Mas sinto um certo clima para aprovar um Segundo Período de Compromissos só para constar e por razões práticas, desvinculadas do verdadeiro objetivo – e único válido – que é a redução global das emissões de gases estufa.

Bonn ficou paralisada entre o Protocolo de Quioto e um novo acordo. Se abandonássemos de vez o Protocolo, que já se mostrou um instrumento inútil, seria muito melhor. Aumentaria dramaticamente a pressão por um novo acordo. Seria, talvez, possível, a formação de uma coalizão mais ampla a favor dele. Contaria, inclusive, com o apoio de poderosos agentes corporativos que precisam do mercado de carbono. O mercado de carbono passaria a precisar vitalmente de um novo acordo vinculante, com regras claras e que, por ser mais abrangente, permitiria ampliar seu escopo rumo a um mercado global.

** Para ouvir o comentário do autor na rádio CBN clique [aqui](#).*

*** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](#).*

Fonte: <http://envolverde.com.br/noticias/reuniao-de-bonn-para-preparar-a-cop17-em-durban-fracassou/>

02/08/2011 15h16 - Atualizado em 02/08/2011 15h17

ONU: Sem acordo climático, COP-17 será passo para nova negociação

**Expectativa é baixa para acordo sobre emissão de CO2, diz oficial.
Próxima conferência sobre o clima será em Durban, na África do Sul.**

Da Reuters

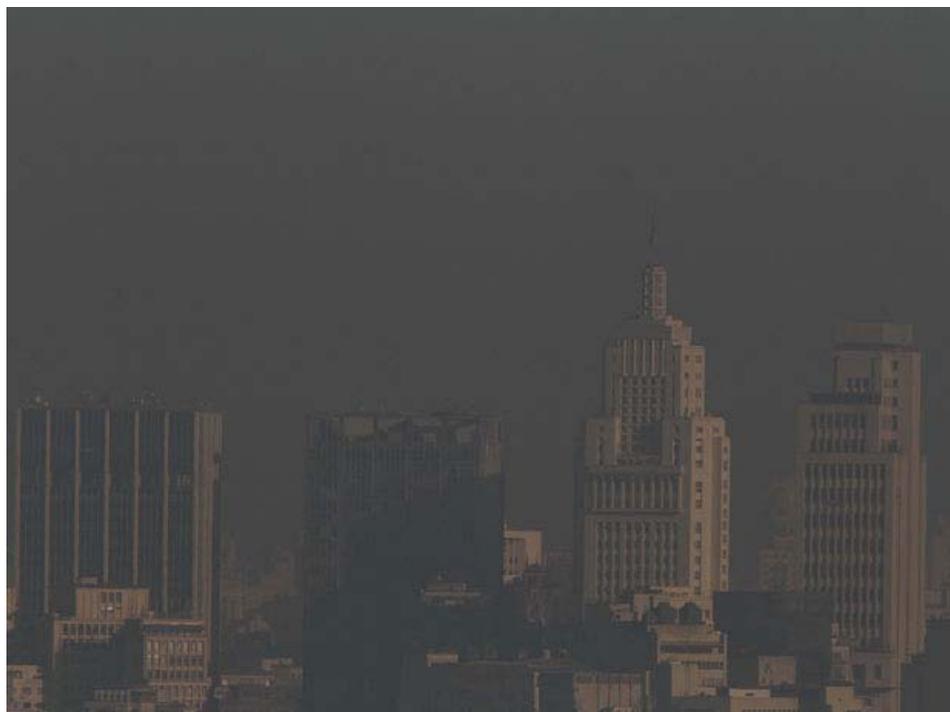
[imprimir](#)

As negociações climáticas que ocorrerão na África do Sul no fim deste ano podem não resultar em um novo pacto para reduzir as emissões de CO2, entretanto, será importante para determinar os esforços a longo prazo no combate às alterações climáticas, afirmou nesta terça-feira (2) um oficial da Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Adrian Macey, oficial sênior da ONU, o futuro do Protocolo de Kyoto é visto sob ameaça. O plano, que obriga 40 países industrializados a cortar as emissões de gases de efeito estufa até 2012 deve não ter mais a participação de países como Japão, Canadá e Rússia se os Estados Unidos continuarem a não aceitar o acordo. Para ele, a lacuna entre Kyoto e uma nova forma de reduzir as emissões é inevitável.

“É muito cedo para pensar no resultado de Durban (cidade sul-africana que abrigará a COP-17), pois as expectativas não são altas neste momento”, afirmou Macey durante conferência do clima que ocorre na Nova Zelândia.

“Mas minha visão é que, aconteça o que acontecer, os 191 países não vão abandonar os esforços da ONU de desenvolver uma ação global a longo prazo contra a mudança climática. Ficou claro que o encontro de Durban será uma transição para uma arquitetura mais viável nas negociações a longo prazo”, afirmou.



Cientistas dizem que o tempo está acabando para o mundo chegar a um acordo sobre os cortes de emissões de CO2, que evitarão a elevação da temperatura. Na foto, São Paulo coberta por poluição (Foto: Luiz Guarnieri/AE)

Sem acordo

Em reunião que antecede a Conferência das Partes da África do Sul, o ministro da Nova Zelândia para mudanças climáticas, Tim Groser, afirmou que a comunidade global está aceitando a realidade de que não haverá acordo no próximo encontro.

As negociações teriam falhado devido ao abismo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento na questão sobre quem

deve arcar com o ônus de reduzir as emissões que alimentam o aquecimento global.

A intransigência ocorre nas negociações que incluem as emissões da aviação, do transporte marítimo e também na gestão dos mercados de carbono.

Os cientistas dizem que o tempo está acabando para o mundo chegar a um acordo sobre os cortes de CO2 para evitar a elevação da temperatura do planeta em 2°C, considerado o limite para a perigosa mudança climática.

Links Patrocinados

Teste seu Nível de Inglês

Faça o Teste de Inglês e Saiba seu Nível. Entry é da Cultura Inglesa!

www.Entry.com.br



• Link <http://j.mp/phCGEZ>

Seu nome

Seu e-mail

Enviar para

Comentário 140 caracteres

Verificação de segurança

[Atualizar imagem](#)

Digite os caracteres ao lado para enviar

Seu Nome

Seu E-mail

Cidade onde reside

UF AC

Gênero

M F

Assunto Opinião

Mensagem

[atualizar imagem](#)

Digite as palavras ao lado para enviar sua matéria

[enviar mensagem](#)

Seu voto foi efetuado com sucesso

escreva seu comentário

[fechar](#)

Seu nome

Ao enviar qualquer comentário às notícias, o usuário declara-se ciente e aceita integralmente o [termo de uso](#).

Seu comentário 300caracteres

enviar comentário

Login Para enviar seu comentário, é preciso ser cadastrado na Globo.com

[fechar](#)

Login / E-mail

usuario e senha não conferem

Senha enviar

[Esqueci minha senha](#)

Não sou cadastrado na Globo.com [» Quero me cadastrar agora](#)

Seu comentário foi enviado e aguarda aprovação.

escrever novo comentário

comentários Não perca tempo e seja o primeiro a comentar esta notícia.

escrever comentário [« voltar para a matéria](#)

Comentários encerrados.

Não é mais possível comentar nesta matéria.

mais comentários

voltar ao topo

primeira página do g1

- [Mubarak se declara inocente durante julgamento no Egito](#)

Ditador que deixou o poder após a revolta árabe chegou de maca a tribunal.

- [Entenda a crise que levou à queda de Mubarak](#)
- [Tanques do governo sírio ocupam praça de Hama](#)
- [Espanha faz reunião de emergência](#)
- [Thais Herédia: onda de incertezas na Europa](#)
- [De olho nos EUA, bolsas da Ásia têm queda](#)

Shopping

Artigos Esportivos

Moda

Celular

Eletrônicos

Ofertas



•

[Mega Mamute](#)

[TV LG LED 37 Polegadas](#)

04/08/2011

África do Sul afirma estar dentro do cronograma para sediar COP 17

por Jéssica Lipinski, do Carbono Brasil

Apesar do espírito pessimista que tem acompanhado as discussões climáticas, essa aura negativa parece não ter contaminado a organização da COP 17. Na terça-feira (2), representantes da África do Sul anunciaram que os preparativos para a Conferência das Partes de Durban estão dentro do prazo, e os ajustes finais serão feitos em outubro. O que se espera é que esse clima de otimismo ultrapasse a preparação e contagie as decisões da reunião.



A declaração foi dada apenas alguns dias depois que a mídia sul-africana revelou que surgiram atritos entre os setores governamentais encarregados da organização do evento, o Departamento de Assuntos Ambientais e o Departamento de Relações Internacionais.

No entanto, Maite Nkoana-Mashabane, ministra das relações internacionais, declarou que conflitos como este são normais na preparação do encontro. “A recente manifestação de desconforto com o progresso [dos preparativos] na mídia se tornou parte e parcela de um ambiente muito maior de negociação e aconteceu também em COPs anteriores realizadas em outras partes do mundo”.

Aparentemente, a atmosfera de tensão deu lugar a um ambiente mais otimista na preparação do evento, e Nkoana-Mashabane chegou a afirmar que a organização está dentro do prazo. “A África do Sul está dentro do cronograma, se não à frente. Estamos esperando um desenlace equilibrado, um que seja justo, equitativo e inclusivo”.

A ministra das relações internacionais disse ainda que a organização está encerrando os preparativos de acomodação, segurança e de comunicação, e que os arranjos finais, como o documento de lobbying, devem ser terminados em outubro. Esse documento servirá de guia para os negociantes para garantir que a África possua uma posição unificada.

Acredita-se que o país ajudará a conciliar as diferenças entre as nações desenvolvidas e as emergentes na criação de metas para reduzir as emissões de CO₂. “O fato de que a África do Sul, um país em desenvolvimento, receberá a COP 17, demonstra que estamos levando a sério nossa responsabilidade de fazer o que podemos para lidar com essa ameaça global”, sugeriu Nkoana-Mashabane.

Segundo Edna Molewa, ministra do meio ambiente, o país está desenvolvendo um plano alternativo para mediar um acordo vinculativo global, embora a ONU já tenha noticiado que é improvável que a conferência termine em consenso. “Gostaríamos de ter algum mecanismo firmado sobre o qual pudéssemos garantir a manutenção da arquitetura do Protocolo de Quioto”.

“Definimos nossos preparativos e achamos que estamos no caminho certo, e não queremos a África do Sul seja a morte do Protocolo de Quioto, mas precisamos de uma voz africana para alcançar tudo isso”, explicou Molewa.

Apesar disso, alguns ambientalistas acusam o país de não tomar atitudes suficientes para liderar as negociações da COP 17. “Estamos preocupados porque há menos de seis meses antes de chegarmos a Durban. Tem que haver uma liderança e uma orientação muito mais fortes sendo oferecidas em termos de estabelecer os níveis de ambição para as negociações”, protestou Kumi Naidoo, diretor do Greenpeace Internacional.

Nkoana-Mashabane argumentou que a África do Sul está tomando todas as medidas possíveis para que as discussões do encontro cheguem a um consenso, mas que não pode haver garantia de que um acordo seja firmado.

“Não podemos sentar aqui no segundo dia de agosto e profetizar qual será o resultado de nove de dezembro. O que podemos garantir é que a conferência deve ser transparente e equilibrada para que possamos ter um resultado satisfatório. Continuamos ouvindo e continuamos nos engajando”, assegurou a ministra.

Além das negociações esperadas, o país criará também uma série de programas sociais para criar nos sul-africanos uma consciência sobre as questões relativas às mudanças climáticas. O governo também está desenvolvendo ações nos setores de transporte, agricultura e energia para reduzir suas emissões de CO2 em 34% até 2020 e em 42% até 2025.

“Se há algo que podemos deixar como um legado para as pessoas da África do Sul após essa conferência é o conhecimento. Em abril apelamos para que o grupo sul-africano conduzisse as negociações para a conferência e podemos dizer que despertamos o interesse dos departamentos do governo, que estão dispostos a tornar essa uma COP 17 africana”, disse Molewa.

**publicado originalmente no site [Carbono Brasil](#).*

Fonte: Carbono Brasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/africa-do-sul-afirma-estar-dentro-do-cronograma-para-sediar-cop-17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=04)

21/10/2011

ONU deve apresentar esboço do 'Fundo do Clima' na COP 17

Mecanismo permitirá ajudar países pobres a enfrentar mudança do clima. Dirigente das Nações Unidas diz que lançamento deve ocorrer em 2013.

*do Globo Natureza, com agências internacionais**

Um comitê da Organização das Nações Unidas (ONU) concluiu o esboço de um fundo destinado a ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem a mudança climática, o que permitirá o seu lançamento em 2013, disse nesta sexta-feira (21) Christiana Figueres, principal dirigente da ONU para questões climáticas.

Países de todo o mundo decidiram em 2010, durante a COP 16, realizada no México, criar o "Fundo do Clima Verde" de modo a canalizar até 2020 em torno de US\$ 100 bilhões por ano para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem a mudança climática global.

Um comitê internacional encarregado de moldar o fundo se reuniu nesta semana na África do Sul, mas algumas organizações acusaram os Estados Unidos e a Arábia Saudita de atrapalharem o processo.

Negociadores de todo o mundo vão discutir e, eventualmente, aprovar o modelo na Conferência das Partes (COP 17) que vai acontecer em Durban, na qual praticamente não há mais chance de que seja selado um novo tratado climático de cumprimento obrigatório, para vigorar a partir de 2013 no lugar do Protocolo de Kyoto, acordo que reúne os principais países emissores de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global.



Reunião final da COP 16, onde o "Fundo do Clima Verde" foi aprovado (Foto: Dennis Barbosa/G1)

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2010/12/11/plenaria.jpg>

Envolvimento do setor privado

"O comitê encerrou seu trabalho submetendo à consideração e à aprovação em Durban tanto um esboço de instrumento para o Fundo do Clima Verde quanto recomendações sobre os acordos transitórios para que ele seja lançado", disse Christiana, que é secretária-executiva da Convenção Quadro da ONU para a Mudança Climática.

A proposta, segundo ela, "inclui um forte sinal para envolver o setor privado, e uma sólida base para desenvolver operações impulsionadas pelos países por meio de acesso direto às verbas".

"Uma vez aprovada em Durban, (as recomendações) permitirão que o fundo cresça bem rapidamente, especialmente com a melhora do ambiente financeiro, e estaria aberto o caminho para um estabelecimento bastante rápido do fundo em 2012, e para operações iniciais plenas em 2013", acrescentou.

[Proteja a fauna e a flora do Brasil no novo game do Globo Natureza: Missão Bioma](http://missaobioma.g1.globo.com/)(<http://missaobioma.g1.globo.com/>)

Negociações

Diplomatas e ambientalistas que participaram da rodada de negociações do clima na cúpula do Panamá, última reunião antes do encontro sul-africano, temem pela "morte" de Kyoto.

Representantes de 200 países finalizaram a discussão de ideias com a esperança de encontrar um possível acordo nas conversações na Conferência das Partes (COP 17) que acontecerá entre novembro e dezembro.

Entretanto, não existiram sinais de uma solução para uma questão urgente: o que fazer depois de 2012, quando expira o prazo de validade do compromisso das nações ricas para reduzir as emissões de carbono que, segundo cientistas, traz graves consequências à saúde do planeta.

A União Europeia é o principal defensor do protocolo em vigência e está disposta se comprometer a novas obrigações quando este acordo acabar. Entretanto, Canadá, Japão, Rússia, além dos Estados Unidos (que não compõe o Protocolo de Kyoto), insistem que qualquer nova ação deve incluir todas as grandes economias, o que inclui a China, um dos principais emissores mundiais.

*Com informações da Reuters

Fonte: [G1 Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/onu-deve-apresentar-esboco-do-fundo-do-clima-na-cop-17.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/onu-deve-apresentar-esboco-do-fundo-do-clima-na-cop-17.html>)

31/10/2011

África do Sul não quer debater acordo climático na COP

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil

Para o país sede da Conferência do Clima seria irresponsável perder tempo discutindo um tratado praticamente impossível enquanto outras questões urgentes, como financiamento e Protocolo de Quioto, ficariam estagnadas.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/10/1287.jpg?9d7bd4>

A Conferência do Clima de Durban (COP17) nem começou ainda, mas já existe uma aura de pessimismo sobre o que será possível alcançar quando os mais de 190 países sentarem para negociar.

Quem deixou claro qual é a atual realidade das políticas climáticas foi o embaixador da África do Sul designado para atuar na COP17, NJ Mxakato-Diseko.

“Negociar um instrumento legal para limitar as emissões de gases do efeito estufa seria irresponsável, muito irresponsável. Apenas sugerir que o resultado de Durban deve ser um acordo é irresponsável, porque faria as negociações entrarem em colapso”, afirmou.

Para o país sede, o papel da COP17 deve ser trazer avanços em outras questões relevantes, como transferência de tecnologias, financiamento de ações climáticas e traçar um esboço do que pode acontecer com o Protocolo de Quioto após 2012.

Porém, outras nações podem pensar diferente e a possibilidade de paralização das negociações é real.

A China, por exemplo, divulgou nesta semana sua proposta para a COP17 e um dos elementos chave que defenderá será a extensão e ampliação de Quioto, para que todos os países desenvolvidos assumam metas de emissão, o que com certeza não será aceito pelos Estados Unidos.

Christiana Figueres, presidente da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC), parece alinhada com a África do Sul e afirma que a COP17 terá alcançado seu objetivo se conseguir fazer com que os países cumpram promessas feitas no passado, principalmente com relação à criação do Fundo Climático Verde.

“Sabemos que este não é o melhor momento para falar em financiamento, já que muitos dos países mais ricos estão atravessando uma crise econômica. Porém, a crise é passageira e estamos propondo algo em longo prazo, para suprir as necessidades das ações de mitigação e adaptação nas próximas décadas”, declarou Figueres.

MDL e Mercados de Carbono

O impacto que a falta de um acordo climático que substitua o Protocolo de Quioto terá no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é a atual grande preocupação dos investidores. A incerteza sobre o futuro dessa ferramenta, somada a crise financeira, foi responsável pela contração do MDL, que diminuiu 46% em 2010.

Em uma manobra para mostrar confiança na continuidade do mecanismo, o Comitê Executivo do MDL divulgou nesta quarta-feira (26), após a sua 64ª reunião, que abrirá uma consulta pública para melhorar o esquema.

“Queremos aprender com o passado para construir o futuro. Vamos fazer o que for necessário para unir a sociedade civil, governos e demais participantes do MDL em um diálogo aberto e construtivo”, afirmou Martin Hession, presidente do Comitê.

“Nos últimos 10 anos, os integrantes do MDL construíram um mecanismo global que funciona. Agora é a hora de usar as experiências adquiridas nesse período para revitalizar o MDL”, completou.

Todas as sugestões coletadas pela consulta pública serão reunidas em um relatório que servirá de base para uma reforma no MDL com o objetivo de “transformar o mecanismo em um instrumento de estímulo ao investimento em baixo carbono em países em desenvolvimento”.

A incerteza sobre o futuro também vem afetando os mercados de carbono e segundo o delegado da Noruega para a COP17, Henrik Harboe, é importante que os países mandem um ‘sinal político’ de seu interesse em manter esse tipo de ferramenta funcionando.

Em entrevista para a Bloomberg, Harboe afirmou que é preciso dar garantias aos investidores de que podem se comprometer com projetos de longo prazo.

“É necessário que seja dada confiança aos mercados. Precisamos deixar claro que esses mecanismos continuarão existindo. Talvez seja preciso introduzir regras, mais flexíveis, ou fazer ajustes para que novas iniciativas sejam criadas”, concluiu.

É praticamente consenso entre os negociadores que os mercados de carbono e o MDL devem continuar existindo independente do que aconteça com relação a um futuro acordo climático ou com o Protocolo de Quioto.

* *Publicado originalmente no site*
CarbonoBrasil(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=728816).

Fonte: CarbonoBrasil/*Envolverde*(http://envolverde.com.br/noticias/africa-do-sul-nao-quer-debater-acordo-climatico-na-cop/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=31)

23/11/2011

Brasil tentará reverter 'morte' de Kyoto na COP 17, diz embaixador

Negociador brasileiro diz que crise entre países pode afetar acordo global. Conferência da ONU começa na segunda-feira em Durban, na África do Sul.

Priscilla Mendes do G1, em Brasília

O embaixador André Corrêa do Lago, um dos negociadores do Brasil na Conferência das Partes (COP 17), que começa na próxima segunda-feira (28) em Durban, na [África do Sul](http://g1.globo.com/topico/afrika-do-sul/)(<http://g1.globo.com/topico/afrika-do-sul/>), disse nesta quarta-feira (23) que o país vai apoiar a aprovação de uma emenda que prorrogaria o Protocolo de Kyoto até 2020.

O acordo global em vigência obriga as nações consideradas desenvolvidas, que mais emitem gases de efeito estufa (exceto Estados Unidos), a reduzir o envio de carbono à atmosfera, o que reverteria o aumento da temperatura global. Porém, ele expira no fim de 2012 e ainda não há um novo tratado para substituí-lo.

“Se deixar morrer Kyoto, vai-se deixar morrer o único acordo total. Há praticamente um consenso de que nunca mais vai se conseguir um acordo total”. Lago explicou que, desde a assinatura do Protocolo, em 1997, havia a determinação de que o primeiro período de compromisso seria revisto entre 2008 e 2012.

A declaração foi feita durante um encontro com jornalistas realizado em Brasília, onde o embaixador apontou os principais pontos em negociação na cúpula climática da Organização das Nações Unidas ([ONU](http://g1.globo.com/topico/onu/)(<http://g1.globo.com/topico/onu/>)).



Imagem mostra cidade chinesa. País é um dos principais emissores de gases de efeito estufa e não é membro do Protocolo de Kyoto. Fato é questionado por nações signatárias do acordo global

Foto: Goh Chai Hin/AFP

Fonte: http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/02/21/fog_620.jpg

Crise climática

O embaixador explicou a crise existente entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento e como isto afeta no comprometimento para reduzir os gases causadores do efeito estufa.

Segundo ele, a postura dos Estados Unidos – que não são signatários do Protocolo de Kyoto - é “inflexível” e influencia Rússia, Japão e Canadá, que já sinalizaram que poderão abandonar o acordo. A União Europeia, por sua vez, está aberta a negociações.

“Nenhum país quer sair de Kyoto pra fazer mais do que faria em Kyoto. Todo mundo quer fazer menos”, comentou Lago. Para ele, a COP 17 é considerado o prazo limite para isto. “Sendo aprovada essa emenda em Durban, temos até outubro (de 2012) para o segundo período de compromisso entrar em vigor. [...] O momento ideal para aprovação é esse”.

Fundo do Clima Verde

Outro ponto que está em debate é a regularização do “Fundo do Clima Verde”, criado oficialmente em 2010 durante a COP 16, realizada no México, e que pretende canalizar até 2020 o montante de US\$ 100 bilhões por ano para ajudar países em desenvolvimento a enfrentarem a mudança climática global.

O negociador brasileiro disse que será estabelecido os moldes de funcionamento. Ele classificou a iniciativa como um “desafio enorme” porque há previsão de que US\$ 100 bilhões seriam insuficientes. “Existem estimativas que falam em US\$ 500 bilhões ou US\$ 700 bilhões”.

Em outubro, a secretária-executiva da ONU para mudanças climáticas, Christiana Figueres, disse que os trabalhos seriam submetidos à consideração e à aprovação em Durban. Ela comentou ainda que a proposta “inclui um forte sinal para envolver o setor privado, e uma sólida base para desenvolver operações impulsionadas pelos países por meio de acesso direto às verbas”.

Fonte: [G1/Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/11/brasil-tentara-reverter-morte-de-kyoto-na-cop-17-diz-embaixador.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/11/brasil-tentara-reverter-morte-de-kyoto-na-cop-17-diz-embaixador.html>)

27/11/2011

Ativistas anunciam que irão ocupar centro da COP-17

Manifestantes reclamam da falta de resultado da conferência do clima. Reunião da ONU começa nesta segunda em Durban

da EFE

Um movimento de protesto contra a cúpula de mudança climática das Nações Unidas em Durban (COP17), batizado de "Occupy COP 17", incentivou neste domingo (27) que manifestantes ocupem o centro de conferência onde será realizado o evento, que começa nesta segunda na África do Sul.

Os ativistas, que lançaram suas mensagens por meio do blog "occupycop17" e do Twitter, preparam uma assembleia que será realizada amanhã, no cruzamento de duas das principais ruas de Durban, a poucos metros do local escolhido para sediar a cúpula. A intenção é permanecer no local até o fim da COP17, no dia 9 de dezembro.

"Os governos do mundo se reúnem pela décima sétima vez em assembleia para estudar como reagir à mudança climática. Durante todo este tempo, não conseguiram encontrar uma resposta a esta situação insustentável", diz o texto do movimento na internet.

O governo da África do Sul destacou mais de dois mil policiais para garantir a segurança da conferência, que deverá atrair 50 mil ativistas.

"Não esperamos distúrbios. Mantivemos contatos com as organizações para coordenar as mobilizações", assegurou à Efe Eugene Msomi, porta-voz da polícia de Durban.

A COP 17 enfrenta um dos momentos mais difíceis na luta contra a mudança climática, Num panorama marcado pela crise econômica, a necessidade de frear o aumento da temperatura do planeta e o fim do Protocolo de Kyoto, único acordo previsto para reduzir as emissões de gases poluentes, que vence em 2012.

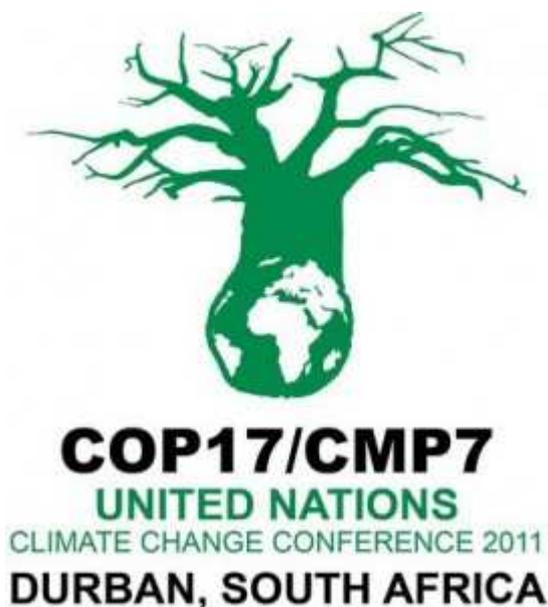
Fonte: [iG > Último Segundo\(http://ultimosegundo.ig.com.br/cop/ativistas-anunciam-que-irao-ocupar-centro-da-cop17/n1597386275977.html\)](http://ultimosegundo.ig.com.br/cop/ativistas-anunciam-que-irao-ocupar-centro-da-cop17/n1597386275977.html)

29/11/2011

2015 é a data mágica na COP17 em Durban?

por Sérgio Abranches*, do Ecopolítica

Negociadores do BASIC e do G77+China concordam que a crise financeira afeta as decisões em Durban. Esse reconhecimento de dificuldades supervenientes pode pavimentar o caminho para um acordo para 2015?



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/11/cop171-270x300.jpg?9d7bd4>

É possível que Durban esteja caminhando para a conclusão das negociações de um novo acordo global do clima, que inclua todos os grandes emissores, com data marcada para ser fechado em 2015. É uma data realista. A crise financeira poderá estar debelada e a economia mundial em recuperação. As condições para mudança de posição de vários países que hoje não se vêem sob um tratado do clima que os obrigue a ter metas de emissões podem estar maduras. Novos contextos políticos domésticos, novas conjunturas, maior convicção sobre a ameaça da mudança climática podem criar condições mais propícias a que importantes atores que hoje operam como agentes de veto, passem a cooperar por uma solução satisfatória.

Pode ser este o meio do caminho que permita uma decisão de compromisso em torno da ideia lançada pela União Europeia e recebida com muita desconfiança por muitos países. A primeira formulação da proposta, apresentada à COP17 em coletiva de imprensa no domingo, foi vista, com razão, como procrastinação: um acordo para ser assinado até 2015 e posto em implementação em 2020. Ontem, na segunda coletiva, os negociadores europeus, mudaram os termos da proposta para: acordo a ser assinado em 2015 e implementado não depois de 2020. Ainda continuava insatisfatória. Hoje, o representante da Polônia, a rerepresentou na reunião do grupo que negocia o novo acordo legal para o clima, o AWG-LCA, em sua declaração em nome da UE: o acordo seria assinado até 2015 e implementado o mais cedo possível. Começou a chegar perto de uma formulação realista e próxima o suficiente para convencer.

Um compromisso em torno de 2015 pode funcionar. O LCA foi criado em Bali, para negociar um acordo global para o clima até a COP15, em Copenhague. Seu mandato foi prorrogado em Copenhague e depois em Cancun. Em princípio, teria que terminar os trabalhos aqui em Durban. O desfecho pode ser um roteiro mais bem especificado, que se tornaria o "roteiro, ou mapa do caminho de Durban", substituindo o "Plano de Ação" de Bali, que ficou conhecido como o "mapa do caminho". Esse roteiro indicaria os termos, o escopo e os passos necessários para chegar a um acordo pronto para ser assinado em 2015 e entrar em vigor em data mais próxima, provavelmente, 2016 ou 2017. O grupo dos estados-ilha, AOSIS, falou em cinco anos para o segundo período de compromissos sob o Protocolo de Quioto, após o qual se esperaria que entrasse em vigor um novo acordo, mais ambicioso. Isso dá 2017. A UE estaria disposta, nestes termos, a garantir a continuidade do Protocolo de Quioto ainda que sozinha.

Certamente não seria uma boa solução do ponto de vista das necessidades apontadas pela ciência. Mas pode ser uma boa solução política. Uma boa solução política, ainda insuficiente, pode ser uma ponte mais segura, para uma solução cientificamente mais aceitável, em futuro não muito distante.

Há um custo a pagar por essa demora dos países em atender aos critérios científicos. Mas o custo será maior se persistir o impasse, porque ele impediria ações intermediárias mais efetivas do que as que estão em curso agora.

Pode-se argumentar que não há razão para que o LCA chegue a um bom acordo até 2015, se não conseguiu desempenhar esse mandato a contento nas duas datas previamente marcadas. Uma resposta tentativa a essa objeção seria que: primeiro, a aprovação de um pacote de medidas concretas, para implementação imediata, nos campos do financiamento e da tecnologia poderia ser um incentivo importante à maior cooperação entre os países; segundo, as condições para a superação dos principais obstáculos a um bom acordo poderiam estar mais maduras.

** De Durban.*

*** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2011/11/29/2015-e-a-data-magica-na-cop17-em-durban/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2011/11/29/2015-e-a-data-magica-na-cop17-em-durban/>).*

Fonte: [Ecopolítica/Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/2015-e-a-data-magica-na-cop17-em-durban/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)(http://envolverde.com.br/noticias/2015-e-a-data-magica-na-cop17-em-durban/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=30)

30/11/2011

União Europeia pressiona para tirar 'fundo verde' do papel na COP 17

Proposta de funcionamento deve ser apresentada a países nesta quarta (30). Conferência do Clima da ONU chega ao 3º dia em Durban, na África do Sul.

Dennis Barbosa do Globo Natureza, em Durban



Runge-Metzger: 'fundo verde' para já.

Foto: Dennis Barbosa/G1

Fonte: <http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/11/30/runge-metzger.jpg>

O negociador climático da União Europeia, Artur Runge-Metzger, disse nesta quarta-feira (30) que o bloco tem como maior prioridade na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17), que acontece em Durban, na África do Sul, a operacionalização do “fundo verde” de financiamento de ações de adaptação às mudanças climáticas e redução de emissão de gases-estufa em países em desenvolvimento.

Um comitê montado desde COP 16, em Cancún, no México, deve apresentar nesta quarta-feira (30) a proposta de funcionamento do fundo, a qual Runge Metzger diz apoiar. “Acreditamos que seria improdutivo ter mais discussões técnicas a respeito”, disse o representante europeu, deixando claro que deseja uma aprovação imediata. “Queremos a direção do fundo funcionando em 2012”, disse.

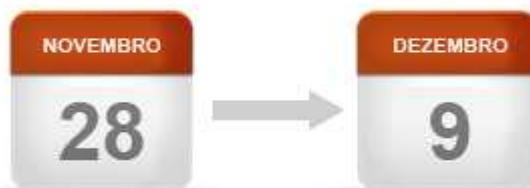
COP 17

Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas

Onde



Quando



Quem

Representantes de mais de 190 países

Desafios

- Avançar para um acordo global de redução de emissão de gases-estufa
- Estabelecer quem paga e quem recebe dinheiro de um “fundo verde” climático
- Estender a validade do Protocolo de Kyoto, único acordo climático de cumprimento obrigatório, que expira em 2012



Fonte: http://s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2011/11/27/cop17_ficha.jpg

Ele mostrou preocupação com a expansão do setor energético, que poderia levar o mundo a um nível de emissões que inviabilizaria manter o compromisso de Cancún de limitar o aquecimento global em 2 graus em relação à época pré-industrial.

Para evitar isso, Runge-Metzger espera que em Durban seja fixado um limite de emissões de gases-estufa. A proposta da UE é que, com base nesse limite, se calcule o que falta cortar de emissões globalmente para atingi-lo e, então, decidir onde investir para fazer as reduções necessárias.

“É algo que pode ser feito logo depois que a decisão for tomada em Durban”, propôs.

Na COP 16, acordou-se a criação do fundo verde com uma meta de que ele ofereça US\$ 100 bilhões anuais aos países pobres anualmente para que enfrentem as consequências das mudanças climáticas.

Divisões

Nas negociações em Durban delinea-se cada vez mais as divisões entre os países desenvolvidos e entre os em desenvolvimento.

Nos países em desenvolvimento há divergências entre os emergentes, que querem uma renovação do Protocolo de Kyoto e, ao mesmo tempo, são cautelosos devido às pressões para que também assumam compromissos de corte de gases causadores de efeito estufa, e o grupo de países insulares que correm

perigo iminente devido às mudanças climáticas e, por isso, querem com urgência o estabelecimento de um fundo de ajuda, já que carecem de recursos para empreender ações de adaptação às alterações climáticas.

Com a subida do nível do mar, algumas dessas nações podem até desaparecer e, por isso, elas exigem ações imediatas e ambiciosas.

Entre os países ricos, a divergência é em relação ao Protocolo de Kyoto, único compromisso climático efetivamente assumido por boa parte das nações desenvolvidas, e que expira em 2012. A União Europeia defende uma renovação do protocolo, desde que seja associada a um acordo que passe a vigorar a partir de 2020, que inclua também os emergentes.

O Japão apoia esse plano europeu, com o detalhe de que já anunciou que não participará de um novo período sob Kyoto, ainda que pretenda manter suas políticas de redução de emissões por conta própria. A delegação de Tóquio reafirmou em Durban que não vê sentido num acordo que inclua menos de um terço das emissões, já que não contempla grandes emissores como China, Índia e Brasil.

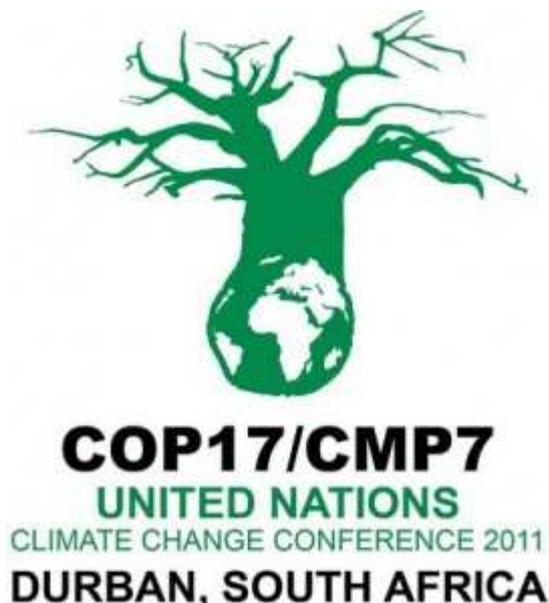
O Canadá também não pretende participar do novo período do Protocolo de Kyoto. Já os Estados Unidos defendem um planejamento de prazo ainda mais longo e não opinam em relação ao protocolo, já que a ele não aderiram.

Fonte: [G1/Natureza\(http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/11/uniao-europeia-pressiona-para-tirar-fundo-verde-do-papel-na-cop-17.html\)](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/11/uniao-europeia-pressiona-para-tirar-fundo-verde-do-papel-na-cop-17.html)

30/11/2011

Sinais positivos muito discretos na COP17

por Sérgio Abranches*, do Ecopolítica



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/11/cop172-270x300.jpg?9d7bd4>

O primeiro dia de negociações informais deixou alguns negociadores um pouco mais animados. Parece ter havido progresso razoavelmente tangível na negociação do Fundo Verde para o Clima e do Centro e Rede de Tecnologia. Na parte política, discretíssimos sinais de alguns países-chave criaram um clima de expectativa de que pode haver algum avanço.

A União Europeia mostrou-se animada, em sua coletiva de imprensa, com a possibilidade de se chegar a um acordo em relação ao Fundo Verde para o Clima. Apressou-se em apoiar o documento, ainda em discussão ao final do dia de hoje, dizendo que preferia aprová-lo como está, embora alguns pontos pedissem outras soluções. Mas a UE abre mão dessas correções para que o Fundo possa entrar em operação rapidamente, ainda em 2012. O que outros negociadores dizem é que a Europa precisa ter algo a apresentar a seus parceiros africanos e o que mais interessaria a eles seriam recursos financeiros e técnicos para adaptação.

O negociador chefe do Brasil, embaixador André Corrêa do Lago, também reconhece que há possibilidade de se ter um pacote “técnico” envolvendo financiamento e tecnologia. Ele explicou que o que está sendo conversado é a possibilidade de não reabrir o documento sobre o Fundo, como querem alguns países que têm objeções a vários pontos, mas encontrar um meio de fazer as correções que esses países consideram indispensáveis.

A reabertura do documento, segundo os procedimentos usuais, implicaria em muito mais tempo e cria o risco de outras objeções apareçam, impedindo seu fechamento definitivo a tempo de ser aprovado pelo plenário. A regra que prevalece é “nada está aprovado antes que tudo esteja aprovado”, ou seja, em princípio, se um ponto é reaberto para ser rediscutido, todos os outros pontos podem ser rediscutidos. Em Copenhague, a reabertura do documento sobre REDD permitiu que tantos pontos fossem reabertos por partes que haviam ficado descontentes, mas haviam cedido à maioria, que o texto retrocedeu, em uma hora, à versão de três dias antes. Perderam-se todos os avanços obtidos em três dias de intensas negociações. Os negociadores levaram mais 24 horas para chegar à versão que havia sido reaberta.

É essa perda de esforço e tempo que se quer evitar, com a tentativa de fazer correções pontuais no texto, sem reabrir-lo, como explicou o negociador brasileiro. Não é uma operação tão fácil quanto parece, porque ela implica em elidir a regra de que “nada está aprovado antes que tudo esteja aprovado”.

Mas como, aparentemente, há boa vontade, pelo que disseram hoje vários negociadores, é possível um acordo para corrigir alguns pontos sem considerá-los reabertos. É a hora em que, se todos querem, a diplomacia tem seus truques.

No campo político, sobre o Protocolo de Quioto e um novo acordo global dentro da Convenção do Clima, os avanços são menos tangíveis e muito mais sutis. Há sinais leves inseridos em uma ou outra frase nas discussões informais, pequenas aberturas escondidas entre uma linha e outra nas declarações de determinadas partes. Como ligeiros acenos de cabeça ou de mão que indicam uma mudança discretíssima e muito pequena no lance em um disputado leilão, mas que pode fazer toda a diferença.

Esses finos fios de entendimento parecem indicar a possibilidade de um acordo para o segundo período de compromissos sob o Protocolo de Quioto, que seria subscrito pela União Europeia e, talvez, Austrália e Nova Zelândia. Para que isso aconteça Estados Unidos teria que aceitar algum tipo de acerto em relação ao novo acordo futuro. Alguns negociadores leram em leves sinais do EUA, que talvez isso seja possível. Neste caso, a China, talvez fizesse algum movimento, que assegurasse ao EUA que o BASIC eventualmente faria parte desse acordo a mais longo prazo.

Não se trata de uma mudança de paradigma, mas de uma ponte, autosustentável o suficiente para fazer a travessia segura até o momento em que as conjunturas domésticas e regionais permitam progresso mais tangível na direção de um regime global para mudança climática. Um regime que feche a brecha entre o que a ciência diz ser necessário e os que os países se mostram dispostos a fazer. Esta é, na linguagem das COPs, a brecha das ambições, "ambitions gap", em inglês. Ambições, no caso, são o quanto os países estão dispostos a fazer de redução das suas emissões de carbono.

Aqui em Durban, o objetivo maior é aprovar algumas medidas concretas, que permita dizer que não houve fracasso e afastar o risco de que a ausência de qualquer avanço, por menor que seja, leve ao colapso da já tênue credibilidade de toda a arquitetura de negociação de um regime global sobre mudança climática.

** De Durban.*

*** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2011/11/30/sinais-positivos-muito-discretos-na-cop17/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2011/11/30/sinais-positivos-muito-discretos-na-cop17/>).*

Fonte: Ecopolítica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/sinais-positivos-muito-discretos-na-cop17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01)(http://envolverde.com.br/noticias/sinais-positivos-muito-discretos-na-cop17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=01)

02/12/2011

União Europeia pressiona países emergentes na COP17

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/61.jpg?9d7bd4>

Bloco insiste que as nações em desenvolvimento devem assumir metas formais de reduções de emissões e afirma que a sua prioridade na conferência é garantir o início do funcionamento do Fundo Climático Verde

A União Europeia (UE) parece estar disposta a fazer as negociações caminharem na Conferência das Partes de Durban (COP17), de um jeito ou de outro. Em sua coletiva de imprensa nesta quarta-feira (30), o bloco afirmou que não há mais como os grandes emissores ficarem sem metas e também que está na hora de tirar os compromissos firmados em Cancún (COP16) do papel, principalmente o Fundo Climático Verde.

Assim, os negociadores europeus estão orientados a cobrar as promessas feitas pelos países no passado e não aceitar que apenas a UE seja penalizada por adotar sozinha ações climáticas.

“É muito importante que as maiores economias se juntem ao esforço de mitigar as mudanças climáticas. Não há nenhum sentido em um segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto se a UE for a única signatária”, afirmou Joanna Mackowiak-Pandera, da delegação europeia.

Como Estados Unidos, Japão, Rússia e Canadá já decidiram que não tem interesse em estender Quioto, está cabendo a UE debater com os países em desenvolvimento o futuro do Protocolo.

A China propôs que as nações ricas assumam metas obrigatórias, enquanto as mais pobres e as emergentes possuam planos voluntários ou com força de lei apenas em nível nacional. Essa proposta é apoiada pelo BASIC, que reúne, além da China, Brasil, África do Sul e Índia.

Porém, a UE espera muito mais dos grandes países em desenvolvimento. O bloco deseja que o segundo período de compromissos de Quioto contemple metas obrigatórias para todos os signatários.

“Claro que nações diferentes podem ter metas diferentes, mas todos deveriam ter objetivos a cumprir. Compromissos apenas nacionais podem ser facilmente alterados posteriormente, assim, na nossa visão, um acordo climático só será eficiente se feito em nível internacional”, disse Joanna.

Financiamento

Também na coletiva de imprensa da União Europeia, o negociador chefe do bloco, Tomasz Chruszczow, afirmou que colocar o Fundo Climático Verde em funcionamento é a sua prioridade na COP17.

“No contexto de um resultado positivo para a conferência, é indispensável que as negociações garantam que o Fundo esteja em operação já em 2012”, declarou Chruszczow.

As discussões sobre o financiamento devem aquecer nos próximos dias, depois da apresentação do relatório do comitê internacional designado para formular sugestões de como o Fundo deve ser formado e administrado.

“Acreditamos que o comitê trará algumas boas propostas que podem facilitar não apenas as negociações sobre o Fundo, mas também sobre transferência de tecnologias. O financiamento climático é uma peça fundamental para as ações internacionais de mitigação e adaptação ao aquecimento global”, afirmou Chruszczow.

A União Europeia deve se comprometer ainda em Durban a liberar € 7,2 bilhões para o Fundo Climático Verde.

EUA, o vilão da COP?

Quem também mereceu destaque nesta quarta-feira foram os Estados Unidos, que estão consolidando a impressão de serem a delegação mais intransigente da COP17.

Tanto que um grupo de organizações ambientais enviou uma carta para a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, afirmando que os negociadores do país não estariam atuando conforme as promessas de campanha do presidente Barack Obama.

Segundo o documento, os EUA podem se transformar no grande obstáculo da conferência por fazer objeções a questões chave, como o financiamento climático e o Protocolo de Quioto.

Os signatários da carta, que inclui o Sierra Club – maior entidade ambiental dos EUA – e a União dos Cientistas Preocupados, acusam a delegação norte-americana de não estar sendo fiel aos ideais de desenvolvimento sustentável e da economia de baixo carbono tão defendidos por Obama na campanha presidencial de 2008.

“Apenas três anos se passaram e os EUA estão correndo o risco de deixar de serem vistos como um líder global para se tornar um grande obstáculo na mitigação das mudanças climáticas. As posições norte-americanas ameaçam impedir qualquer tipo de progresso em Durban. Pedimos que o governo oriente seus negociadores para serem muito mais flexíveis”, pede a carta.

**publicado originalmente no site*
CarbonoBrasil(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729092).

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/uniao-europeia-pressiona-paises-emergentes-na-cop17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=02)

03/12/2011

Entrevista exclusiva: Christiana Figueres

Por Afra Balazina



A costa-riquenha Christiana Figueres, secretária-executiva da Convenção do Clima da ONU desde maio do ano passado, tem uma missão difícil na 17ª Conferência do Clima da ONU, a COP-17, em Durban: facilitar um acordo entre os países para combater as mudanças climáticas.

Os países em desenvolvimento, como o Brasil, buscam a continuidade do Protocolo de Kyoto – tratado em que os países industrializados têm metas obrigatórias de cortes de emissão de CO₂, mas do qual os americanos e chineses não participam. E os europeus, que sempre se engajaram em Kyoto, defendem que para entrarem numa segunda fase do protocolo todos os países precisam se comprometer a negociar um acordo com valor jurídico para funcionar no máximo a partir de 2020.

Em sua opinião, apesar de toda a complexidade de atingir consenso com um grupo de quase 200 países reunidos, não adianta apenas os EUA e a China, os maiores emissores mundiais de gases-estufa, chegarem a uma solução.

“Esse é um problema global, tem de ter uma solução da qual participem todos os países”, afirmou ao **Estado**.

Ela diz que os países precisam se esforçar mais para reduzir as emissões e aumentar as ambições de suas metas e que espera a aprovação do Fundo Verde Climático, criado no ano passado na COP-16, mas que ainda não começou a funcionar.

Qual é o balanço que se pode fazer dos 20 anos da criação da Convenção do Clima da ONU? Quais são os obstáculos futuros?

Eu tenho 20 anos para explicar isso? (r)

As conquistas da convenção, em primeiro lugar, são os dois instrumentos vinculantes para todos os países – a convenção em si e o Protocolo de Kyoto – e ter estabelecido através de ambos a expectativa entre todos os países de que a ação contra as mudanças climáticas será feita conjuntamente, com a participação de todos os países. Se olharmos os números de mitigação (*redução das emissões*), claro que não sou a primeira a dizer que a mitigação ainda não é suficiente e que temos que aumentar nosso esforço, como dizem recentemente os estudos de Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), da Agência Internacional de Energia, do Painel do Clima da ONU (IPCC) e da Organização Mundial de Meteorologia.

E quais são os resultados positivos desde a Eco-92?

Temos que reconhecer que este tema, ao longo de 20 anos, está em ascensão. Temos 33 países ao redor do mundo hoje que têm legislação doméstica para reduzir suas emissões, temos todos os países industrializados com compromissos de mitigação no Acordo de Copenhague e reiterados no Acordo de Cancún. Temos 40 países em desenvolvimento que se

deram conta de que podem contribuir com suas respectivas capacidades para a solução, e que está em seu próprio interesse ter tecnologias mais limpas, reduzindo suas emissões e incrementando sua capacidade de adaptação. Temos uma grande quantidade de Estados e municípios que criaram suas metas de redução.

E, no setor privado, também é possível notar o progresso. Já temos as 500 maiores empresas do mundo fazendo relatórios de suas emissões, e só no ano passado houve um aumento de investimento em energia renovável de 30%.

A convenção tem vários efeitos positivos que refletem em diversos setores da sociedade.

Os EUA e a China são hoje os maiores emissores de CO2. O que eles oferecem e buscam em termos de acordo?

Se é verdade que eles são os maiores emissores hoje, também é certo que um país ou dois países individualmente não podem chegar a uma solução. Esse é um problema global, tem de ter uma solução da qual participem todos os países, claro que liderados pelos países industrializados, incluindo os EUA. O que fica evidente aqui é que as conversas sobre os diferentes passos que vamos tomar para solucionar a questão têm de ser acordados por todos os países.

E qual é a alternativa que os países propõem diante da possibilidade de não haver uma segunda fase do Protocolo de Kyoto?

O protocolo não acaba. O que se encerra é o primeiro período do

Compromisso de Kyoto, em dezembro de 2012. Portanto, há alguns anos os países negociam como continuar a política e o marco regulatório internacional que rege o controle das emissões de CO2. E no ano passado, em Cancún, isso não foi alcançado. Apesar de termos tido muitos outros resultados, não se chegou a um acordo sobre isso. Essa tem sido a tarefa dos países durante todo este ano. Uma das opções exploradas atualmente foi oferecida pela União Europeia, que é de considerar um segundo período de compromisso desde que certas condições sejam atendidas. Agora, o que se vê em Durban é a discussão sobre quais são as condições (*a União Europeia quer que todos os países, principalmente EUA e China, entrem num acordo com valor jurídico a partir de 2020*).

E também se discute a duração do segundo período (*se vai de 2013 a 2017 ou até 2020*).

Qual é o impasse a respeito do Fundo Verde Climático, que foi criado no ano passado e teve poucos avanços?

Houve um acordo teórico em Cancún sobre o Fundo Verde Climático, e durante todo esse ano tivemos 40 governos trabalhando muito seriamente sobre o desenho do fundo. Eles acordaram em levar o texto que resultou desse processo para a atenção da COP para sua aprovação. O texto foi introduzido pela primeira vez ontem (*anteontem*) e uma rodada de comentários sobre esse texto.

E em sua grande maioria dos países foram a favor de aprovar o texto aqui em Durban porque sabem que o fundo é um dos instrumentos críticos para o apoio aos países em desenvolvimento. Mas ainda é muito cedo para saber exatamente que mudanças deverão ser feitas no documento, me parece que o texto deverá incorporar algumas mudanças, mas temos confiança de que será aprovado.

A América Latina não costuma atuar como bloco nas negociações. Mas qual é o papel da região na luta contra as mudanças climáticas?

A América Latina é uma das regiões vulneráveis do globo, seja pela escassez de água para a agricultura, pelo derretimento de glaciares ou por localização geográfica, como as ilhas do

Caribe. Por isso, um dos temas mais importantes para essa região é a adaptação às mudanças climáticas. E conseguir que se aumente o apoio para reduzir as emissões em nível internacional e nacional.

A América Latina não é uma das regiões mais emissoras do mundo, mas tem um grupo importante de economias médias e emergentes que têm grande possibilidade de contribuir para a solução. E vemos que o Brasil, México, Colômbia e Chile, por exemplo, estão dispostos a não só fazer sua adaptação – com apoio, claro – mas também mitigar suas emissões, algumas com recursos nacionais (*como é o caso do Brasil*) e outras com apoio internacional.

E qual é o papel da iniciativa privada no combate às mudanças climáticas?

Ela tem um papel muito importante. Se os governos são o leme, o setor privado é o motor na luta contra as mudanças climáticas porque é quem tem as tecnologias, pode fazer os maiores investimentos. Está se buscando na questão da adaptação por exemplo uma cooperação entre o setor público e o setor privado, em que em princípio o setor público marque a direção, estabeleça as regras e regulamentações, e o setor privado coloque o capital para seguir adiante.

Para entender – O que é o Fundo Verde Climático?

O Fundo Verde Climático foi criado em dezembro de 2010 durante a 16ª Conferência do Clima da ONU em Cancún (COP-16), para permitir que países em desenvolvimento recebam recursos de nações industrializadas para reduzir emissões de gases-estufa.

No México ficou acordado entre os países que participam das negociações que haveria um financiamento de curto prazo, no qual os países desenvolvidos deverão desembolsar US\$ 30 bilhões até 2012. Também ficou definido o financiamento de longo prazo – os países ricos deveriam mobilizar US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para atender as necessidades dos países em desenvolvimento. Mas em Durban, os Estados Unidos, a Arábia Saudita e a Venezuela, entre outros, têm dificultado a aprovação.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/afra-balazina/entrevista-exclusiva-christiana-figueres/>

05/12/2011

Impasse na COP17 sobre futuro de Quioto ameaça MDL

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/82.jpg?9d7bd4>

Brasil e China alertam que se a Conferência das Partes não estender o Protocolo, não há como dar continuidade ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e que as próprias negociações climáticas multilaterais estariam em risco

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) permite que empresas de países ricos signatários do Protocolo de Quioto comprem créditos de carbono gerados por projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa em nações em desenvolvimento para cumprirem suas próprias metas de emissões.

Em 2010, essa ferramenta movimentou cerca de US\$ 1,5 bilhão com mais de 3,2 mil projetos registrados, sendo que a China sedia a maior parte das iniciativas, seguida pela Índia e Brasil.

Agora, diante da possibilidade real do Protocolo de Quioto expirar em 2012, os emergentes afirmam que o mecanismo perderá sua razão de ser.

“Não haverá MDL em 2013 se não chegarmos a um consenso sobre Quioto”, alertou Su Wei, chefe da delegação chinesa na Conferência das Partes de Durban (COP17).

“Não entendo como alguém pode pensar que os instrumentos do Protocolo continuarão a existir sem que o próprio acordo exista”, reforçou André Correa do Lago, chefe da delegação brasileira.

Muitos analistas acreditam que é possível manter o MDL mesmo sem Quioto, pois a proposta da União Europeia, de estabelecer uma série de ações até 2015 para só então se discutir um novo acordo climático, daria condições para isso. Porém, se as grandes nações emergentes, que sediam a imensa maioria dos projetos, desistirem de participar da ferramenta, ela realmente corre o risco de desaparecer.

Recentemente, a Convenção Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) publicou um relatório que mostra os benefícios que o MDL tem trazido aos países que o sediam seus projetos. Entre eles estão: a transferência de tecnologias ambiental e climaticamente amigáveis e de baixo carbono, a melhoria dos meios de subsistência e das atividades das comunidades, a criação de empregos e o aumento da atividade econômica.

A delegação brasileira, que participou de uma coletiva de imprensa nesta quinta-feira (1), não apenas alertou para o fim do MDL como também criticou duramente os países que estão abandonando o Protocolo de Quioto, como Japão, Rússia e Canadá.

“Está claro que essas nações abandonam suas obrigações para poderem estar livres para aumentar suas emissões. Isto é uma notícia muito ruim para o planeta”, declarou Correa do Lago, que ainda defendeu o formato de Quioto, que obriga apenas as nações ricas a terem metas. “Por mais que países como o Brasil, Índia e China tenham feito grandes progressos no combate à pobreza, seguimos sendo países em desenvolvimento. Não tem nenhum sentido que tenhamos as mesmas obrigações que os países já desenvolvidos.”

O brasileiro também afirmou que se Quioto não for estendido, todo o processo de negociações sob a ONU ficará ameaçado. “Se não alcançarmos o segundo período de compromisso de Quioto vamos ter uma situação literalmente dramática para as negociações multilaterais.”

Florestas

A questão da conservação ambiental e do REDD+ foram destaque na COP16 em Cancún, então os debates sobre o assunto em Durban estão sendo bastante esperados.

A Bolívia apresentou nesta quinta uma proposta contrária ao uso de ferramentas de mercado para atividades de preservação e sugeriu a criação de fundos globais e de políticas públicas. De acordo com Rene Orellana, negociador chefe boliviano, seu país está muito preocupado com o crescimento do interesse do setor privado nas florestas, uma vez que o lucro acaba ficando acima das preocupações ambientais e sociais.

“Os recursos para conservação deveriam passar diretamente para as mãos dos povos indígenas e das comunidades locais. Além disso, o ideal é a distribuição ser realizada por fundos nacionais e não ficar a cargo de corporações estrangeiras”, declarou Orellana.

“Muitas empresas estão lucrando com as mudanças climáticas e as propostas aprovadas são sempre oriundas dos países mais ricos, que foram na verdade os grandes responsáveis pelas emissões de gases do efeito estufa”, reforçou Fiu Elisara, da Coalisão Global de Florestas.

Quem também já aproveitou o espaço da COP17 para falar sobre as florestas foi o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), que realizou na quarta-feira (30) um evento paralelo para apresentar as iniciativas subnacionais de programas de REDD+ no Brasil.

**publicado originalmente no site*
[CarbonoBrasil\(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729104\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729104).

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/impasse-na-cop17-sobre-futuro-de-quioto-ameaca-mdl/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

05/12/2011

Sem acordo no essencial na COP17

por Sérgio Abranches, do Ecopolítica



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/72.jpg?9d7bd4>

Com o primeiro segmento da COP17 próximo de terminar neste sábado de forma inconclusiva, os negociadores começam a juntar as partes descosturadas que resultaram de uma semana de conversas, para ver o que têm nas mãos. Trabalham agora para reduzir as opções a serem apresentadas aos ministros para deliberação adicional durante o segmento político que começa na segunda-feira.

Embora tenha havido progresso relativamente consistente em várias questões técnicas, não se chegou a consenso no fundamental. Ninguém tinha a expectativa de que Durban viesse a ser palco de grandes decisões. Mas a repetição de um impasse generalizado poderia causar sérios danos à credibilidade da UNFCCC, a Convenção do Clima. Todas as partes nas negociações sabem que precisam chegar ao final com um pacote que contenha medida práticas, de aplicação imediata e que sejam relevantes, em finanças e tecnologia, e alguma indicação mais clara sobre os passos futuros para se chegar a um regime global para mudança climática.

No momento parece quase impossível aprovar um segundo período de compromissos para Protocolo de Quioto. Os negociadores estão considerando soluções legais alternativas que evitem um vazio entre períodos de compromissos. Houve considerável concordância de que esse vazio deve ser evitado. Embora uma emenda plenamente ratificável pareça improvável, as partes podem ainda decidir sobre um regime de transição, para manter vivo o Protocolo.

O Japão insistiu ontem, entretanto, que a saída seria começar a trabalhar imediatamente no desenvolvimento de um novo acordo com plena força legal e obrigações compulsórias para todos os grandes emissores, desenvolvidos e emergentes. Propôs que a COP17 crie um novo grupo de trabalho com mandato para redigir uma proposta de acordo a ser adotado o mais rapidamente possível. A base para esse novo tratado ou protocolo seria o Acordo de Cancún.

Um delegado de um dos países do BASIC disse que é imperativo que se busque uma fórmula que permita incluir o Estados Unidos no novo acordo e convencer a União Europeia e outras partes a apoiar um segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto. Ele indicou que já estão em curso conversas sobre um mecanismo que tivesse o máximo de força legal, porém não a ponto de configurar um tratado que dependeria de ratificação. O negociador disse que muitos se sentem desconfortáveis em negociar um tratado, ainda que tenha a aprovação do governo do EUA, apenas para ver, mais adiante, o Senado em Washington se recusar a ratificá-lo.

Um acordo “não-ratificável” parece a esses negociadores uma solução mais prática e funcional do que a insistência em um tratado com plena força legal e que necessitaria passar pelo incerto processo de ratificação.

Segundo a Reuters, o principal negociador da China Su Wei disse ontem que “como a UE é o único grupo de partes [da Convenção] disposto a considerar um segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto estamos prontos para conversar construtivamente com a UE.” Su Wei também teria dito que a China

não “descarta a possibilidade de [um acordo com força] legal no qual tenha obrigações. É possível para nós, mas dependerá das negociações.”

Parece improvável que os negociadores encontrem ainda um meio-termo nos temas centrais, à luz do que houve na primeira semana. Usualmente transferir decisões para os ministros no segmento político adianta pouco. Os países dificilmente mudarão suas posições nos temas mais críticos no calor do momento. Se ainda tiverem alguma carta para jogar, ela já terá sido decidida anteriormente, em casa. Os ministros podem ou não jogar essas cartas, dependendo dos movimentos de outros negociadores-chave. Mas é difícil imaginar que possam mudar todo seu jogo a essa altura do processo. Daí o apelo de soluções de transição e inovações como um “quase-tratado”, que não precisasse ratificação, mas fosse considerado mais forte e vinculante que o Acordo de Cancún. Mas mesmo sobre essas soluções alternativas, de menor alcance, ainda está longe de haver consenso.

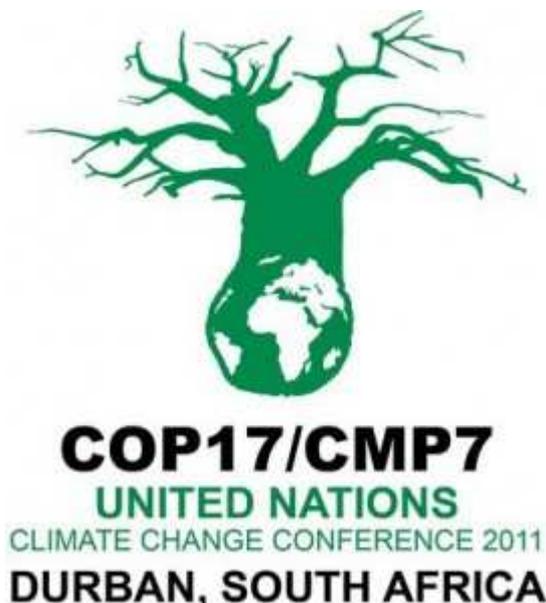
*publicado originalmente o site Ecopolítica.

Fonte: Ecopolítica/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/sem-acordo-no-essencial-na-cop17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=05)

06/12/2011

Frases iguais com significados distintos na COP17 em Durban

por Sérgio Abranches*, do Ecopolítica



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/133.jpg?9d7bd4>

Estados Unidos, China e Brasil disseram ontem (6), em coletivas de imprensa que são favoráveis a um acordo com força legal para todos, a partir de 2020. A União Europeia estabeleceu a definição de um roteiro para se chegar a esse acordo como condição para aceitar um segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto. Os negociadores-chefe dos três países disseram, também, que seus países já têm metas até 2020, apresentadas em Copenhague e reafirmadas em Cancún. A UE não objeta a essas metas, apenas querem clareza de que serão cumpridas.

O enviado especial para mudança climática do EUA, Todd Stern e o negociador-chefe do Brasil, embaixador Luiz Alberto Figueiredo, caracterizaram esse futuro acordo para todos, como “sem condicionalidades”. Stern falou, ainda, em “paridade legal”. Figueiredo preferiu falar em “baseado em regras” (rules-based) e “de cima para baixo”, isto é, um arranjo multilateral pelo qual se determina o esforço coletivo a ser feito para combater a mudança climática e depois os países negociam como dividir entre eles essas metas. O ministro Xie Zenhua, disse, por sua vez, que a China está perfeitamente confortável com um tratado com força legal que a inclua, mas não antes de 2020 e mediante cinco condições.

Os três negociadores disseram que seus países têm metas até 2020, sob o Acordo de Cancún. Figueiredo e Xie adicionaram que suas metas são “legalmente vinculantes” domesticamente, porque se transformaram em lei. Figueiredo mencionou a aprovação da lei de mudança climática pelo Congresso brasileiro. Xie disse que as metas chinesas foram aprovadas pelo Congresso do Povo. Todd Stern disse que todos os países que assumiram metas em Copenhague e Cancún as levam muito a sério e estão executando ações para cumpri-las”.

Esta é uma diferença que os dois países do BASIC usam a seu favor, quando comparados ao EUA. Suas metas são lei em seus países, já no EUA, o Senado não aprovou lei similar à votada pela Câmara antes de Obama viajar a Copenhague. Suas metas são, portanto, rigorosamente voluntárias, mas registradas formalmente em um fórum multilateral. Não são legalmente vinculantes sequer no plano doméstico. O embaixador brasileiro, socorreu Todd Stern, nesta questão, ao dizer em sua coletiva que as metas do Acordo de Cancún estão submetidas a um tratado legal, a Convenção do Clima. Não são metas informais, nem tampouco obrigações de natureza compulsória, como as metas do Protocolo de Quioto.

Todd Stern disse que a China não estaria amadurecida para aceitar um tratado legalmente vinculante, nos termos propostos pelo EUA. Um negociador do BASIC explica essa diferença: a China entende a proposta de Washington como pretendendo eliminar o princípio das obrigações iguais, porém diferenciadas como base do futuro acordo. E nenhum país do BASIC aceitaria isso.

Está claro que os negociadores usam a mesma linguagem para dizer coisas diferentes. Mas é certo, também, que esse uso da mesma linguagem não é fortuito, é muito bem pensado, e serve como matéria-prima para que encontrem pontos em comum que permitam fechar o pacote de Durban.

Todd Stern caracterizou a proposta europeia de roteiro, ou mapa do caminho, como definição de um processo pelo qual se chegue a um acordo legal para todos em 2020. O embaixador Figueiredo, preferiu também usar a expressão “processo”, para não confundir o que se está negociando em Durban, com o chamado “mapa do caminho de Bali”, que ainda não foi integralmente cumprido. O negociador brasileiro mencionou, inclusive, ao falar das aspirações do Brasil para Durban, à plena implementação do Plano de Ação e Mapa do Caminho de Bali e do Acordo de Cancún. Stern não quer decidir de antemão qual a forma legal a que esse processo pretende chegar. Um negociador bem informado disse que, realmente, seria possível negociar o processo, sem predeterminar a natureza completa do resultado final.

Seguramente, a maior coincidência de expressões, que nada tem a ver com o acaso, é exatamente na enumeração do que representaria um bom resultado em Durban. Todos falam na plena operacionalização ou implementação do Acordo de Cancún. Todos se referem às mesmas questões pendentes. Um regime de transparência, ou seja de contabilidade comum das emissões, que seja verificável de alguma maneira. O desenho completo e a definição do fluxo de recursos para o Fundo Verde para o Clima. Operacionalização dos mecanismos de transferência e cooperação tecnológica e de apoio à adaptação dos países mais vulneráveis à mudança climática.

Essa lista, com alguma diferença de especificação corresponde a praticamente o total das “cinco condições” estabelecidas por Xie Zenhua para aceitar a inclusão da China em um acordo com força legal a partir de 2020. Brasil e China insistem na prioridade para o segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto. A União Europeia diz que não tem dificuldades em assinar um segundo período de compromissos, desde que esteja segura de que os demais países observarão um calendário claro e procedimentos efetivos para chegar a um novo regime legal. O EUA diz que o protocolo não faz parte do escopo de sua participação na COP, não tem porque se opor a que os países que fazem parte dele negociem o segundo período de metas. Diz, ainda, que concorda com a definição de um processo para se chegar a um futuro acordo comum. Só não estaria disposto a definir antes o formato legal do acordo, sem saber o que ele conteria e quem seria incluído.

Há divergências sérias ainda sobre como tornar o Acordo de Cancún “plenamente operacional”. Elas se referem, por exemplo, a como serão as regras do regime de transparência; à governança do Fundo Verde para o Clima e à garantia de recursos suficientes para que ele possa iniciar sua operação imediatamente; a pendências sobre o detalhamento de outras ações em tecnologia e adaptação. Mas essas discordâncias podem vir a ser resolvidas de forma satisfatória para todos, para que se tenha um “pacote Cancún”, em Durban.

Com relação ao Protocolo de Quioto, o problema não está em ter ou não o segundo período de compromissos. Fora Canadá, Japão e Rússia, os demais países envolvidos não se opõem à emenda que instituiria o segundo período de compromissos. Apenas querem ter alguma garantia de que os países que não estão sob o regime compulsório do protocolo também tenham metas até 2020 e que trabalharão concretamente, em paralelo, para definir um regime legal único para após 2020.

Há demandas de outros países para encurtar a vigência do segundo período de compromissos e antecipar a data em que passaria a valer o novo regime único. Mas a data definida pelos grandes acabará prevalecendo. A alternativa seria sair de Durban sem o segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto e sem um processo seguro para os países chegarem a um futuro regime global comum para mudança climática.

Todos os principais negociadores mencionaram também a expectativa em torno da revisão científica das metas apresentadas em Copenhague e oficializadas em Cancún, a partir de 2013, para que estejam prontas em 2015. Não será surpresa se houver alguma menção mais formal à disposição dos países de reverem suas metas para o período 2015-2020, à luz dessa revisão. Embora o negociador-adjunto do EUA, Jonathan Pershing, tenha dito que seu país não pretende rever as metas para 2020, ele se referia a um novo acordo com força legal. Com relação ao Acordo de Cancún, que prevê essa revisão, Todd Stern, o negociador-chefe, disse que seu país leva suas metas muito a sério, “deadly serious”, foi a expressão em inglês.

A convergência entre esses quatro interlocutores – EUA, China, União Europeia e Brasil – definirá as bases para o resultado das negociações de Durban. Os outros países, se houver acordo entre esses, terão que acompanhar suas linhas, sob pena de sair da África do Sul de mãos abanando. É claro, que, como se viu

em Copenhague, a regra da unanimidade permite a ação de “kamikazes”, que preferem derrubar todas as decisões, por não aceitarem o resultado majoritário. Mas, Cancún criou um precedente de como evitar os “kamikazes” se a maioria avassaladora aderir à solução dominante: “consenso não é unanimidade absoluta”, como definiu a presidente da COP16, Patricia Espinosa.

** De Durban.*

*** Publicado originalmente no site [Ecopolítica](http://www.ecopolitica.com.br/2011/12/05/consenso-nas-expressoes-e-divergencia-nos-significados-na-cop17/)(<http://www.ecopolitica.com.br/2011/12/05/consenso-nas-expressoes-e-divergencia-nos-significados-na-cop17/>)*

Fonte: [Ecopolítica/Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/frases-iguais-com-significados-distintos-na-cop17-em-durban/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)(http://envolverde.com.br/noticias/frases-iguais-com-significados-distintos-na-cop17-em-durban/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=06)

07/10/2011

Países temem 'morte' do Protocolo de Kyoto na COP 17, na África do Sul

*Nova negociação foi encerrada nesta sexta, na Cidade do Panamá.
Prazo de validade do Protocolo de Kyoto expira no final de 2012.*

da France Presse

Diplomatas e ambientalistas que participaram até esta sexta-feira (7) de uma nova rodada de negociações do clima na cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU), no Panamá, temem pela "morte" do Protocolo de Kyoto, acordo global que reúne os principais países emissores de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global.

Representantes de 200 países finalizaram a discussão de idéias com a esperança de encontrar um possível acordo nas conversações na Conferência das Partes (COP 17) que acontecerá entre novembro e dezembro em Durban, na África do Sul.

Entretanto, não existiram sinais de uma solução para uma questão urgente: o que fazer depois de 2012, quando expira o prazo de validade de Kyoto e os compromissos das nações ricas para reduzir as emissões de carbono que, segundo cientistas, traz graves consequências à saúde do planeta.

"O que podemos perceber é a existência de diferenças que não são conciliadas e a pergunta é se já há alguma maneira de avançar ou ao menos permitir a manutenção das negociações", disse Alden Meyer, da organização União de Cientistas Preocupados (UCS, na sigla em inglês).

A União Europeia é o principal defensor do protocolo em vigência e está disposta se comprometer a novas obrigações quando este acordo acabar. Entretanto, Canadá, Japão, Rússia, além dos Estados Unidos (que não compõe o Protocolo de Kyoto), insistem que qualquer nova ação deve incluir todas as grandes economias, o que inclui a China, um dos principais emissores mundiais.

Principais emissores agregados em novo acordo

Para o negociador japonês Akira Yamada, o país reduziria menos de um terço das emissões globais se somente as nações incorporadas ao protocolo atual se comprometessem a uma nova rodada. "Esta é a razão pela qual o Japão não adere ao segundo período de compromisso", disse.

Economias emergentes como a China se mantêm firmes na posição de que suas ações devem ser voluntárias, dizendo que os países desenvolvidos têm uma responsabilidade histórica na mudança do clima e os pressiona para que ajudem os países mais pobres.

Em 2009, na cúpula de Copenhague, na Dinamarca, foi criado o Fundo Verde, que disponibilizaria US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020 às nações que mais afetadas pela mudança do clima, como os países insulares e estados da África. Entretanto, ainda não ficou definida a entidade que administrará o montante. Colin Beck, negociador das Ilhas Salomão, lembrou que US\$ 150 bilhões foram fornecidos pela a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI) à Grécia, que sofre grave crise financeira. Para ele, estão gastando mais dinheiro com um único país do que com a saúde a longo prazo de todo planeta.

Novo prazo limite

Para a organização Climate Action Tracker, os compromissos para reduzir as emissões estão muito distantes do que o necessário para alcançar o objetivo de manter o aquecimento global a dois graus Celsius acima dos níveis pré-industriais.

Na intenção de encontrar um caminho após Durban, Austrália e Noruega fizeram a proposta de estabelecer o ano de 2015 para a criação de um acordo legalmente vinculante que agregaria todas as nações.

Alguns países se mostraram interessados, mas Beck duvida que isto funcione. Segundo ele, na conferência climática de Bali, em 2007, foi estabelecido prazo de dois anos e a resolução de um novo acordo em Copenhague. "Devemos aprender com a história. Se vão colocar uma nova data para 2015, na realidade somente estarão esticando o acordo, quando há necessidade de se atuar", explica o negociador das Ilhas Salomão.

Fonte: [G1 Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/paises-temem-morte-do-protocolo-de-kyoto-na-cop-17-na-africa-do-sul.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/10/paises-temem-morte-do-protocolo-de-kyoto-na-cop-17-na-africa-do-sul.html>)

07/12/2011

COP17 apresenta avanços nas negociações climáticas

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/155.jpg?9d7bd4>

Delegações estão mais perto de concordar com o plano europeu que sugere um acordo climático com metas para todos os países a partir de 2020 e que contempla um segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto

As grandes nações emissoras de gases do efeito estufa declararam na Conferência das Partes de Durban (COP17), que termina nesta sexta-feira (9), estarem dispostas a aceitar a proposta europeia de que seja criado em 2015 um acordo climático internacional que entre em vigor em 2020.

As delegações dos Estados Unidos, China e Brasil afirmaram nesta segunda-feira (5) que são favoráveis à ideia, até porque seus países já possuem algum tipo de meta, estabelecidas internamente ou em conferências anteriores, para os próximos 10 anos.

Porém, a China fez uma ressalva. Só aceita o plano europeu se algumas promessas que já foram firmadas anteriormente forem cumpridas pelas nações industrializadas. Como, por exemplo, um segundo período de compromisso sob o Protocolo de Quioto, a arrecadação de US\$ 30 bilhões anuais em auxílio climático para países pobres até 2012 e de US\$ 100 bilhões anuais até 2020.

O negociador chefe dos EUA, Todd Stern, está cético com a nova postura do gigante asiático, dizendo que não acredita que o governo chinês queira realmente uma lei internacional que limite suas emissões.

“A questão que defendemos é que todas as nações devem possuir metas, sem exceções. Se isso for alcançado, não teremos mais objeções com um novo acordo climático”, afirmou Stern.

Os chineses rebateram as críticas declarando que pelo menos possuem leis nacionais que limitam as emissões industriais, enquanto nos EUA o congresso impediu a aprovação das leis climáticas.

De qualquer forma, diversas autoridades estão vendo avanços em Durban e esperam por um resultado bem acima das expectativas.

“O segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto está muito mais perto de ser conseguido hoje do que estava antes da COP17 começar. Muitos países estão falando em como fazer isso acontecer e não mais se o protocolo deve continuar”, afirmou Christiana Figueres, secretária-executiva da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Figueres destacou ainda que mesmo as nações que já se disseram contrárias a Quioto – EUA, Japão, Rússia e Canadá – não vão se opor se outros países escolherem manter o tratado.

“O maior problema é que quem ficar de fora provavelmente terá que provar que vai estabelecer metas semelhantes aos que assinarem a extensão. Isso pode se mostrar bem difícil de acontecer ainda na própria COP17”, explicou.

Adiamento

Mas nem todos estão satisfeitos com o andamento das negociações em Durban, que parecem tender realmente para acatar a proposta europeia.

A Índia e as nações mais vulneráveis alertam que adiar mais uma vez a adoção de metas de emissões está longe de ser uma boa opção.

“Em vez de concluírem as negociações agora, estão tentando lançar uma nova rota que pode estabelecer um sistema ainda mais fraco do que já temos. Tememos que não tenhamos metas juridicamente obrigatórias nos próximos 10 anos”, alertou um diplomata africano.

“Todas as opções dos países desenvolvidos até agora levam a redução das ambições”, concordou um porta-voz da Venezuela.

“Negociar um novo acordo climático levará tempo demais e será a receita para a inação”, completou Andy Atkins, diretor do grupo Amigos da Terra.

Os indianos, além de criticar o adiamento, não estão dispostos a terem metas obrigatórias, mesmo que elas sejam para além de 2020. Os negociadores do país afirmam que somente as nações mais ricas têm a obrigação de reduzir suas emissões e não os países que apenas recentemente começaram a sair da miséria.

“Estão tentando passar a imagem de que a Índia está obstruindo as negociações, o que não é verdade. Nós somos a favor de iniciativas construtivas e nossas convicções são transparentes e públicas”, afirmou Jayanti Natarajan, ministro indiano do Meio Ambiente.

A delegação indiana defende que antes de se conversar sobre um novo tratado, a COP17 deveria decidir como colocar em prática as promessas já estabelecidas, como o fundo de ajuda climática.

“Nosso objetivo em Durban é ajudar os países mais vulneráveis às mudanças climáticas, não lançar um processo para um novo tratado. Não é sobre isso que são as atuais negociações”, concluiu Jayant Mauskar, líder da delegação indiana.

A ministra do Meio Ambiente brasileira, Izabella Teixeira, deve chegar à Durban nesta quarta-feira (7). O Brasil recebeu na última sexta-feira (2) o irônico prêmio ‘Fóssil do Dia’, por causa da afirmação de que o novo código florestal ajudaria a reduzir as emissões.

**publicado originalmente no site do*
[CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729133)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729133)

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/cop17-apresenta-avancos-nas-negociacoes-climaticas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)(http://envolverde.com.br/noticias/cop17-apresenta-avancos-nas-negociacoes-climaticas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=07)

07/12/2011

Obama em Durban? Só em vídeo...

Por Afra Balazina

Os Estados Unidos levaram ontem um prêmio ao contrário, o Fóssil do Dia, por não querer negociar na COP-17 um acordo global com força de lei e tentar postergar as discussões para a próxima década. “Mais nove anos de conversas? Isso é completamente irresponsável, já que só faz com que outros grandes emissores sentem e não façam nada”, disse a Climate Action Network (CAN), que entrega o prêmio em nome de diversas ONGs.

Enquanto isso, o presidente americano, Barack Obama, “apareceu” em Durban – não pessoalmente, mas por meio de um vídeo, num evento sobre a Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação Florestal (Redd).

Ele elogiou a prêmio Nobel da Paz Wangari Maathai, queniana que lutou pela conservação das florestas e iniciou um movimento que plantou mais de 30 milhões de árvores. Ela morreu em setembro deste ano.

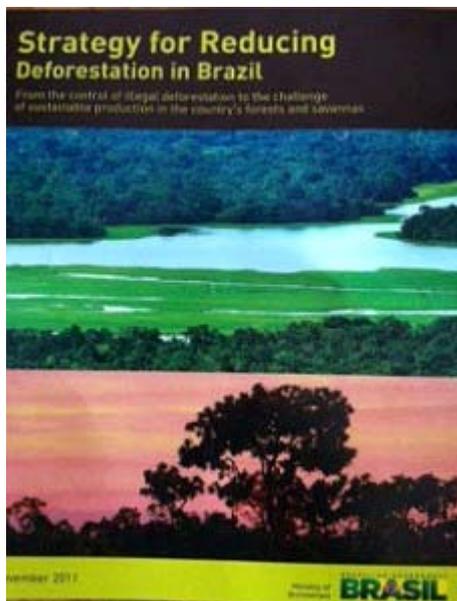
“O trabalho de Wangari e o movimento do Cinturão Verde permanece como um testemunho do poder que uma idéia de uma única pessoa de que o simples ato de plantar uma árvore pode ser uma profunda declaração de dignidade e esperança primeiro em uma aldeia, em seguida, em uma nação, e agora, em toda a África. Aqui em Durban, nós podemos continuar o seu trabalho de preservar nossas florestas, melhorar a forma como usamos nossos recursos naturais e como cultivamos alimentos para crescer nossas economias de uma forma sustentável e que trate das mudanças climáticas ... Nisso vocês podem contar com a parceria dos EUA”, disse ele no vídeo.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/afra-balazina/774/>

07/12/2011

Brasil usa dados de redução de desmatamento para pressionar na negociação climática

Por Afra Balazina



Folder em inglês distribuído ontem pelo Brasil para mostrar as estratégias de redução do desmatamento no País (Afra Balazina/AE)

O Brasil tentou explorar ao máximo nesta terça-feira 17ª Conferência do Clima da ONU (COP-17), em Durban, o fato de ter conseguido reduzir o desmatamento da Amazônia em 11% em um ano e ter obtido a menor taxa dos últimos 24 anos.

O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe da delegação brasileira em Durban, afirmou sem ser perguntado, numa entrevista dada em conjunto com representantes do Basic (grupo que reúne Brasil, China, Índia e Brasil) no início da tarde, que os quatro países emergentes estavam fazendo a sua parte e que esperavam que os outros fizessem o mesmo na luta contra as mudanças climáticas.

“Estou feliz em compartilhar com vocês o fato de que ontem nossos últimos números de desmatamento foram anunciados pelo nosso instituto de pesquisa espacial e (o desmatamento) foi 11% menor (...). Esses números são públicos, estão disponíveis na internet. A transparência é absoluta. Estamos felizes que estamos fazendo o que prometemos em Copenhague e reafirmamos em Cancún. Estamos fazendo nossa parte”, disse.

Em seguida, ele cobrou recursos dos países desenvolvidos. “A delegação brasileira, junto com os países do Basic e do G77+China, quer deixar Durban com um Fundo Verde Climático totalmente funcional, e que não seja uma casca vazia. Tem de estar claro o financiamento para o fundo e haver clareza do cronograma para o futuro, no espírito do compromisso dos países desenvolvidos em Copenhague e em Cancún”, afirmou.

Os países desenvolvidos se comprometeram no ano passado a colocar 100 bilhões até 2020 no Fundo Verde Climático para custear ações de corte de emissões e de adaptação às mudanças climáticas pelos países em desenvolvimento. Mas houve pouco avanço no fundo ao longo deste ano.

O embaixador voltou a falar os dados de desmatamento no fim da tarde, em entrevista coletiva do País para jornalistas estrangeiros e brasileiros. Novamente sem ser perguntado sobre o assunto.

Segundo o secretário nacional de Mudanças Climáticas, Eduardo Assad, o Brasil conseguiu mostrar ao mundo que está fazendo o dever de casa, o que é positivo para as negociações.

Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/afra-balazina/>

08/12/2011

COP-17: Sul-africanos pedem “empregos no clima”

por Redação EcoD



Manifestações de grupos civis são constantes durante a COP-17.

Foto: tcktcktck

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/175.jpg?9d7bd4>

Uma campanha foi lançada nesta semana, e resolveu entrar no debate em Durban, onde acontece a 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17). Uma das principais instituições sul-africanas, esta demandando do governo a criação de 1 milhão de “empregos no clima” no país nos próximos três anos. Ela é integrada por quatro dezenas de organizações da sociedade civil, entre elas a poderosa Cosatu (Congresso dos Sindicatos de Trabalhadores Sul-Africanos), base de sustentação do partido do presidente Jacob Zuma, o CNA.

Segundo seus organizadores, o objetivo é repor os empregos perdidos na crise de 2008/2009. Não há cifras confiáveis sobre emprego no país porque o grau de informalidade da economia é alto.

Num auditório da Universidade de Kwa-Zulu Natal, província que abriga Durban, organizadores da campanha explicavam em zulu e em inglês a uma plateia de trabalhadores e agricultores os setores que poderiam ser beneficiados imediatamente.

“Não estamos falando de empregos verdes. Emprego verde pode ser patrulhar parques nacionais, por exemplo. Precisamos de empregos que realmente cortem emissões, como dirigir ônibus e reformar casas para economizar energia”, explica Jonathan Neale, um americano que coordena a campanha no Reino Unido.

O custo das novas contratações é estimado pelos organizadores em 92 bilhões de rands (US\$ 12 bilhões), mas a campanha estima que haja mais do que o dobro desse valor anualmente para financiar empregos no clima.

“Isso não é dinheiro que você desperdiça com um banco”, afirma Neale explicando que a proposta vai ajudar a economia ao aumentar o consumo e a arrecadação pública.

Neale critica a falta de provisão de empregos que nos EUA ficaram conhecidos como do “colarinho verde” nos planos de estímulo à economia europeus.

“No Reino Unido o plano é cortar, cortar e cortar. Olhe o que aconteceu com a Grécia, com Portugal, com a Irlanda. Eles cortam, e se não conseguem arrecadar, cortam mais ainda.”

O lançamento da campanha foi marcado por manifestações altermundistas, críticas ao capitalismo, ao “neoliberalismo”, por seguidas referências à “luta de classes” e por uma peça de teatro de um grupo americano que faz uma paródia da crise do clima, intitulada “Tripping on the Tipping Point”, ou “Tropeçando no Ponto de Não Retorno”.

* Publicado originalmente no site EcoD.

(<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/novembro/cop-17-sul-africanos-pedem-empregos-no-clima>)

Fonte: EcoD/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/cop-17-sul-africanos-pedem-empregos-no-clima/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=08)

08/12/2011

EUA negam pressão para adiar acordo climático global

DA REUTERS

Os EUA negaram nesta quinta-feira que estariam tentando protelar um acordo global para o clima até 2020, e disseram apoiar uma proposta da UE (União Europeia) que busca delinear o caminho para um pacto mais ambicioso no combate às mudanças climáticas.

Representantes de quase 200 países têm até esta sexta-feira (9) para decidir se vão se comprometer à assinatura de um acordo climático internacional até 2015, que entrará em vigor a partir de 2020.

Leia o especial sobre a conferência do clima

(<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2011/conferenciadaonuemdurban/>)

 **Veja galeria de fotos da COP-17** (<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/5568-conferencia-do-clima-em-durban>)

Alguns países e grupos ativistas dizem que os EUA estão tentando adiar o acordo para 2020 ou para além dessa data, e que existe pouca possibilidade de progresso antes da eleição presidencial norte-americana do próximo ano.

A questão é mais complicada considerando a disputa entre os republicanos e os democratas do partido do presidente Barack Obama sobre a legislação ambiental.

"Não tem fundamento algum sugerir que os EUA estejam propondo um adiamento da medida para 2020", disse nesta quinta-feira (8) o enviado norte-americano para o clima, Todd Stern, a jornalistas.

"A UE está pedindo um caminho [para um futuro acordo]. Apoiamos isso", afirmou.

A UE está pressionando os países por um acordo global em 2015, mas não estenderá o Protocolo de Kyoto --o único pacto global que vincula legalmente os países no combate à mudança climática-- a não ser que os grandes emissores, entre eles EUA e China, também prometam cortes ambiciosos.

Os EUA disseram que só vinculariam a redução de suas emissões a um acordo internacional se a China e outros países em desenvolvimento, considerados grandes poluidores, se comprometessem igualmente.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1018450-eua-negam-pressao-para-adiar-acordo-climatico-global.shtml>

08/12/2011

Brasil aceita ter metas obrigatórias de corte de emissão de CO₂ após 2020

Ministra Izabela Teixeira ressaltou que País trabalha com afinco para que ocorra a adoção de um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto

de Afra Balazina, enviada especial a Durban

DURBAN – A ministra Izabela Teixeira (Meio Ambiente) discursou na 17ª Conferência do Clima da ONU (COP-17) e afirmou pela primeira vez claramente que o Brasil aceita um acordo global com força de lei em que tenha metas obrigatórias de corte de emissão de gases de efeito estufa para entrar em vigor logo após 2020.

"Por isso se todos, repito, todos trabalharmos juntos poderemos negociar o mais cedo possível um novo instrumento legalmente vinculante sobre a Convenção (do Clima), baseado nas recomendações da ciência que inclua todos os países para o período imediatamente pós-2020. Esta é nossa ambição. Este é o nosso objetivo", afirmou a ministra.

O Brasil também ressaltou que trabalha com afinco para que ocorra a adoção de um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto – já que o primeiro encerra em dezembro de 2012. Esse tratado foi o primeiro acordo global para cortar emissões dos gases que provocam as mudanças climáticas. Mas Kyoto é considerado fraco por não incluir os atuais maiores poluidores: os EUA, que nunca ratificaram o protocolo, e a China, que como país em desenvolvimento não tinha meta obrigatória nesse tratado.

É por isso que a União Europeia defende desde o início da COP-17 que se faça o segundo período de Kyoto, contanto que ao mesmo tempo se desenhe um cronograma para um acordo mais abrangente, que inclua todos os maiores emissores – em que Estados Unidos, China, Índia e Brasil, por exemplo, também tenham metas obrigatórias. Para os europeus, o acordo precisa ficar pronto até 2015 e entrar em vigor em 2020 (os países teriam cinco anos para ratificar o tratado).

O chefe da delegação americana em Durban, Todd Stern, disse pela manhã que seu país não está bloqueando as negociações e que é favorável à ideia da União Europeia. Com isso, as atenções se voltam agora para a China – que coloca várias condições para aceitar um tratado legalmente vinculante – e a Índia – que argumenta que ainda tem boa parte da população na pobreza e não quer ser obrigada a cortar as emissões.

Fonte: ESTADÃO.COM.BR > PLANETA(<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,brasil-aceita-ter-metas-obrigatorias-de-corte-de-emissao-de-co2-apos-2020,808332,0.htm>)

09/12/2011

É urgente... Veremos depois

por Stephen Leahy, da IPS



O mundo ainda depende fortemente dos combustíveis fósseis, que contaminam o ambiente.

Foto: Zukiswa Zimela

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/84.jpg?9d7bd4>

Durban, África do Sul, 09/12/2011 – Os países que participam das negociações sobre o clima admitiram publicamente que suas atuais reduções nas emissões contaminantes não poderão limitar o aquecimento global em menos de dois graus. Entretanto, os delegados presentes na 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que termina hoje nesta cidade, propuseram enfrentar a chamada “brecha de emissões” na próxima COP 18, que acontecerá no Catar no ano que vem.

Documentos negociados em Durban reconhecem que a redução necessária de emissões de gases-estufa, segundo estudos científicos, deve ser de 25% a 40% até 2020. Esses cortes e prazos são vitais para impedir que o planeta aqueça acima de dois graus, o que significaria uma catástrofe ambiental ainda maior. O rascunho da declaração do encontro diz que esta deve ser a meta definida na próxima COP.

“Necessitamos de um acordo sobre essa meta, fundamentada na ciência, no mais tardar em 2012”, afirmou Karl Hood, chanceler de Granada e representante da Aliança de Pequenos Estados Insulares. “E queremos que esses objetivos sejam legalmente implantados antes de 2017”, acrescentou. Hood disse à IPS esperar que até 2020 para fechar a brecha é “inaceitável” e significaria “um desastre para os pequenos Estados insulares”, que já sofrem os impactos da mudança climática.

O mundo tem apenas meses para poder reduzir as emissões de gases gerados pela queima de combustíveis fósseis de forma que o aquecimento global não supere os dois graus. Se isto demorar anos, as reduções extraordinárias necessárias para reverter o processo poderão levar a economia mundial à bancarrota e reverter avanços no desenvolvimento na maioria dos países, alertaram especialistas em Durban.

“Estamos aqui para alertar os políticos de que nos aproximamos perigosamente de um ponto tal que não poderemos alcançar a meta de menos de dois graus” no aquecimento da Terra, disse o cientista Bill Hare, diretor da Climate Analytics (<http://www.climateanalytcs.org>), grupo sem fins lucrativos assessor para temas climáticos com sede na Alemanha. Os atuais compromissos de redução de emissões, acordados na COP 15 de Copenhague, em 2009, permitem um aquecimento de até 3,5 graus, disse Hare.

Hoje, essas promessas continuam essencialmente inalteradas, e isto significa que as opções do mundo para não superar um aquecimento de dois graus estão cada vez menores, destacou em entrevista coletiva em Durban. “Dizendo claramente, quanto mais esperamos, menos opções temos, mais nos custará e maior será a ameaça para os mais vulneráveis”, advertiu.

As emissões mundiais geradas pela queima de combustíveis fósseis aumentaram 49% desde 1990 e alcançaram um recorde de 48 bilhões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂) em 2010, com a

probabilidade de chegarem a 50 bilhões este ano, afirmou Hare. Graças ao efeito moderador dos oceanos, o planeta esquentou apenas 0,8 grau, em média. Contudo, muitas partes da Terra registraram aumento muito maior das temperaturas.

A ciência mostra que as emissões globais devem cair para 44 bilhões de toneladas até 2020 e continuar diminuindo 2% ao ano, meta que para a comunidade internacional, fortemente dependente dos combustíveis fósseis, será “extremamente difícil” de alcançar, mas ainda assim realizável, assegurou o cientista.

Se os países preferem limitar-se a cumprir os compromissos assumidos em Copenhague, as liberações de gases-estufa mundiais provavelmente crescerão entre nove bilhões e 11 bilhões de toneladas acima da meta de 44 bilhões, criando uma “brecha de emissões” considerável, alertou Niklas Höhne, diretor de Políticas de Energia e Climáticas da Ecofys, organização consultora em energia.

“Nossos resultados estão de acordo com o Informe sobre Brecha de Emissões, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), divulgado no começo das conversações em Durban”, afirmou à IPS. Chama a atenção o fato de muitos dos temas de intenso debate na COP 17 (biocombustíveis, agricultura, créditos de carbono para proteção de florestas, captura e armazenamento de dióxido de carbono) não são considerados importantes pelos cientistas para reduzir as emissões.

Segundo Höhne, “com os biocombustíveis é preciso estar muito certo de que não vão derivar em um aumento das emissões”. Vários novos estudos sobre o biodiesel com base no óleo de palma e no etanol de milho indicam que suas emissões são mais altas do que as geradas pela queima de combustíveis fósseis, quando se calcula todo seu ciclo de vida.

Os biocombustíveis não têm probabilidades de constituírem um método significativo para reduzir as emissões, coincidiu Höhne, e a agricultura está na mesma categoria. As práticas de cultivo podem ser alteradas para reduzir as liberações de gases, mas, segundo estudos de diversos cenários, só reduziriam parte da brecha.

A brecha de emissões só pode ser salva com uma combinação de melhoria da eficiência energética em todos os setores com um significativo aumento do uso de fontes renováveis, incluindo biomassa, passando do uso do carvão para o do gás natural. O custo desta mudança é relativamente baixo, de US\$ 38 por tonelada de CO₂ que não é liberada na atmosfera.

No entanto, esperar até 2020 sairia muito mais caro. Cada dólar que não é destinado à redução de emissões do setor energético exigirá um investimento adicional de US\$ 4,3 depois desse ano, para compensar todas as liberações de gases-estufa produzidas até então. É o que afirma o estudo “Perspectiva Mundial da Energia 2011”, da Agência Internacional de Energia. Esperar até 2020 “é um risco que não queremos correr”, afirmou Höhne.

Entretanto, os delegados em Durban parecem não compreender isso. “Não agem como se compreendessem”, ressaltou Höhne, lembrando que em 17 anos de negociações não se chegou a um acordo para reduzir substancialmente as emissões.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/e-urgente-veremos-depois/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09\)](http://envolverde.com.br/noticias/e-urgente-veremos-depois/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

09/12/2011

Continuidade de Quioto deve ser garantida na COP17

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/187.jpg?9d7bd4>

A União Europeia está disposta a estender o protocolo mesmo sem o apoio de outras nações ricas, mas exige que todos se comprometam a seguir o roteiro de um novo acordo em 2020 com metas obrigatórias para a redução de emissões

A 17ª Conferência das Partes das Nações Unidas (COP17), que termina nesta sexta-feira (9) em Durban, África do Sul, parece estar finalmente conseguindo chegar a alguns resultados, tanto para o financiamento climático quanto sobre o futuro do Protocolo de Quioto.

A Comissária Climática da União Europeia (UE), Connie Hedegaard, afirmou nesta quinta-feira (7) que o bloco vai dar continuidade ao protocolo mesmo sem a participação dos Estados Unidos, Japão, Rússia e Canadá.

“A Europa está pronta para estender Quioto sozinha. Nós queremos que os mecanismos que dependem do protocolo sigam funcionando e também achamos indispensável mandar uma boa mensagem para o mundo nessa conferência (...) Queremos resolver a questão climática o mais rápido possível”, declarou Hedegaard, que foi bastante aplaudida pelos presentes na coletiva de imprensa. Assim, a União Europeia está deixando claro que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) prosseguirá com suas atividades.

As metas de emissões de gases do efeito estufa europeias sob esse segundo período de compromisso de Quioto serão definidas posteriormente.

“Estamos mostrando porque a Europa é a líder mundial nas questões climáticas e porque somos um exemplo para todas as nações. Queremos continuar utilizando a única ferramenta que temos para mitigar as mudanças climáticas”, afirmou Hedegaard.

Porém, a UE fez uma demanda: os países, tanto os ricos quanto os em desenvolvimento, devem aceitar participar do novo acordo climático que entrará em vigor em 2020 e terá metas para todos, sem exceção.

Os dois maiores emissores mundiais, Estados Unidos e China, normalmente os maiores obstáculos nas conferências climáticas, parecem dispostos a aceitar esta condição.

O negociador chefe chinês, Xie Zhenhua, declarou que seu país não vê problemas em adotar metas que respeitem a filosofia das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” a partir de 2020. Mas, cobrou que antes disso, as promessas feitas nas conferências passadas saiam do papel.

“O que é realmente importante é implementar os compromissos existentes e acompanhar o andamento das ações realizadas por cada nação”, afirmou Xie.

Já Todd Stern, chefe da delegação norte-americana, afirmou que se o acordo de 2020 realmente estabelecer metas para todos os países, os Estados Unidos serão signatários.

“Todos os grandes emissores, emergentes ou não, devem possuir metas e estar sujeitos sob a mesma força legal. Também não queremos saber de condicionais do tipo, ‘só cumprimos nossas metas se recebermos o financiamento ou a tecnologia’”, salientou Stern.

O Brasil, que é um dos maiores defensores da continuidade do Protocolo de Quioto, também aceita a proposta europeia. “Se todos trabalharmos juntos poderemos negociar o mais cedo possível um novo instrumento legalmente vinculante sobre a convenção, baseado nas recomendações da ciência que inclua todos os países para o período imediatamente pós 2020”, afirmou Izabella Teixeira, em um discurso nesta quinta-feira (8).

Mesmo a Índia, que estava começando a se tornar o maior obstáculo das negociações climáticas, parece satisfeita com a ideia de que o Protocolo de Quioto será estendido se todos concordarem com o acordo de 2020. Provavelmente, a pressão dos outros membros do BASIC para que a COP17, sediada pela África do Sul, terminasse com um resultado positivo fez os indianos ficarem mais flexíveis.

Financiamento

Os negociadores também estão perto de concordar sobre o formato do Fundo Climático Verde, que promete até US\$ 100 bilhões ao ano até 2020 para ajudar os mais vulneráveis a lidar com as mudanças climáticas.

“Estou bastante confiante de que veremos o fundo sair do papel de uma maneira positiva. Restam apenas alguns detalhes operacionais a serem esclarecidos”, afirmou Stern.

O México se ofereceu para ser a sede física da administração do fundo e a UE afirmou que disponibilizará €14 bilhões para a ajuda climática entre 2014 e 2020.

Os norte-americanos também prometeram fazer doações, mas, assim como outros países, estão esperando o anúncio definitivo de como o fundo funcionará.

“Ainda existem alguns problemas com os detalhes do fundo, mas acredito que os países conseguirão encontrar as soluções rapidamente”, concluiu Andrew Light, que vem trabalhando na criação do fundo há três anos, em entrevista para a Reuters.

Um rascunho circulando pela COP17 propõe ainda que parte dos recursos pode ser levantada através de uma taxa de carbono sobre o setor marítimo mundial.

Assim, parece que realmente teremos resultados positivos ao fim da COP17.

“O acordo de Durban dificilmente deixará de conter o segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto; um ‘pacote Cancún’, com a plena operacionalização do Acordo de Cancún, com decisões finais sobre financiamento, tecnologia, adaptação e o regime de transparência”, escreveu Sérgio Abranches no Ecopolítica.

**publicado originalmente no site do CarbonoBrasil*(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729163).

Fonte: CarbonoBrasil/Envolverde(http://envolverde.com.br/noticias/continuidade-de-quioto-deve-ser-garantida-na-cop17/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=09)

09/12/2011

Conferência define extensão do Protocolo de Kyoto, mas sem metas

CLAUDIO ANGELO - ENVIADO ESPECIAL A DURBAN

O resultado mais importante da COP-17 já foi definido: o Protocolo de Kyoto, o acordo internacional contra emissões de gases-estufa, será estendido por um segundo período, a partir do ano que vem.

O texto da decisão, obtido pela Folha, tem duas páginas e não contém nenhuma meta de redução de emissões para os países que ficam em Kyoto, o chamado Anexo-1 (industrializados). Apenas convida as partes a submeterem suas metas – chamadas "objetivos quantitativos de redução de emissões", ou Qelros – até 1º de maio do ano que vem.

A decisão sobre Kyoto também chuta para a frente um problema que opôs os países industrializados nas discussões: o que fazer com o chamado "hot air" dos países do antigo bloco comunista. O colapso econômico dessas nações, nos anos 1990, fez com que elas ficassem com uma meta muito maior do que suas reais emissões, e nações como Ucrânia e Polônia queriam carregar esses "créditos" para a segunda fase. O texto diz que os países devem discutir mais esse assunto, num foro técnico.

O segundo período de Kyoto é o primeiro pedaço do pacote de decisões de Durban. Ele ainda precisa ser adotado pela COP-17, ou seja, aprovado pela plenária final da conferência, que até a tarde de sexta ainda não tinha hora para acontecer

A prolongação do protocolo era a exigência dos países em desenvolvimento, como o Brasil, para aceitarem a proposta europeia de adotar um roteiro de negociações rumo a um acordo legalmente vinculante que incluía todos os países a partir de 2015.

Na tarde desta sexta-feira, enquanto dezenas de manifestantes reunidos no térreo do ICC (o centro de convenções de Durban, que abriga a conferência) gritavam palavras de ordem e tentavam ocupar a plenária da COP, no andar de cima, negociadores de cerca de 30 países fechavam a segunda parte do pacote: o texto que deve definir o roteiro futuro das negociações.

A reunião foi suspensa por volta das 16h (horário local). A ministra do Meio Ambiente da Índia, Jayanthi Natarajan, afirmou que o bloco dos países-ilhas havia pedido duas horas para examinar a proposta.

Fonte: [Folha.com > Ambiente](http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1019048-conferencia-define-extensao-do-protocolo-de-kyoto-mas-sem-metas.shtml)(<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1019048-conferencia-define-extensao-do-protocolo-de-kyoto-mas-sem-metas.shtml>)

09/12/2011

Reunião do clima pode levar a acordo global em 2020

Brasil diz que, com participação de todos, discussões podem começar o mais rápido possível, EUA apoiam proposta europeia



Fonte: <http://www.estadao.com.br/estadao/novo/img/origem/bbc.gif>

DURBAN – Perto do fim do encontro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas em Durban (COP-17), na África do Sul, novas alianças e concessões parecem estar costurando o esqueleto de um novo acordo global para reduzir emissões de gases do efeito estufa que poderia ter efeito a partir de 2020.

Na noite de quinta-feira, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, falava, otimista, em um "espírito de cooperação", poucas horas depois de os Estados Unidos terem dito claramente que apoiam o plano da União Europeia de um processo que levaria a um tratado com força de lei e metas de redução de emissões.

O possível acordo que se desenha em Durban deve dar sobrevida ao Protocolo de Kyoto, que expira daqui a um ano, com as metas de redução de emissões propostas em Copenhague, ainda que, entre os grandes emissores de CO₂, apenas a UE seja incluída.

Por outro lado, ele abriria caminho para um pacto inédito, caso o "espírito de cooperação" citado pela ministra Izabella Teixeira se manifeste na forma de flexibilidade e concessões.

Plano europeu

O plano europeu, que conta agora com uma promessa de apoio dos EUA, prevê a assinatura de um roteiro de negociações que culminaria com um novo pacto global legalmente vinculante em 2015, o que daria entre quatro e cinco anos para os países o ratificarem domesticamente, entrando em vigor em 2020.

No entanto, além da dúvida sobre um compromisso concreto dos americanos, ainda há outras interrogações. O Brasil vem insistindo em adiar as negociações para depois de 2015, para que as metas negociadas para 2020 sejam baseadas na ciência recomendada pelo próximo relatório do Painel Intergovernamental para Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), que só deve sair entre 2013 e 2014.

Com isso, o país vai contra a nova aliança entre os países mais ricos, da União Europeia, e os mais pobres do planeta, representados pelos grupos das pequenas nações insulares conhecido pela sigla em inglês Aosis e os Países Menos Desenvolvidos (LDC, na sigla em inglês), além de alguns países africanos, que querem negociar as metas para 2020 o mais rápido possível.

Entretanto, essa suposta falta de pressa do Brasil não é uma posição imutável, como ficou claro no discurso de abertura do segmento de alto nível da COP-17 da ministra do Meio Ambiente na quinta-feira. Indicando uma flexibilização na posição brasileira, ela deixou a porta entreaberta para futuras concessões ao falar em "mais cedo possível".

"Se todos, repito, todos, trabalharmos juntos poderemos negociar o mais cedo possível um novo instrumento legalmente vinculante sobre a convenção, baseado nas recomendações da ciência que inclua todos os países para o período imediatamente pós 2020", discursou.

Maior poluidor do planeta

Um terceiro ponto ainda não esclarecido é a posição do maior poluidor do planeta, a China, e também da Índia, nas negociações. Enquanto o Brasil não teria maiores problemas com metas obrigatórias no futuro, não está claro a partir de quando indianos e chineses estariam dispostos a aceitar este tipo de limites.

Diante da pressão crescente por um acordo, observadores dizem que China, o maior poluidor do planeta, e Índia também podem acabar aceitando negociar o futuro acordo global, embora ambos tenham reiterado que não aceitam ser equiparados aos países desenvolvidos que têm a responsabilidade histórica pela alta concentração de CO₂ na atmosfera.

"Ninguém quer ficar marcado como o país que levou Durban ao fracasso", afirmou o integrante de uma delegação que não quis ser identificado.

As negociações, que devem varar a noite de sexta-feira em Durban, devem tentar encontrar uma declaração final aceitável para todas as partes.

Cronograma detalhado

Tão importante quanto alcançar esse consenso será criar um cronograma detalhado para as negociações do novo acordo climático global, com metas obrigatórias para os principais emissores a partir de 2020, incluindo também prazos para discussões técnicas e para a adesão de todos os países.

No entanto, ninguém sabe ainda que forma esse documento teria. Uma das críticas que alguns observadores fazem à presidência sul-africana da COP-17 é justamente o fato de não ter dado atenção suficiente a um texto mais enxuto.

Com mais de 130 páginas na mesa, mesmo se aparadas todas as arestas, os negociadores agora terão muito trabalho para conseguir encontrar um formato sucinto que atenda a todos.

Reconhecidamente, uma das críticas ao processo climático da ONU é justamente a discussão sobre vírgulas, colchetes e parênteses a serem incluídos – ou eliminados – do texto final.

Além do texto que levaria a um novo acordo global válido a partir de 2020, os negociadores precisam concluir também as discussões sobre o Fundo Verde do Clima.

A proposta apresentada em 2009 e oficializada no encontro de Cancún, no ano seguinte, prevê a arrecadação de fundos provenientes de países ricos chegando a US\$ 100 bilhões até 2020 para beneficiar países pobres afetados pelas mudanças do clima.

Observadores afirmam que o fundo está praticamente operacionalizado, com detalhes como a composição da comissão de diretores e a forma de administração já definidos.

No entanto, ainda restam dúvidas sobre as fontes das verbas.

BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

Fonte: [ESTADÃO.COM.BR > PLANETA](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,reuniao-do-clima-pode-levar-a-acordo-global-em-2020,808710,0.htm)(<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,reuniao-do-clima-pode-levar-a-acordo-global-em-2020,808710,0.htm>)

10/12/2011

Acordo na COP-17 pode estar próximo, afirma negociador



Uma ativista da instituição Oxfam finge comer um pedaço de carvão em protesto destinado a COP-17

Foto: AFP

Fonte: <http://p2.trrsf.com.br/image/fget/cf/619/464/img.terra.com.br/i/2011/12/09/2140937-3465-rec.jpg>

Mais de 190 nações tentam neste sábado alcançar um acordo de última hora na cúpula da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP-17, após duas semanas de árduas negociações infrutíferas em Durban (África do Sul).

"Um acordo está ao alcance das mãos", disse uma fonte das negociações, em uma demonstração do otimismo que começou a aflorar após o desânimo iniciado na noite de ontem com a publicação das primeiras minutas.

Na madrugada deste sábado, a presidência da conferência, a cargo da África do Sul, apresentou novos textos aos 50 ministros que negociam em nome dos 195 países presentes na COP-17, que oficialmente deveria ter terminado na sexta-feira. As duas minutas finais deverão ser debatidas em uma sessão plenária na manhã deste sábado.

A presidente da cúpula, a ministra sul-africana Maite Nkoana-Mashabane, foi o alvo de todas as críticas pelo atraso da conferência, já que não apresentou nenhum texto para as negociações até a noite de sexta-feira.

A fonte acrescentou que existem elementos suficientes para a obtenção de um "resultado equilibrado", mas se a cúpula se alongar por muito mais tempo "pode ser que não haja quórum, porque as pessoas têm de ir embora".

A cúpula tem como objetivo alcançar um segundo período do Protocolo de Kioto, o único tratado vigente sobre corte de gases do efeito estufa, e preparar as bases para um futuro acordo global de caráter vinculativo.

Também deve iniciar o Fundo Verde para o Clima, pelo que os países desenvolvidos devem proporcionar a partir de 2020 US\$ 100 bilhões anuais ao países mais desfavorecidos para que esses se adaptem e combatam a mudança climática.

A União Europeia, apoiada por países africanos, os Estados insulares mais ameaçados do Pacífico e do Caribe e os países menos desenvolvidos, exige um acordo global juridicamente "vinculativo" de corte de emissões que entre em vigor até 2020, em troca de um segundo período de compromisso do Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Rússia, Canadá e Japão anunciaram que não assinarão um segundo Protocolo de Kioto, um acordo ratificado por 37 nações industrializadas mas não pelos Estados Unidos.

China e EUA, os dois principais emissores de gases do efeito estufa, levantaram durante estas duas semanas de negociações em Durban a hipótese de apoiarem um acordo juridicamente vinculativo sobre redução de gases, uma postura compartilhada pela Índia, que reivindica seu direito a desenvolver sua economia.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: Terra > Notícias > Ciência > Clima(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5511948-EI19408,00-Acordo+na+Cop+pode+estar+proximo+afirma+negociador.html>)

11/12/2011

Solução brasileira 'salva' reunião do clima de fracasso

de Eric Brücher Câmara - Enviado especial da BBC Brasil a Durban, África do Sul



Figueiredo sugeriu meio termo em documento para conseguir consenso final para aprovação de acordo

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2011/12/11/111211113112_figueiredo_304x171_reuters.jpg

Passava de 1h da madrugada e o cansaço de três noites em claro pesava, quando o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, se deparou com o ministro britânico de Energia e Clima, Chris Huhne, na plenária.

Já era domingo, segundo dia de prorrogação da reunião das Nações Unidas sobre mudanças climáticas na África do Sul, ainda sem conclusão à vista, e o clima pesou.

Huhne, ex-jornalista e atual deputado liberal-democrata, e Figueiredo, ex-comunista e atual diplomata, trocavam acusações polidas e mútuas de estarem pondo em risco todo o trabalho de mais de duas semanas em Durban.

O pomo da discórdia era uma nova versão do texto final a ser adotado pela convenção do clima, mais precisamente a descrição do valor legal dele.

Metas de redução

Pela primeira vez na história das negociações sobre o clima, países em desenvolvimento estavam prestes a se comprometer legalmente com metas de redução de emissão de gases do efeito estufa.

Desde a década de 90, a legislação climática separava o mundo entre países desenvolvidos, com obrigações de redução, e países em desenvolvimento, livres de compromissos com força de lei.

No século 21, com a disparada de crescimento da China, seguida por Índia e Brasil, essa divisão ficou cada vez mais incômoda para os Estados Unidos (que embora nunca tenha assumido metas de redução, continuou participando do processo internacional da ONU) e para a União Europeia.

A solução para eles era fechar um acordo que igualasse todos os participantes perante à lei, ainda que com compromissos diferentes.

China e Índia, entretanto, embora tivessem aceitado negociar um acordo assim para o futuro, não estavam satisfeitos com o que lhe caberia nessa barganha: uma nova etapa do Protocolo de Kyoto (que vence em 2012) e um acordo que finalmente incluísse os Estados Unidos, entre outros.

Não era de se estranhar, portanto, que estes países quisessem enfraquecer ao máximo este novo futuro vínculo legal.

'Momento histórico'



Ministro britânico Chris Huhne insistia em vínculo legal mais forte para compromissos de cortes

Fonte:

http://wscdn.bbc.co.uk/worldservice/assets/images/2011/12/11/111211114003_huhne_304x171_reuters.jpg

Na plenária, já cercado por uma pequena multidão, o inglês reclamava da nova versão que continha a expressão "resultado legal" no lugar de "instrumento legal" - como aparecera em versões anteriores.

Negociadores europeus, no burburinho que se formou em torno dos dois, diziam que não podiam simplesmente aparecer com um texto e querer jogar fora o que fora negociado anteriormente e ameaçavam abandonar navio.

Figueiredo, que durante as duas semanas de COP-17 não raro fez o papel de intermediário entre os chamados BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e os Estados Unidos e UE, tratou de defender a mudança.

"Eu estava tentando fazer ver a todos que por uma palavra não se perde um momento histórico", disse Figueiredo depois do final feliz.

Na hora, visivelmente irritado, respondeu em inglês a Huhne: "Não me venha com essa, isso você pode dizer fora daqui, mas não me venha com essa", dando a entender que não aceitaria qualquer "jogo de cena" em uma hora tão crucial para as negociações.

Afastou-se e de longe, conversava com outro representante brasileiro, ainda abalado, enquanto Huhne articulava.

"Então, temos nós que falar com a Índia", dizia. Negociadores europeus lhe responderam que não faria diferença - a Índia não mudaria de posição.

"Temos que tentar", respondeu Huhne, enquanto a presidência da COP-17 pedia aos delegados que tomassem seus assentos para a retomada dos procedimentos.

A sessão foi reaberta, mas não por muito tempo. Novamente, a UE pediu tempo para conversar. Dessa vez, os dez minutos se transformaram em quase uma hora de intensas conversas.

Solução intermediária

Figueiredo desapareceu em uma nuvem de negociadores da Índia e da UE.

De volta à plenária, item a item, a agenda foi aprovada, sem sinal das tensões presenciadas havia pouco.

A explicação? Na dúvida entre "resultado legal" e "instrumento legal", o embaixador Figueiredo saiu-se com "instrumento com força legal".

Em entrevista coletiva após a aprovação do novo período de compromisso sob Kyoto, do Fundo Verde do Clima, do texto sobre REDD e outros, além, é claro, principalmente o novo instrumento legalmente vinculante, Huhne era só elogios.

"Luiz é um advogado criativo e imaginativo e um grande parceiro de negociações, e o Brasil tem um histórico de conquistas incrível que está cada vez mais sendo projetado no âmbito internacional", disse o ministro.

Para a comissária europeia, Connie Hedegaard, foi o momento definitivo das longas duas semanas de negociação.

"E acho que se não tivéssemos encontrado aquela solução com a Índia naquele momento, estaríamos naquela sala até agora ou nada teria saído daqui."

Fonte: [BBC](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111211_cop17_negociacoes_brasil_eric_rw.shtml) [Brasil](#) [>](#)
[Notícias\(http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111211_cop17_negociacoes_brasil_eric_rw.shtml\)](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111211_cop17_negociacoes_brasil_eric_rw.shtml)

11/12/2011

COP-17: União Europeia comemora acordo de Durban

A União Europeia (UE) comemorou neste domingo o acordo obtido na 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-17), realizada em Durban (África do Sul), documento que prorroga o Protocolo de Kyoto após 2012 e estipula um roteiro para um tratado global de redução de emissões. A Presidência da UE, exercida pela Polônia, indicou neste domingo, em nome dos 27 países-membros do bloco, que o entendimento de Durban reflete avanços históricos na luta contra a mudança climática.

Após duas semanas de negociações, a COP-17 aprovou em Durban um roteiro proposto pela UE para elaborar até 2015 um marco legal para a ação contra a mudança climática, prorrogou o Protocolo de Kyoto além de 2012 e determinou o início das atividades do Fundo Verde para o Clima – estipulado um ano antes, na COP-16 de Cancún. A comissária para a Ação sobre o Clima da UE, Connie Hedegaard, destacou que a estratégia do bloco funcionou em Durban. "Quando muitas partes diziam após Cancún que Durban só poderia implementar as decisões tomadas em Copenhague (COP-15) e em Cancún, a UE queria mais ambição e alcançou mais".

"Onde Kyoto divide o mundo em duas categorias, agora teremos um sistema que refletirá a realidade de um mundo mutuamente interdependente", assinalou Hedegaard. Segundo ela, a UE enfatiza a necessidade de que todas as nações assumam o mesmo peso legal.

A Europa, respaldada em número pela coalizão dos Países Menos Desenvolvidos e da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (Aosis), conseguiu impor suas diretrizes às potências emergentes e aos EUA para alcançar um acordo global que inclui os principais emissores de gases do efeito estufa. Este acordo, que deve ser adotado em 2015 e entrar em vigor em 2020, era a condição imposta pela UE para se somar a um segundo período do Protocolo de Kyoto, que expira em 2012 e que agora se prolongará até 2017 ou 2020.

Rússia, Japão e Canadá, como já haviam antecipado, decidiram não fazer parte do segundo período de compromisso do único tratado vigente sobre redução de emissões, que obriga somente as nações industrializadas, exceto os EUA. Mas Bruxelas não conseguiu seu objetivo de obter um marco legal sólido para obrigar os grandes emissores a cumprirem seus compromissos e deixou para a próxima cúpula – que será realizada no Catar em novembro de 2013 – a discussão sobre cortes de emissões mais ambiciosos.

O ministro de Meio ambiente polonês, Marcin Korolec, disse que o acordo só pode ser comparado – ou até supera – ao êxito obtido na COP-1 de Berlim, realizada em 1995, quando se estabeleceu o mandato que levou à criação e adoção do único acordo internacional vinculante para a luta contra a mudança climática, o Protocolo de Kyoto.

EFE - Agência EFE - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização escrita da Agência EFE S/A.

Fonte: Terra > Notícias > Ciência > Clima(<http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5513334-EI19408,00-COP+Uniao+Europeia+comemora+acordo+de+Durban.html>)

]

11/12/2011

Solução brasileira "salva" COP-17 do clima de fracasso

ERIC BRÜCHER CAMARA
Da BBC Brasil

Passava de 1h da madrugada e o cansaço de três noites em claro pesava, quando o negociador-chefe do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo, se deparou com o ministro britânico de Energia e Clima, Chris Huhne, na plenária. Já era domingo, segundo dia de prorrogação da reunião das Nações Unidas sobre mudanças climáticas na África do Sul, ainda sem conclusão à vista, e o clima pesou.

Huhne, ex-jornalista e atual deputado liberal-democrata, e Figueiredo, ex-comunista e atual diplomata, trocavam acusações polidas e mútuas de estarem pondo em risco todo o trabalho de mais de duas semanas em Durban. O pomo da discórdia era uma nova versão do texto final a ser adotado pela convenção do clima, mais precisamente a descrição do valor legal dele.

Metas de redução

Pela primeira vez na história das negociações sobre o clima, países em desenvolvimento estavam prestes a se comprometer legalmente com metas de redução de emissão de gases do efeito estufa.

Desde a década de 90, a legislação climática separava o mundo entre países desenvolvidos, com obrigações de redução, e países em desenvolvimento, livres de compromissos com força de lei. No século 21, com a disparada de crescimento da China, seguida por Índia e Brasil, essa divisão ficou cada vez mais incômoda para os Estados Unidos (que embora nunca tenha assumido metas de redução, continuou participando do processo internacional da ONU) e para a União Europeia.

A solução para eles era fechar um acordo que igualasse todos os participantes perante à lei, ainda que com compromissos diferentes. China e Índia, entretanto, embora tivessem aceitado negociar um acordo assim para o futuro, não estavam satisfeitos com o que lhe caberia nessa barganha: uma nova etapa do Protocolo de Kyoto (que vence em 2012) e um acordo que finalmente incluísse os Estados Unidos, entre outros. Não era de se estranhar, portanto, que estes países quisessem enfraquecer ao máximo este novo futuro vínculo legal.

"Momento histórico"

Na plenária, já cercado por uma pequena multidão, o inglês reclamava da nova versão que continha a expressão "resultado legal" no lugar de "instrumento legal" - como aparecera em versões anteriores. Negociadores europeus, no burburinho que se formou em torno dos dois, diziam que não podiam simplesmente aparecer com um texto e querer jogar fora o que fora negociado anteriormente e ameaçavam abandonar navio.

Figueiredo, que durante as duas semanas de COP-17 não raro fez o papel de intermediário entre os chamados BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) e os Estados Unidos e UE, tratou de defender a mudança. "Eu estava tentando fazer ver a todos que por uma palavra não se perde um momento histórico", disse Figueiredo depois do final feliz.

Na hora, visivelmente irritado, respondeu em inglês a Huhne: "Não me venha com essa, isso você pode dizer fora daqui, mas não me venha com essa", dando a entender que não aceitaria qualquer "jogo de cena" em uma hora tão crucial para as negociações. Afastou-se e, de longe, conversava com outro representante brasileiro, ainda abalado, enquanto Huhne articulava.

"Então, temos nós que falar com a Índia", dizia. Negociadores europeus lhe responderam que não faria diferença - a Índia não mudaria de posição. "Temos que tentar", respondeu Huhne, enquanto a presidência da COP-17 pedia aos delegados que tomassem seus assentos para a retomada dos procedimentos. A sessão foi reaberta, mas não por muito tempo. Novamente, a UE pediu tempo para conversar. Dessa vez, os dez minutos se transformaram em quase uma hora de intensas conversas.

Solução intermediária

Figueiredo desapareceu em uma nuvem de negociadores da Índia e da UE. De volta à plenária, item a item, a agenda foi aprovada, sem sinal das tensões presenciadas havia pouco. A explicação? Na dúvida entre "resultado legal" e "instrumento legal", o embaixador Figueiredo saiu-se com "instrumento com força legal". Em entrevista coletiva após a aprovação do novo período de compromisso sob Kyoto, do Fundo Verde do Clima, do texto sobre REDD e outros, além, é claro, principalmente o novo instrumento legalmente

vinculante, Huhne era só elogios. "Luiz é um advogado criativo e imaginativo e um grande parceiro de negociações, e o Brasil tem um histórico de conquistas incrível que está cada vez mais sendo projetado no âmbito internacional", disse o ministro.

Para a comissária europeia, Connie Hedegaard, foi o momento definitivo das longas duas semanas de negociação. "E acho que se não tivéssemos encontrado aquela solução com a Índia naquele momento, estaríamos naquela sala até agora ou nada teria saído daqui."

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5513199-EI19408,00-Solucao+brasileira+salva+COP+do+clima+de+fracasso.html>

11/12/2011

Reunião do clima termina com atraso e acordo em Durban



REUTERS/Rogan Ward

Maite Nkoana-Mashabane, presidente da conferência

DURBAN - Na mais longa reunião das Nações Unidas sobre mudanças climáticas até hoje, representantes de 194 países concordaram, por volta das 5h deste domingo (1h de Brasília), em renovar o Protocolo de Kyoto pelo menos até 2017 e iniciar um processo com força legal, cujo resultado será um novo pacto global sobre o clima, a entrar em vigor a partir de 2020.

REUTERS/Rogan Ward

Maite Nkoana-Mashabane, presidente da conferência

No fim do encontro, cerca de 36 horas depois do previsto, ficou estabelecida também a estrutura do Fundo Verde do Clima - criado para financiar ações de combate às mudanças do clima -, que ganhou promessas de fundos de países europeus como Alemanha, Dinamarca e Grã-Bretanha.

O novo Protocolo de Kyoto terá a participação de menos países, com a saída de Rússia, Japão e Canadá, e começará a vigorar no início de 2013.

Foi aprovada também a estrutura que possibilitará projetos de redução de emissões por desmatamento e degradação, o chamado REDD.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi um desfecho "histórico" para o encontro, mas ambientalistas consideraram o progresso modesto, lembrando que as decisões da reunião COP-17 não afastam o planeta da perigosa rota que, segundo cientistas, levará o planeta a um aquecimento entre 3,5°C e 5°C acima dos níveis pré-industriais, ou seja, bem acima dos 2°C recomendados pela ciência.

Já outros disseram considerar o resultado muito pior que o esperado e apontaram o dedo na direção dos Estados Unidos.

"Conduzidos pelos EUA, os países desenvolvidos renegaram as suas promessas, enfraqueceram as regras sobre ações climáticas e fortaleceram aqueles que permitem às suas

corporações lucrarem com a crise do clima", disse Sarah-Jayne Clifton, da organização Amigos da Terra internacional.

O Greenpeace também acusou os americanos de terem enfraquecido o resultado do encontro africano.

Beira do colapso

Para os negociadores, entretanto, a COP-17 foi um sucesso, já que na madrugada de domingo beirou o colapso, depois de um desentendimento entre o negociador-chefe brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, e um dos principais articuladores da União Européia, o ministro britânico para Energia e Clima, Chris Huhne.

A temperatura subiu porque europeus e brasileiros não conseguiam se entender sobre o uso da expressão "resultado legal" no texto final do instrumento que servirá de base para a criação de um novo protocolo para redução de gases a partir de 2020.

Depois de muita negociação, todos concordaram com o meio termo "resultado com valor legal" para definir o texto.

O documento aprovado neste domingo prevê o início das negociações já no ano que vem, para que esteja concluído em 2015 e entre em vigor em 2020.

Dessa forma, no futuro o novo pacto climático deverá atrelar todos os países a metas de redução obrigatórias, entre eles os Estados Unidos, que nunca ratificaram Kyoto, e grandes emissores em desenvolvimento como China, Índia e Brasil.

Escaldados pela experiência de Copenhague, em 2009, na COP-17 os chineses não ousaram se opor ao acordo com metas obrigatórias, embora o representante chinês Xie Zhenhua tenha feito um discurso emocionado, dizendo que os países em desenvolvimento fazem mais do que os países desenvolvidos para combater as mudanças do clima. .

Índia

Por sua vez a ministra da Índia, Jayanthi Natarajan, diante da plenária lotada, pediu a palavra e também foi contundente contra a versão do "resultado legal", afirmando que não aceitaria que seu país fosse feito "bode expiatório" por um então possível fracasso.

A partir daí, a ministra do Exterior sul-africana, Maite Nkoana-Mashabane, que presidia a COP-17, redobrou os esforços de negociação e, ao voltar à plenária, disse ter conseguido um acordo.

Diante do enorme atraso nos procedimentos, alguns países, como o Japão, chegaram a tirar os ministros de campo, após orientarem os negociadores-chefes de suas delegações para continuar as discussões.

Ainda que um dia e meio depois do previsto, e apesar dos altos e baixos, o resultado confirmou o otimismo de representantes do Brasil e da União Européia.

BBC Brasil - Todos os direitos reservados. É proibido todo tipo de reprodução sem autorização por escrito da BBC.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,reuniao-do-clima-termina-com-atraso-e-acordo-em-durban,809570,0.htm>

11/12/2011

Cúpula de Durban chega a acordo após maratona de negociações

Por EFE - Agência EFE

A 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-17), na África do Sul, aprovou neste domingo estender o Protocolo de Kioto após 2012 e fixar uma Mapa de Caminho para um acordo global de redução de gases do efeito estufa.

O acordo foi adotado após duas semanas de árduas conversas e uma maratona de negociações na última hora que obrigou a prorrogar a cúpula em mais de 24 horas.

O pacote também inclui a criação do Fundo Verde para o Clima estipulado em Cancún (México) que deve ajudar os países em desenvolvimento a enfrentar os estragos da mudança climática.

A presidente da COP17, a ministra sul-africana Maite Nkoana-Mashabane, disse em discurso ao plenário que a minuta de acordo "cumpre todos os requisitos de um pacote de compromisso para conseguir um resultado importante em Durban", embora tenha admitido que "não é perfeito, porque o perfeito é inimigo do bom".

O acordo global para reduzir os gases do efeito estufa, que deve ser adotado em 2015 e entrar em vigor em 2020, era a condição imposta pela União Europeia (UE) para se somar a um segundo período do Protocolo de Kioto, que expira em 2012.

Rússia, Japão e Canadá decidiram não fazer parte deste segundo período de compromisso do único tratado vigente sobre redução de emissões, que obriga apenas as nações industrializadas, exceto os Estados Unidos.

Embora os acordos alcançados tenham sido criticados por muitos países em desenvolvimento por sua falta de ambição na hora de aprovar novas reduções de emissões, seu objetivo é manter a alta de temperaturas a menos de 2 graus em relação à era pré-industrial até o final deste século.

A cúpula de Durban também aprovou o mecanismo de funcionamento do Fundo Verde para o Clima, que prevê ajudas de US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020 aos países em desenvolvimento para enfrentarem a mudança climática.

Os acordos foram adotados pelos delegados após duas noites praticamente em branco, nas quais as diferenças entre UE, EUA, Índia e China estiveram a ponto de fazer a negociação fracassar.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5512810-EI19408,00-Cupula+de+Durban+chega+a+acordo+apos+maratona+de+negociacoes.html>

11/12/2011

Entenda a Plataforma de Durban o resultado a COP

Por EFE - Agência EFE

A Plataforma de Durban é o nome do conjunto de acordos obtidos na 17ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-17), iniciada em 28 de novembro e prolongada até este domingo na cidade sul-africana de Durban. O documento determina uma segunda fase para o Protocolo de Kyoto, estabelece o mecanismo que deve reger o Fundo Verde para o Clima e traça um roteiro para um novo acordo global.

Protocolo de Kyoto

O primeiro período de compromissos do Protocolo de Kyoto, único instrumento legalmente vinculante até o momento para a redução de emissões de gases do efeito estufa, expira em 31 de dezembro de 2012. A cúpula obtém a aprovação de um segundo período deste tratado, que fixa obrigações de redução de emissões aos países desenvolvidos, exceto aos Estados Unidos, que se recusaram a aderir ao Protocolo.

Durban fixa para 2013 a data de início do segundo período de compromissos, evitando um vazio na luta contra a mudança climática, mas deixando para reuniões posteriores sua data de finalização - 2017 ou 2020. Canadá, Japão e Rússia, que já haviam antecipado sua intenção de não renovar Kyoto, ficam de fora do segundo período de compromissos.

O aumento de metas de redução de emissões que devem ser realizadas pelos países desenvolvidos será postergado para 21 de junho de 2012 e será avaliado na COP-18 do Catar.

Roteiro

A COP-17 conseguiu traçar um roteiro - proposto pela União Europeia (UE) - para a adoção de um novo acordo global vinculante de redução de emissões de gases do efeito estufa, aplicável a todos os países, ao contrário de Kyoto, que só inclui os Estados desenvolvidos. Após um pacto entre a Índia - reticente a assumir compromissos vinculantes - e a União Europeia, o documento final decide iniciar as negociações para adotar, em 2015, um "resultado com força legal" para todos os países.

A ambiguidade do termo transfere a cúpulas posteriores a verdadeira negociação, que consistirá em estabelecer exatamente o marco legal e as obrigações às quais se submeterão os países que o ratificarem. O novo acordo global deverá estar pronto antes de 2020, período em que finalizam os compromissos voluntários de cortes efetuados pelos Estados na cúpula da cidade mexicana de Cancún (COP-16) de 2010.

Fundo Verde para o Clima

O Fundo Verde para o Clima é um caixa financeiro de US\$ 100 bilhões anuais disponíveis a partir de 2020, com dinheiro fornecido pelos países ricos para ajudar as economias em desenvolvimento a financiar ações para reduzir suas emissões de gases-estufa e combater as consequências da mudança climática.

A cúpula de Durban aprova os mecanismos de funcionamento do Fundo e sua capitalização. O comitê executivo do Fundo será formado por 24 membros, distribuídos em partes iguais entre países desenvolvidos e Estados em desenvolvimento. O Fundo será capitalizado através de contribuições diretas dos orçamentos dos Estados desenvolvidos e de outras "fontes alternativas de financiamento" (não especificadas), além de investimentos do setor privado.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/noticias/0,,OI5513117-EI19408,00-Entenda+a+Plataforma+de+Durban+o+resultado+a+COP.html>

11/12/2011

COP-17 chega a acordo histórico, mas adia proteção ao clima

Por Claudio Angelo

O combate internacional à mudança climática teve hoje seu maior avanço político desde a criação do Protocolo de Kyoto, no fim dos anos 1990. A COP-17, a conferência do clima de Durban, África do Sul, terminou na madrugada deste domingo lançando a base para um futuro acordo contra as emissões de gases-estufa, que envolve metas para Estados Unidos e China, os dois maiores poluidores do planeta --mas só após 2020.

Também foi aprovada uma controversa extensão do acordo de Kyoto, que envolve apenas a União Europeia e mais um punhado de países e que por enquanto não tem nem intervalo de tempo definido para vigorar.

E foi lançado o chamado Fundo Verde do Clima, que tem a promessa de US\$ 100 bilhões anuais a partir de 2020 para combater as emissões e promover ações de adaptação à mudança climática nos países em desenvolvimento.

Embora não façam rigorosamente nada para combater o aquecimento global hoje --exceto manter os compromissos fracos que os países já haviam adotado na conferência de Copenhague, em 2009, e que deixam o mundo no rumo de um aquecimento de 2,5°C a 4°C neste século--, as decisões adotadas em Durban têm caráter histórico.

A principal delas, um texto de uma página e meia batizado de Plataforma de Durban, estabelece um calendário para criar "um protocolo, outro instrumento legal ou um resultado acordado com força legal" em 2015, que possa entrar em vigor até 2020. Por esse instrumento, todos os países do mundo terão de se comprometer a metas obrigatórias de redução de emissões.

Trata-se de uma revolução política no âmbito da Convenção do Clima da ONU. Nas palavras do negociador-chefe americano, Todd Stern, a Plataforma de Durban "desbasta a barreira que existia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento" e que causou a divisão do planeta entre ricos e pobres (os chamados Anexo 1 e não-Anexo 1) em Kyoto. Foi essa divisão que impediu que o Senado americano ratificasse o acordo assinado no Japão e que causou, mais tarde, o impasse com a China que fez fracassar a conferência de Copenhague.

O acordo foi negociado por meses entre os países emergentes, a União Europeia e os EUA, e costurado durante vários dias em reuniões secretas no hotel Hilton, em Durban. Na madrugada de domingo, porém, ele ameaçou ruir.

A Índia exigiu que fosse acrescentada no texto uma opção de ação mais frouxa, de modo a que ela não precisasse se comprometer com metas. Foi criticada por europeus e pelas nações-ilhas, que não só pediam um instrumento com força de lei mas também exigiam sua ratificação em 2018, não 2020.

A presidente da COP, a chanceler sul-africana Maite Mashabane, suspendeu a sessão e pediu que a comissária europeia do Clima, Connie Hedegaard, e a ministra do Ambiente da Índia, Jayanthi Natarajan, fizessem "uma rodinha" para encontrar uma solução para o conflito.

O ato de criatividade retórica que salvou Durban veio do embaixador brasileiro Luiz Alberto Figueiredo, que mais cedo havia brigado com os europeus por ter defendido, alinhado com os emergentes e com os EUA, a inclusão da expressão mais fraca "resultado legal". Figueiredo propôs trocar "resultado legal" por "resultado acordado com força legal" --uma mudança aparentemente boba, mas que salvou a negociação.

"Temos de nos orgulhar muito, este é um momento histórico", disse Figueiredo a jornalistas após o fim da COP mais longa da história, com o sol já raiando em Durban.

"Esta plataforma tem uma chance real de se tornar uma conquista ainda maior que o Mandato de Berlim", disse Hedegaard, em referência ao processo legal presidido em 1995 pela então ministra do Ambiente alemã, Angela Merkel, e que deu origem a Kyoto.

"Os países sairão daqui dizendo que foi um grande sucesso, especialmente os Estados Unidos. Mas para o clima não foi", afirmou Samantha Smith, da ONG WWF.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/1019718-cop-17-chega-a-acordo-historico-mas-adia-protecao-ao-clima.shtml>

11/12/2011

COP 17 aprova pacote para incluir todos os países em corte de emissões

Por Dennis Barbosa

Mesmo mediante críticas de que está aquém do que a gravidade das mudanças climáticas exige, foi aprovado na madrugada deste domingo (11), em Durban, na África do Sul, um novo acordo para fazer com que todos os países, futuramente, reduzam suas emissões de gases estufa.

O pacto segue, em linhas gerais, as propostas apresentadas pela presidência sul-africana da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 17). A reunião, que deveria ter acabado na última sexta-feira (9), foi estendida após impasse. A maior novidade é que o texto aprovado prevê que todos os países deverão participar de um processo para, futuramente, reduzir o volume de carbono que atiram na atmosfera, inclusive os menos desenvolvidos.



Plenária final da conferência, na madrugada deste domingo. (Foto: Dennis Barbosa/G1)

Mesmo Estados Unidos, Índia e China aceitaram subscrever um acordo que prevê a criação de um "protocolo, outro instrumento legal ou um resultado acordado com força legal" para combater as mudanças climáticas.

Até então, esses países relutavam em entrar num acordo que utilizasse o termo "legal", pois ele sugere que, em última instância, possa haver metas "legalmente vinculantes", ou seja, de cumprimento obrigatório mediante a comunidade internacional.

Os EUA têm a dificuldade de que têm de aprovar a questão em seu congresso, dominado pela oposição conservadora. A China, por sua vez, relutava em se comprometer sem que os EUA o fizessem. Já a Índia argumenta que tem mais de 400 milhões de pessoas vivendo em condição de pobreza, tornando mais urgente buscar desenvolvimento econômico do que tentar reduzir suas emissões de carbono.

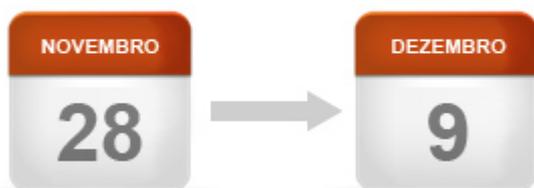
COP 17

Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas

Onde



Quando



Quem

Representantes de mais de 190 países

Desafios

- Avançar para um acordo global de redução de emissão de gases-estufa
- Estabelecer quem paga e quem recebe dinheiro de um "fundo verde" climático
- Estender a validade do Protocolo de Kyoto, único acordo climático de cumprimento obrigatório, que expira em 2012



de 1990. Como anexo, o acordo tem uma tabela com metas de redução para os países.

Fundo verde

Aprovou-se ainda, neste sábado, um texto que aprofunda o funcionamento do "fundo verde" climático. A Coreia do Sul, de acordo com o texto, ofereceu recursos para dar início a seu funcionamento.

Mas um outro artigo "convida" as partes a contribuírem para o fundo. Um dos temores na COP 17 era que se estabelecesse o funcionamento desse mecanismo, mas que ele virasse uma "casca vazia", sem dinheiro suficiente para ser efetivo. Esse risco, diante da pouca disponibilidade de contribuição mostrada pelas partes em Durban, é iminente.

Centro Tecnológico

Outros itens acordados na última conferência do clima, em Cancún, como a criação de um Centro de Tecnologia do Clima, foram aprovados. Definiu-se que ele deve ser estabelecido no próximo ano

Lacuna

O texto aprovado reconhece que há uma lacuna entre a redução de emissões proposta pelos países e os cortes necessários para conter o aquecimento médio do planeta em 2 graus acima da era pré-industrial, objetivo acordado na última cúpula climática, em Cancún, no final do ano passado.

Cita-se a formação de um grupo de trabalho para conduzir a criação desse instrumento, que deve ser concluída em 2015. A implementação deve acontecer a partir de 2020. O processo é denominado "Plataforma de Durban para Ação Aumentada".

Segundo o texto, ele deve levar em conta recomendações do novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), ainda por ser lançado. Estima-se que as avaliações científicas sobre as medidas para conter o aquecimento global devam ser mais severas.

Protocolo de Kyoto

Além do texto que prevê a criação de um novo instrumento internacional para que os países reduzam suas emissões de carbono, foi aprovado também um segundo período do Protocolo de Kyoto, único acordo legalmente vinculante de redução de gases causadores de efeito estufa atualmente em vigor e que expira em 2012. O novo período vai, pelo menos, até 2017.

O texto pretende "garantir" que até 2020 as reduções de emissões dos países envolvidos (basicamente os da União Europeia e a Austrália) sejam de, pelo menos, 25 a 40% em relação aos níveis

Negociação

O acordo foi discutido durante duas semanas. A conferência terminaria nesta sexta-feira, mas impasses nas negociações fizeram com que demorasse um dia a mais. A aprovação veio na madrugada do sábado, ministros e delegados já exaustos, vários deles cochilando no plenário. Boa parte das negociações aconteceram em "indabas", reuniões que a presidência sul-africana da conferência convocou nos moldes das tradicionais reuniões de anciãos zulus.

A metodologia sul-africana preza pela transparência para evitar que o processo se corresse por haver conversas paralelas, deixando algumas partes de fora - o que prejudicou, por exemplo, a conferência do Clima de Copenhague, em 2009.

Mas, ao mesmo tempo, tornou o processo mais lento, o que causou críticas.

Fonte: <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/12/cop-17-aprova-pacote-para-incluir-todos-os-paises-em-corte-de-emissoes.html>

12/12/2011

A Plataforma de Durban: divisor de águas na política global do clima

Sérgio Abranches, de Durban



Fonte: <http://www.ecopolitica.com.br/wp-content/uploads/2011/12/Durban.jpg>

Como eu vinha adiantando aqui, o pacote de Durban incluiu o segundo período de compromissos para o Protocolo de Quioto, mas Canadá, Japão e Rússia ficaram de fora. Aprovou o que chamei de “Pacote de Cancún”, com a operacionalização final do Fundo Verde para o Clima, do Centro de Tecnologia do Clima, do Comitê Executivo para Adaptação e do novo regime de transparência para acompanhamento dos compromissos de redução de emissões assumidos em Copenhague e reafirmados em Cancún. Para se chegar ao acordo em Durban, batizado, na hora final, de “Plataforma de Durban”, os negociadores começaram uma dramática sequência de conversas tensas, em alguns momentos com ênfase que elevou perigosamente o tom de voz. Essas negociações atravessaram a sexta-feira, último dia oficial da COP17, ocuparam todo o sábado, para terminar apenas perto das seis da manhã de domingo.

O momento da Índia

A COP17 foi paralisada na noite de sexta-feira, quando deveria terminar, porque os impasses se sucediam e ia ficando claro que, na reta final, o consenso ainda estava muito longe. Os negociadores, após duas noites sem dormir, buscavam incansavelmente salvar a cúpula de Durban, na África do Sul. Todos queriam um acordo, mas ninguém parecia conseguir encontrar a fórmula do consenso. A COP17 foi a mais longa das COPs. A COP3, em Kyoto, em 1997, que aprovou o Protocolo que recebeu o nome da cidade, terminou na manhã do sábado. A COP 13, em Bali, em 2007, terminou por volta das três da tarde. A COP15, de Copenhague, em 2009, foi até as seis da tarde de sábado. Durban, foi até praticamente as seis da manhã de domingo.

Pouco depois de uma hora da manhã de sábado, os negociadores saíram de uma [Indaba](#), e a ministra do Meio Ambiente e Água da Índia, Jayanthi Natarajan, foi abordada por jornalistas, no corredor do primeiro andar, para onde ela havia descido. Aproximei-me e perguntei a ela como estavam as negociações. Ela respondeu “ainda não tenho certeza sobre qual será o resultado dessa reunião. Ainda precisamos conversar mais.” Alguém perguntou o que o BASIC pensava das conversas até ali: “falo por mim, não pelo BASIC”. Perguntei a um outro negociador do BASIC, se essa resposta indicava alguma divisão no grupo. “O BASIC está totalmente unido”, ele respondeu. “A ministra Natarajan virou a mesa na Indaba, saiu do córner em que a colocaram brilhantemente”, contou.

Aconteceu assim: ao responder ao Canadá e a um representante das ilhas, que falavam sobre o sacrifício que “os grandes” estavam impondo aos “pequenos”, Natarajan cresceu com um inspirado improvisado. Ela começou a ler a declaração que havia preparado, mas deixou-a de lado e fez um emocionado e firme discurso dizendo que ninguém podia dar lições de pobreza à Índia, nem de vulnerabilidade à mudança climática. A Índia “tem centenas de milhões de pobres e perto de 600 ilhas ameaçadas de serem submersas pela elevação do nível do mar”. E terminou dizendo que a Índia queria que os países elevassem suas ambições em relação ao futuro acordo sobre mudança climática. Foi aplaudida. A ministra Izabella Teixeira, do Brasil, contou que foi um discurso emocionado e de alto impacto político. Nenhuma decisão seria mais possível sem sua participação. No mesmo movimento, ela neutralizou a oposição daqueles países entre as

pequenas ilhas e do grupo Alba, dos países da “aliança bolivariana”, que sempre falavam em nome dos mais pobres e vinham denunciando os “acordos do Hilton”. Era uma referência a negociações fechadas que o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), os Estados Unidos, a União Europeia vinham tendo no hotel ao lado do centro de convenções.



Fonte: <http://www.ecopolitica.com.br/wp-content/uploads/2011/12/ICC.jpg>

“Isso ainda vai longe”

Saímos do ICC, o centro de convenções onde acontece a COP17 em Durban, às 3:00 horas da madrugada de sábado. Foi quando interromperam as reuniões para os negociadores poderem descansar um pouco. Fui para o hotel, dormi até as 7:00 da manhã, e voltei para o ICC. Eram 7:45, quando entrei pela entrada do jardim onde ficam as mesas usadas por quem vai ao restaurante principal do centro. Todd Stern, o enviado especial para mudança climática dos Estados Unidos, pedia um “capucino descafeinado”, com cara descansada, como se tivesse passado a noite em tensas conversas, tentando fechar um acordo quase impossível. Perguntei a ele se conseguiríamos almoçar em um bom restaurante fora do ICC. Ele respondeu, bem humorado “difícilmente, isso aqui vai muito além do meio dia”. Foi muito além da meia noite. Escrevi um perfil de Stern em meu livro [Copenhague Antes e Depois](#). Ele já foi poderoso assessor na Casa Branca, no período Clinton. É experiente advogado, nascido em Chicago, especializado em situações de risco. No perfil, escrevi que é “frio e pragmático, segundo muitos que trabalharam com ele, era a segunda vez que se envolvia nas negociações globais do clima”. Foi o negociador oficial do governo de Bill Clinton, em Kyoto, na COP3, e em Buenos Aires, na COP4. Estava agora no centro dos acontecimentos em Durban.

O Brasil no jogo

O momento mais desconcertante e aflitivo de uma COP é quando se encontra negociadores importantes zanzando pelos corredores. Afinal, eram as últimas horas da reunião, as correntes de tensão eram evidentes e, ainda assim, nada parecia estar acontecendo. Na mesa do café mais próximo à sala “Baobab”, onde se reunia o plenário da COP17, no ICC, estava sentada a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, chefe da delegação brasileira. Com ela estavam Fernando Coimbra, seu assessor internacional, e Luciana Abade, assessora de imprensa. Cercada por um grupo de jornalistas brasileiros conversava descontraidamente.

Disse que as reuniões vinham sendo complicadas, mas construtivas. “Todos querem um acordo aqui”, contou. Havia várias reuniões técnicas e políticas em andamento naquele momento. “Estamos esperando”, explicava. Os técnicos estavam ainda fechando detalhes dos textos para negociações, decidindo tudo que podiam decidir. A orientação é que deixassem só as questões centrais e ainda sem consenso para os negociadores principais. Estes, numa rodada “de alto nível”, tentariam reduzir ainda mais o número de questões em aberto que os ministros teriam que decidir. Estava acontecendo uma naquele momento, sobre os pontos centrais relacionados ao acordo futuro cujo roteiro a Europa exigia como condição para dar continuidade ao Protocolo de Quioto. Pelo Brasil, participava o negociador-chefe, embaixador Luiz Alberto Figueiredo.

Izabella Teixeira estava tranquila. “É preciso ficar frio nessas horas. Isso aqui é um jogo de xadrez, no qual se planeja cinco jogadas à frente.” De fato, não demonstrava muita ansiedade, embora não estivesse, também, relaxada. Estava, claramente de prontidão.

Conversamos com Izabella, até que Figueiredo chegou. Entrou sorridente na roda de conversas, contou que as reuniões estava indo bem, “vários pontos já estão consolidados”, mas ainda havia muito o que fazer. Um dos pontos consolidados é que o novo acordo deveria ser aprovado em 2015. Nem a ministra, nem Figueiredo tinham muita expectativa de que as reuniões fossem retomadas muito cedo, nem que pudessem acabar antes do fim do dia.

EUA e BASIC juntos

A reunião plenária só aconteceria depois de mais uma “[Indaba](#)”. Izabella contou que, nas “Indabas”, a ministra Maite Nkoana-Mashabane usava termos próprios dessas reuniões da tradição zulu e os explicava ao negociadores. Esses termos representavam atitudes e passos desse processo de deliberação coletiva. Como todos têm voz, é um processo demorado.

Eu conversava com Figueiredo, mas seus olhos não paravam de acompanhar o que se passava nos corredores, por trás das portas de vidro do café. Escrevi sobre Figueiredo no livro que ele “é melhor de conversa ao pé do ouvido”, “diplomata profissional, que adquiriu mais que experiência nas negociações do clima, representando o Brasil. Tornou-se um interlocutor respeitado e influente”. No perfil dizia que esse prestígio não era “apenas decorrência do poder e influência adquiridos pelo Brasil no cenário internacional”. Era uma conquista pessoal também.

De repente, Figueiredo viu Todd Stern passando em frente ao café, com o passo apressado e sisudo como sempre. “Preciso falar com o Todd Stern”, ele disse, saindo pela porta automática e chamando Stern pelo nome. Stern virou-se, viu Figueiredo, apontou os dois indicadores em sua direção e abriu um sorriso. Voltou em direção ao brasileiro, os dois começaram a conversar e seguiram na direção que Stern caminhava, com certa pressa. Ao final do corredor, há uma escada que leva a salas mais reservadas. Ao pé da escada, Stern e Figueiredo encontraram o ministro da China, Xie Zhenhua. Stern e Xie desceram, Figueiredo voltou e disse a Izabella, “sua presença está sendo requisitada”. Izabella saiu com ele e os dois desceram as escadas por onde Stern e Xie já haviam descido. A ministra Maite Nkoana-Mashabane havia passado naquela direção um pouco antes. Eu havia ficado com a impressão de que a ministra da Índia, Jayanthi Natarajan, também havia passado para lá. Pelos personagens envolvidos, tudo indicava que estaria para começar uma reunião do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) com o EUA.

Não pude deixar de me lembrar das dramáticas horas finais da COP15, em Copenhague, nas quais Barack Obama, Xie Zhenhua, Lula da Silva, Manmohan Singh e Jacob Zuma, uma reunião dos chefes de governo do EUA e do BASIC, negociaram os termos finais do Acordo de Copenhague. São esses momentos que tornam as reuniões internacionais, como as COPs, tão interessantes. Esses bastidores nervosos, essas reuniões das quais se fica sabendo por acaso e depois nos mobilizam para apurar o que se passou nelas

“Quem piscar perde”

Um ministro explicava a tensa situação estratégica em que se encontravam, todos entrando e saindo de conversas sempre delicadas e críticas para se encontrar uma boa solução. “Quem piscar, perde”, explicou. É preciso toda atenção aos detalhes, a cada frase, a cada opinião sobre texto, cada expressão que sai ou que entra. Nada é simples, ou fácil. Tudo está em aberto, enquanto não estiver tudo fechado. É preciso ter noção de todos os fios dessa trama, principalmente os desencapados, que podem produzir um incêndio inesperado. É preciso todo cuidado para isolar esses fios desencapados uns dos outros, para evitar que se enrosquem e produzam um monumental curto-circuito. Essa arte de isolar os pontos, fracioná-los para processá-los técnica e politicamente, para que possam depois ser consolidados com segurança e aprovados por consenso, exige atenção permanente, visão estratégica e frieza.

Democracia de base

Os negociadores não estavam divididos apenas em torno das opções pra fechar um acordo. Não se entendiam sobre o desempenho da presidente da COP17, Maite Nkoana-Mashabane. Um negociador me disse que ela é muito inteligente, ótima diplomata e está conseguindo manter controle da reunião. Outro negociador, da mesma delegação, não quis se manifestar. Perguntei numa escala de 0 a 5, que nota dava a ela. “No momento, menos de 2”, respondeu. O ministro da Mudança Climática e Energia do Reino Unido, Chris Huhne, disse à Reuters que “estamos trabalhando muito duro dentro desses limites de tempo para obter um bom resultado... Estamos nas mãos da presidente, quanto aos próximos passos”. Um outro enviado, “ocidental”, segundo a Reuters, disse que “eles deixaram os acordos escaparem por entre os dedos. Se não chegarmos a qualquer resultado aqui que permita progredir no processo, não terá sido por causa da liderança da África do Sul. Será a despeito da África do Sul”.

Muitos delegados diziam que todo o problema vem das falhas de liderança da África do Sul. Outros dizem que a presidente da COP17 tem se esforçado ao máximo para ter sucesso nesta cúpula africana. O que mais desgostava a muitos era o tempo que se consumia nas Indabas, como se não houvesse urgência.

Todos podem entrar e todos podem falar. Mas, talvez por isso, ao final, não houve “kamikazes” querendo o tudo ou nada, e a oposição foi neutralizada.

Claramente havia algo mais que a demora das Indabas gerando impasses e paralisando as decisões. Se todos têm uma atitude construtiva, como dizem todos os principais negociadores. Se todos querem um acordo, como explicar o impasse?

Sinal de alerta

Às cinco e meia da tarde de sábado, Afra Balazina ficou sabendo que a secretária executiva da Convenção do Clima, Christiana Figueres, estava preocupada com a possibilidade de a COP17 ser suspensa. Muitos ministros estão indo embora. Não se consegue mudar os vôos. Pela manhã, quando soube disso, procurei apurar como estavam os planos de viagem dos principais negociadores. A ministra Izabella Teixeira me disse que seu vôo de volta estava marcado para o domingo. Uma chinesa me disse que o ministro Xie Zenhua não pretendia ir embora no sábado. Um indiano, me contou que no meio da semana a ministra Jayanthi Natarajan adiou sua partida, marcada para o sábado, porque percebeu que a reunião não terminaria na sexta-feira como marcado. Todd Stern e Connie Hedegaard ficariam o tempo necessário. O tempo ficava crítico. Havia, concretamente, o risco de não haver quorum. Um negociador disse que quorum seria o de menos: “se não houver ninguém para reclamar, aprova-se o acordo com o número de delegados que se tiver”. Mas é claro que uma COP esvaziada não pode tomar decisões relevantes. A preocupação é que se tivesse perdido o pique e o momento para uma plenária com decisões relevantes. Os negociadores chave estavam a postos. Haveria um desfecho.

“Há um momento em que o relógio pára”

Os negociadores mostravam ter pique e não pareciam querer adiar tudo. Eram 17:40, quando o negociador do Brasil, Figueiredo, e o do EUA, Stern, saíram quase ao mesmo tempo da Indaba, para ir ao banheiro. Foram cercados pela imprensa. Stern foi simpático mas falou pouco. “Estamos trabalhando muito, queremos um bom resultado”.

Figueiredo contou que estavam discutindo o texto sobre o novo acordo, cuja negociação deve terminar em 2015 – “isto já está acertado”- para valer a partir de 2020. “O Brasil está entre os que querem marcar data, para que não haja um vazio entre o fim de Kyoto e Cancún e o início do novo marco legal”, disse. “Os dois temas”, do novo acordo e do segundo Kyoto, “já estão amadurecidos e prontos para entrarmos em convergência”. Perguntado se tinha uma ideia de quanto a reunião ainda duraria, respondeu “não sei, tem uma hora que o relógio pára e aí não dá para saber”.

Praticamente na mesma hora em que Figueiredo e Stern falavam no corredor, Connie Hedegaard tuitou de dentro da sala Sabi Star, onde acontecia a Indaba: “finalmente estamos chegando aos pontos críticos. E estamos fazendo progresso. A pressão de tempo é sentida quase fisicamente na sala. De arrebrantar os nervos.” A multidão de jornalistas e delegados acampados em frente à Sabi Star, todos ávidos por informação e um prazo para tudo acabar, mostrava bem o nervosismo e a expectativa que cercava esse final de COP17. O tempo era crítico e a reunião, que começou com baixas expectativas e sem tensão, ia ficando cada vez mais dramática.

Parecia uma cirurgia difícil, uma luta sem tréguas para salvar um paciente que se aproximava perigosamente de um estado terminal. Para piorar tudo, faltavam cinco minutos para as seis da tarde, quando começou a chover em Durban. Faltavam três para as seis, quando Cláudio Ângelo, da Folha de São Paulo, chegou à sala de imprensa vindo da Sabi Star, contando que a plenária começaria às seis da tarde. De fato, começou um pouco depois. Mas era uma plenária informal convocada pela presidente para tomar o pé da situação. A ministra Nkoana-Mashabane fez uma peroração de oito minutos, pedindo aos delegados que adotassem os documentos que serão distribuídos. “Adotem esses documentos como o resultado de Durban. Vocês ficaram aqui um dia mais. Adotem esses documentos e façam com que todo o nosso esforço tenha algum valor. O mundo está olhando para nós. O mundo espera.” Não era, ainda, o capítulo final.

Sem acordo

Uma longa e estéril reunião do grupo de trabalho sobre o Protocolo de Quioto (AWG-KP) se perdeu em banalidades e protestos recorrentes dos mesmo países. Terminou sem acordo. No grupo de trabalho sobre a Convenção do Clima (AWG-LCA) também não houve consenso. Os dois textos foram encaminhados ao plenário da COP17.

Pouco antes da meia-noite de sábado, sem acordo em relação à continuação dos compromissos do Protocolo de Quioto ou ao roteiro para um novo regime legal, a reunião atingiu um ponto dramático, correndo o risco de colapso.

Em minutos, o plenário se reuniria. Ninguém seria capaz de prever como Maite Nkoana-Mashabane faria a delicada e crítica manobra de reverter um fracasso anunciado pela objeção majoritária aos dois documentos nos grupos de trabalho. A plenária oficial atrasou. Durban arriscava a repetir a tragédia de Copenhague, quando algumas ilhas e a Alba, a Aliança Bolivariana formada, entre outros, por Venezuela, Bolívia, Nicarágua e Cuba, levaram ao abandono de um acordo conseguido com enorme dificuldade pelos chefes de governo.

Estava tudo nas mãos da ministra sul-africana. A maioria duvidava que o recurso à Indaba e ao unbutu pudessem ajudar muito. Numa situação dessas, vale menos a persuasão que a autoridade moral e política. Em poucos minutos ela mostraria ao mundo se teria as qualidades necessárias para salvar a COP17 do colapso.

O ganho da adoção do “Pacote de Durban” seria pequeno. Na verdade se resumiria ao atrasado “Pacote de Cancún”. Mas o custo do colapso poderia ser enorme. Esvaziando politicamente a Convenção do Clima e a mergulhando na mais grave e profunda crise de credibilidade.



Fonte: http://www.ecopolitica.com.br/wp-content/uploads/2011/12/sa_Maite_Nkoana-Mashabane.jpg

Confronto na reta final

Eram 24:47, quando Maite Nkoana-Mashabane sentou-se na cadeira da presidência do plenário da COP17. Vestia um vestido vermelho, parecia um pouco tensa, mas não tinha sinais de exaustão ou abatimento. Agora sim, começava o último capítulo da mais longa COP da história da Convenção do Clima. Mashabane começou invocando o espírito de unbutu: “Eu sou, porque nós somos.” Disse que promoveu muitas consultas com muita transparência, por todo o dia. “Coletivamente nós podemos levar a cabo o processo de Durban.” Alertou que todos os pontos na mesa são interligados. “Temos que aprovar todos os elementos do pacote de Durban”. É claro que este “pacote não é o melhor que podemos fazer”. “Vamos sair daqui dizendo que fizemos bom progresso ... vamos fazer história esta noite”. E terminou citando Nelson Mandela, “sempre parece impossível, até que seja feito”.

A primeira a pedir a palavra foi a Comissária para Mudança Climática, Connie Hedegaard, “problemas internacionais pedem legislação internacional”, ela disse, para pedir um acordo “legalmente vinculante”, precisamos clareza sobre esse compromisso com um novo acordo legal. A União Europeia está quase pronta para entrar quase sozinha no segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto, afirmou. Mas “vamos aprovar um processo para chegarmos a um acordo legalmente vinculante para todos até 2020”. Connie mostrava contrariedade com o texto que falava em “processo para levar a um protocolo, outro instrumento legal ou um resultado legal”. Provocou uma reação fortemente enfática da ministra Jayanthi Natarajan, da Índia.

Visivelmente contrariada com a declaração da União Europeia, disse que vinha mostrando flexibilidade, mas a peça central da política global para a mudança climática precisava ser a equidade. “Estou aqui para colaborar com o processo para chegarmos a um novo acordo legalmente vinculante, mas quero todas as opções do texto”. Falou do perigo de colapso da reunião. “Como assinar um cheque em branco, sobre um instrumento legalmente vinculante, comprometendo um bilhão de pessoas?” Disse não desejar que o processo chegasse ao colapso. Mas o documento sobre o Protocolo de Quioto é fraco, o documento sobre o novo acordo recebeu mais objeção que apoio, porém o presidente decidiu trazê-lo ao plenário. Esse é o resultado de duas semanas de negociação dura. Não vamos reabrir o documento. Mas, se for para reabrir o documento para retirar “uma opção a mais que queremos, vamos rediscutir todas as palavras do texto”. A alternativa, para Natarajan era aprovar o documento como estava. As declarações se sucediam e todas faziam mais objeções ao texto.

O ministro chinês, Xie Zhenhua também se irritou com a declaração de Connie. Pediu a palavra e, quase aos brados, apoiou fortemente Natarajan. Todos os instrumentos são legalmente vinculantes, mas como eles são implementados? Devemos estar todos juntos, no mesmo barco, agir todos, de acordo com nossas capacidades, assumindo nossas obrigações, disse de punhos cerrados, cortando o ar e batendo na mesa. “Estamos falando disso há vinte anos e ainda nada fizemos”. E terminou fortemente, dirigindo-se à União Europeia: “estamos fazendo nossa parte, o que lhes dá o direito de fazer demandas? Estamos levando nossas obrigações muito a sério”.

Figueiredo do Brasil, pediu a palavra para reforçar a liderança da presidente e da África do Sul. “Nós somos a favor de agir, e pedimos que os outros ajam”. Disse que o Brasil quer sair de Durban com clareza sobre um novo acordo legalmente vinculante. “Estamos muito perto de tomar uma decisão tão importante quanto o mandato de Berlim”, que criou o processo que levou ao Protocolo de Quioto. “Não vamos perder a oportunidade de tomar uma decisão política histórica”, terminou.

Connie Hedegaard acusou o golpe: disse que a proposta sobre equidade da Índia era muito interessante e pediu que a presidente facilitasse a conversa “entre alguns de nós que parecem pensar diferente, para que possamos juntos viabilizar o pacote de Durban”. Todd Stern, dos Estados Unidos, apoiou o “colega do Brasil”, e disse que era mesmo um momento histórico. A reunião do BASIC com o EUA havia dado resultado.

As mulheres poderosas

Nkoana-Mashabane apelou para que Connie Hedegaard e Jayanthi Natarajan que no “país de Mandela”, encontrassem um caminho comum. Interrompeu a reunião por dez minutos para que tentassem encontrar um acordo para aprovar “esse histórico pacote, às 2:38, eu apelo humildemente, para que façamos uma pausa para nos entendermos”.

Pelo menos essa inabalável crença de Mashabane na possibilidade de chegar a um espírito comum por meio da conversa com a mente aberta, tinha o efeito de reduzir a tensão e o nervosismo. A COP17 não ficava menos dramática, mas talvez os delegados se surpreendessem com essa demonstração de paciência e disposição de investir o tempo que se esgotava nessa busca de entendimento. Formou-se um grupo de negociação informal entre a plenária informal e a formal tendo no centro duas das mulheres mais poderosas da reunião: Connie Hedegaard e Jayanthi Natarajan. A pedido de outra mulher poderosa na COP17, a sulafricana Maite Nkoana-Mashabane, deveriam resolver a diferença entre uma vaga promessa de acordo futuro de natureza legal, demandado pela Índia, e o compromisso de chegar a um acordo legalmente vinculante, condição da Europa para aprovar o segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto. O resultado de Durban estava nas mãos destas três mulheres. Mas não era só a Índia que não queria se comprometer de imediato com um acordo legalmente vinculante, após 2020. O EUA também não queria. Fazia questão que qualquer solução implicasse em “paridade legal” entre todos os grandes emissores, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Como o Brasil apoiava a “Plataforma de Durban” e não objetava a um acordo legalmente vinculante no futuro e, como China e Índia, não abria mão do princípio das obrigações comuns, porém diferenciadas, podia fazer o meio de campo entre as duas posições. Luiz Alberto Figueiredo propôs a fórmula salvadora: “um resultado acordado com força de lei”. Todos aceitaram esse caminho do meio. A “Plataforma de Durban” estava garantida.

Orgulho africano

Para satisfação da presidente sulafricana da COP17, o representante do Congo (DRC) e presidente do Grupo Africano, pediu a palavra, ao raiar do sol em Durban, para dizer a ela, em nome dos 47 países africanos: “por meio do resultado dessa reunião a senhora restaurou a dignidade desse processo. Por meio do processo transparente das Indabas e com o espírito de inclusão do unbutu, a senhora estabeleceu um

novo padrão de excelência para encontros futuros desse processo. O sucesso desta COP africana, em um país africano, com um anfitrião africano, é algo de que podemos ter muito orgulho.”

Quase uma hora depois de reaberta a plenária, foi aprovada a Plataforma de Durban. Terminava a mais longa COP, uma “maratona de longas horas” como a definiu Maite. Às 5:30 da madrugada, ela e Christiana Figueres deram a última coletiva à imprensa. Ela se referiu ao “pacote histórico adotado aqui nesta manhã, “na terra de Nelson Mandela” e “na cidade onde residiu o jovem advogado Mahatma Gandhi, que voltaria para a Índia, para libertar a Índia. Ele veio para a África do Sul, como um jovem advogado se engajando no que é conhecido como satyagraha que começou a praticar neste país. Chegamos aqui com o ‘plano a’ e concluímos esse encontro com o plano a.”

Apesar das críticas sobre a excessiva demora da decisão, ela se orgulhava da opção pela Indaba, e atribuía a ela ter conseguido obter esse “resultado histórico, com inclusão e transparência”. Vale reproduzir essa parte de sua declaração

“Não tenho a menor dúvida em minha mente de que trabalhamos juntos para salvar o mundo hoje. Acredito que a Indaba forneceu o fundamento para este encontro. Indaba, como vocês devem se lembrar do que compartilhei com todos é um método Zulu que se refere à reunião do povo com o propósito de debater um assunto de grande importância para a comunidade, na tentativa de encontrar um espírito comum ou uma história comum que todos os participantes possam levar consigo. A mudança climática é nosso problema comum, que afeta a todos nós, e a Plataforma de Durban é a história que levaremos para casa conosco. Nossa intenção com a Indaba era restaurar a confiança no sistema multilateral, para inscrever a transparência e a inclusividade nesse processo conduzido pelas partes. As decisões que tomamos são verdadeiramente históricas”.

A despeito do tempo e das falhas, a história confirmará que se fez história em Durban, que será um divisor político de águas. Daqui em diante, não haverá mais “duas trilhas” diferentes para negociação política nas COPs, a do Protocolo de Quioto e a da Convenção do Clima. Haverá apenas um ponto central de negociação: um novo regime legal válido para todos. Fechou-se o capítulo do Protocolo de Quioto e se determinou a centralidade do novo acordo como objeto e finalidade das negociações, uma decisão que começou em Copenhague, foi aprofundada em Cancún e terminada em Durban.

Fonte: <http://www.ecopolitica.com.br/2011/12/12/a-plataforma-de-durban-divisor-de-aguas-na-politica-global-do-clima/>

12/12/2011

TERRAMÉRICA – Florestas e clima no labirinto

por Stephen Leahy*



Da esquerda para a direita: Benenice Sánchez; Godwin Ojo, diretor da Environmental Rights Action da Nigéria; Nnimmo Bassey, presidente da Amigos da Terra Internacional; Joseph K. Towett, presidente do conselho de anciãos Ogiek da selva Mau do Quênia; Tom Goldtooth e Marlon Santi.

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta1/wp-content/uploads/2011/12/68.jpg?9d7bd4>

Enquanto as negociações climáticas se internam em um labirinto cuja saída exige um “mapa do caminho” proporcionado pela União Europeia, a proposta de usar as selvas para absorver carbono continua levantando polêmica.

Durban, África do Sul, 12 de dezembro de 2011 (Terramérica) – Uma nova coalizão indígena reclama uma moratória nas iniciativas de Redução de Emissões Provocadas pelo Desmatamento e pela Degradação das Florestas (REDD), componente fundamental nas negociações de um tratado climático mundial realizadas nas duas últimas semanas na África do Sul. A Aliança Mundial dos Povos Indígenas e Comunidades Locais Contra REDD e pela Vida afirmou em um comunicado que “um número crescente de informes recentes proporciona evidência de que os povos indígenas estão sendo submetidos a violações de seus direitos como resultado da implantação de políticas e programas tipo REDD”.

“Os povos originários e as comunidades florestais não colocarão nossas vidas e terras nas mãos de corporações contaminantes”, disse ao Terramérica o nativo dakota e navajo Tom Goldtooth, diretor da Rede Ambiental Indígena, com sede nos Estados Unidos. Berenice Sánchez, da Rede Mesoamericana de Mulheres Indígenas sobre Biodiversidade, acrescentou: “Reclamamos o fim imediato de todos os programas REDD e REDD+ no mundo. São uma nova forma de colonialismo”. O corte de árvores contribui em quase 20% para as emissões mundiais de gases-estufa que aquecem a atmosfera, conhecidos por seu efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂).

Segundo as Nações Unidas, a REDD busca estabelecer o valor financeiro do carbono armazenado nas florestas, oferecendo incentivos para que os países em desenvolvimento reduzam as emissões das áreas desmatadas ou degradadas, e invistam em desenvolvimento sustentável. A REDD+ vai além e inclui a conservação, o manejo sustentável das florestas e o aumento da capacidade florestal de absorver e armazenar CO₂. Para Sánchez, “esta não é solução para a mudança climática. Participam as mesmas indústrias extrativistas e a elas é permitido continuar violando a Mãe Terra”.

Sánchez, Goldtooth e outros indígenas e membros da sociedade civil participaram da 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que começou dia 28 de novembro e terminou no dia 11, na cidade sul-africana de Durban. Contudo, eles são observadores, e os Estados são os que negociam os acordos. Com término previsto para o dia 9, os organizadores da COP 17 decidiram prolongá-la por mais um dia, em uma desesperada tentativa de avançar o máximo possível para um acordo mundial de redução da contaminação climática.

A REDD é apresentada como uma ferramenta que poderia mobilizar entre US\$ 10 bilhões e US\$ 30 bilhões anuais para proteger as florestas, que seria incluída nesse esquivo acordo internacional que substituiria ou prolongaria o Protocolo de Kyoto, cujo primeiro período de compromissos expirará em 2012. O programa UN-REDD (criado pelas Nações Unidas para ajudar os países em desenvolvimento a se preparar para aproveitar esta ferramenta) aprovou na data US\$ 59,3 milhões para financiar planos nacionais em 14 países sócios.

O esquema prevê que países e indústrias que buscam reduzir suas emissões paguem pela proteção das florestas de regiões tropicais. As árvores capturam CO₂ da atmosfera e o armazenam pelo resto de suas vidas. No contexto da REDD, comunidades da selva ou proprietários de terras florestais podem oferecer ao mercado tantos créditos de carbono quanto tenham ajudado a manter na selva ou a absorver mediante reflorestamento. Alguma empresa contaminante do Norte industrial compra esses créditos e os contabiliza como se tivesse realmente reduzido suas próprias emissões de carbono.

Quase todos os países na COP 17 estão a favor de um acordo internacional REDD+, que dê o pontapé inicial ao fluxo de capitais públicos e privados para proteger as florestas e a biodiversidade, reduzir emissões e gerar emprego e renda. Sete países da África central, sete Estados doadores e a Comissão Europeia divulgaram em Durban uma declaração de intenção sobre a urgência de acelerar a implantação da REDD+ na Bacia do Congo, a segunda maior selva tropical do planeta.

Burundi, Camarões, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo e Ruanda se comprometeram a intensificar esforços para aplicar a REDD+ de maneira conjunta, contando com apoio econômico de Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha e Noruega. Esperamos “importantes recursos financeiros no começo de 2012”, ressaltou o ministro de Desenvolvimento Sustentável da República do Congo, Henri Djombo.

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) anunciou, no dia 8, que a Guatemala deu um passo importante ao reconhecer “direitos mais amplos de posse da terra” para os povos indígenas e as comunidades locais. “Os incentivos florestais só reconheciam propriedades registradas legalmente, embora a maioria das comunidades e dos povos indígenas possua suas terras sob sistemas tradicionais de posse”, esclareceu Josué Morales, diretor de Florestas da Guatemala.

O mecanismo proposto “esclarece e reconhece a propriedade da terra por meio de todo tipo de direitos: documentos históricos, títulos de extensão, propriedade, posse de terras e territórios indígenas”, acrescentou Morales. “Embora isto seja muito significativo para a REDD+, em muitos países é questionada pela grande insegurança que enfrentam os povos indígenas e as comunidades das florestas em termos dos direitos de propriedade e posse da terra”, admitiu.

“É uma fantasia atraente a REDD ajudar os indígenas a garantirem a posse. É uma enorme mentira”, alertou Heriberta Hidalgo, representante de povos originários do norte do Chile. Serão incentivadas plantações, os indígenas perderão seu controle das florestas e, por fim, seus alimentos e remédios, e, então, também perderão seu conhecimento tradicional, acrescentou. A propriedade da terra é um dos elementos que tornam complexa a REDD.

É difícil medir o carbono das florestas e decidir se as reduções de emissões são “genuínas e verificáveis”, e é reconhecida a necessidade de incluir no acordo salvaguardas que assegurem a proteção das comunidades locais, as florestas e a biodiversidade. “Sem boas salvaguardas, os investidores não investirão. E sem reduções reais, verificáveis e sustentadas de emissões, tampouco”, disse ao Terramérica a ativista Peg Putt, da não governamental Ecosystems Climate Alliance. Esta aliança favorável à REDD+ defende salvaguardas rígidas. Contudo, Brasil, Indonésia e outros países se manifestaram contra elas, por considerá-las caras e pouco práticas.

No México, os projetos-piloto REDD não cumprem salvaguardas. Por exemplo, está previsto que os povos originários sejam previamente informados e deem seu consentimento, mas isto não ocorre, denunciou Sánchez. Algumas comunidades e pessoas receberam a promessa de muito dinheiro, então se endividaram. Agora devem pagar os empréstimos e são obrigadas a vender suas terras, acrescentou.

“Não nos enganemos”, afirmou ao Terramérica a ex-presidente da poderosa Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, Marlon Santi. Os povos nativos têm 40 anos de experiências com grandes corporações como as petrolíferas Texaco e Shell e a de mineração Rio Tinto, que lhes prometeram uma vida boa e, no entanto, destruíram suas terras e comunidades, acrescentou. Nem todas as entidades nativas querem suspender a REDD. A Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica,

por exemplo, quer explorar maneiras de aproveitá-la e obter ganhos, disse Goldtooth. “Alguns outros já estão participando. A moratória foi uma decisão tomada por consenso entre os que estão aqui”, explicou.

Outra questão é que ainda não há um mercado de carbono para as florestas, disse Kate Dooley, da FERN, uma organização não governamental com sedes na Bélgica, Grã-Bretanha e Holanda. De fato, todo o mercado de carbono está desmoronando, “os preços entraram em colapso na Europa. Os bancos fecharam seus escritórios dedicados aos créditos de CO”, destacou. O Sistema Europeu de Comércio de Emissões de Carbono, que representa 97% deste setor mundial, por lei não pode comercializar CO₂ florestal até 2020, explicou ao Terramérica.

Wally Menne, do capítulo sul-africano da Timberwatch Coalition, disse que continua sendo apresentando “todo tipo de propostas sem sentido, que cuidadosamente evitam as reduções reais de emissões de gases-estufa derivados da queima de combustíveis fósseis”.

** O autor é correspondente do Terramérica.*

LINKS

Pequena especulação agrária deixa marcas na Amazônia(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3860>)
Florestas, a variável de ajuste da contaminação climática(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3820>)
Florestas na incerteza climática(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3446>)
Florestas são muito mais que depósitos de carbono(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3303>)
Há algo para os pobres no mercado de carbono?(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=3018>)
Florestas entram no comércio de carbono(<http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=port&idnews=1477>)
TerraViva, o diário da COP 17, em português, inglês e espanhol(<http://www.ips.org/TV/cop17/category/portugues/>)
REDD, em inglês(<http://www.un-redd.org/>)
Rede Ambiental Indígena, em inglês(<http://www.ienearth.org/>)
Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador, em espanhol(<http://www.conaie.org/>)
Comunicado da Aliança Mundial dos Povos Indígenas e Comunidades Locais Contra a REDD e pela Vida, em espanhol(<http://cmpcc.org/2011/12/06/comunicado-de-prensa-de-la-alianza-de-pueblos-indigenas-y-comunidades-locales-contr-red-y-por-la-vida/>)
Coalizão Mundial pelas Florestas, em espanhol, inglês, francês(<http://www.globalforestcoalition.net/es/>)
Timberwatch Coalition, em inglês(<http://www.timberwatch.org/>)

Artigo produzido para o Terramérica, projeto de comunicação dos Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e para o Desenvolvimento (Pnud), realizado pela Inter Press Service (IPS) e distribuído pela Agência Envolverde.

Fonte: Terramérica/Envolverde(http://envolverde.com.br/ambiente/terramerica-florestas-e-clima-no-labirinto/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

TERRAMÉRICA – Governos admitem tratamento climático universal

por Stephen Leahy, enviado especial*



Delegados cruzam a ponte de acesso ao centro de convenções de Durban onde aconteceu a cúpula sobre o clima.

Foto: Zukiswa Zimela/IPS

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/57.jpg?9d7bd4>

O ponto central da cúpula do clima em Durban foi a aceitação por todos os governos de que se deve negociar, com prazo até 2015, um novo tratado mundial para reduzir as emissões que provocam o aquecimento global.

Durban, África do Sul, 12 de dezembro de 2011 (Terramérica) – O mundo caminha para um perigoso aquecimento global. Contudo, quando a 17ª cúpula do clima terminava na África do Sul, os governos aceitavam discutir um novo tratado global para diminuir as emissões de gases que provocam o efeito estufa. Após duas semanas de intensas e amargas discussões, às quais se somaram outras 29 horas, os 193 países partes da Convenção Marco das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CMNUCC) acordaram um complexo conjunto de documentos intitulado Plataforma de Durban.

Os textos incluem a continuidade do Protocolo de Kyoto, único tratado mundial obrigatório para reduzir os gases-estufa, a estrutura formal do Fundo Verde para o Clima e novos mecanismos de mercado, entre outros assuntos. Porém, o ponto central, obtido ao amanhecer do dia 11, foi a concordância de todos os governos de que se deve negociar um novo tratado mundial para reduzir as emissões até 2015. Embora isto possa parecer a simples decisão de realizar mais reuniões, esta é a primeira vez que todas as nações aceitam ser governadas por um regime específico no contexto da CMNUCC.

No momento, as promessas voluntárias de redução nas emissões feitas em 2009 pelos países industrializados, Brasil, China, África do Sul, Índia e outros no contexto do Acordo de Copenhague, garantem que a temperatura média do planeta aumentará 3,5 graus centígrados em relação à era pré-industrial, indica a ciência climática. Inclusive algumas análises afirmam que a temperatura subiria mais, entre quatro e cinco graus, o que colocaria em risco a sobrevivência da espécie humana.

Apesar das declarações políticas de Estados Unidos, Canadá e União Europeia, o certo é que as nações em desenvolvimento prometem reduções maiores que o mundo industrializado, responsável por 75% de todas as emissões humanas causadoras do aquecimento da Terra. “Ainda não há novas promessas sobre a mesa, e o que foi aceito em Durban, quanto a elevar as ambições e as reduções, é incerto com relação ao seu resultado”, disse Bill Hare, diretor da Climate Analytics, grupo assessor sem fins lucrativos com sede na Alemanha.

A presidente da 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a sul-africana Maite Nkoana-Mashabane, foi uma das que pediram aos governos para deixarem de lado seus interesses “pelo bem maior do planeta e de seus povos”. Países ricos como Estados Unidos, Canadá e Arábia Saudita bloquearam as conversações em muitas frentes, para frustração e amargura das nações menores e desfavorecidas.

“A triste notícia é que os sabotadores conduzidos pelos Estados Unidos tiveram êxito ao incluir uma cláusula de escape que pode impedir facilmente que o próximo grande tratado climático seja legalmente vinculante”, lamentou o diretor-executivo do Greenpeace Internacional, Kumi Naidoo. Mesmo que em 2015 seja aprovado um rígido tratado legalmente vinculante, deverá ser ratificado pelos governos para entrar em vigor. O Protocolo de Kyoto foi adotado em 1997, mas só entrou em vigor em 2005.

Esperar até 2020 para efetuar reduções drásticas da contaminação obrigará ir muito mais a fundo, com maiores custos, para manter a esperança de que a temperatura global não aumente além dos dois graus, afirmou Hare ao Terramérica. “A aspiração coletiva de redução de emissões deve aumentar muito em breve e de maneira substancial”, alertou Alden Meyer, diretor de estratégia e política da União de Cientistas Preocupados, dos Estados Unidos.

Vários estudos sustentam que as emissões mundiais de gases-estufa deveriam alcançar seu ponto mais alto entre 2015 e 2020, e depois declinar, se a intenção é a busca de uma possibilidade razoável de controlar a temperatura a um custo alcançável. Se o pico e o declínio ocorrerem mais tarde, os custos e os riscos dispararão. “Os discursos contundentes e o cuidado na escolha das palavras não podem alterar as leis da física. A atmosfera responde a apenas uma coisa, as emissões”, disse Meyer.

Está claro que nas duas últimas semanas os governos ouviram as corporações que contaminam e não seus povos, afirmou Naidoo em um comunicado. A Plataforma de Durban inclui um segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto, que deve começar em janeiro de 2013, para evitar uma brecha após o fim do primeiro prazo, em dezembro de 2012. Sua duração e seu alcance serão discutidos na COP 18, que acontecerá no Catar.

Os países em desenvolvimento insistiram nesta condição, embora o Protocolo somente obrigue a pequenas reduções dos países industrializados europeus e de Canadá, Austrália, Japão e uns poucos mais. Os Estados Unidos permanecem fora do Protocolo de Kyoto, e o Canadá ignorou suas obrigações e aumentou as emissões, e agora, junto com Japão e Rússia, afirma que não vai aderir a um segundo período de compromissos.

A continuidade de Kyoto é “significativa”, disse a secretária-executiva da CMNUCC, Christiana Figueres. Os países partes devem apresentar suas ofertas de redução até maio de 2012. Entretanto, não há uma adoção formal do segundo período no texto atual do documento, disse Pablo Solón, ex-chefe da delegação da Bolívia na Convenção. “A decisão real foi adiada para a próxima COP”, e o Protocolo continua na “terapia intensiva”, afirmou.

O único progresso do Fundo Verde para o Clima foi seu desenho e sua administração. Supõe-se que deve distribuir cerca de US\$ 100 bilhões de assistência aos países em desenvolvimento, a partir de 2020, para ajudá-los a reduzir suas emissões e a se adaptarem à mudança climática. Em Durban não houve compromissos sobre a origem do dinheiro. Acordou-se estabelecer um “plano de trabalho” para mobilizar recursos de fontes públicas e privadas. Estas últimas incluem de maneira explícita os mercados de carbono, pois os governos do Norte industrial se escudaram na crise financeira e econômica que atá suas mãos.

A sociedade civil e alguns países em desenvolvimento destacaram que os governos entregaram bilhões de dólares a bancos e entidades financeiras e que o orçamento militar supera em mais de dez vezes a quantia que o Fundo Verde para o Clima necessita. Apesar de o mercado de carbono estar em queda, o setor privado é considerado por Estados Unidos, União Europeia, Nova Zelândia e Japão, entre outros, como sócio cruciais para financiar a resposta à mudança climática.

Os mercados de compra e venda de compensações de carbono são um sistema muito polêmico e complexo quanto a medições e propriedade do carbono no solo ou nas florestas, entre outros aspectos. Também subsiste o questionamento ético de que os países ricos compensem sua própria contaminação comprando florestas ou terras em nações pobres. “Mantenham as metas, deixem os mercados”, pediu Oscar Reyes, da Amigos da Terra Grã-Bretanha, nos últimos dias da COP 17. “É preocupante o fato de que, quando o Fundo Verde tiver recursos, os emprestará ao setor privado para impulsionar o mercado de carbono”, advertiu Reyes ao Terramérica.

“Ao olhar as conferências anteriores, parece mais efetivo que seus membros saiam da sala de reunião e plante árvores durante duas semanas. Provavelmente, obteriam maior impacto”, disse o jovem de 14 anos Felix Finkbeiner, da Alemanha. Finkbeiner lançou uma organização infantil chamada Plante para o Planeta que agora trabalha em 70 países e dessa forma cultivou quatro milhões de árvores nos últimos quatro anos. Seu lema é “Chega de falar, comece a plantar”.

**O autor é correspondente da IPS.*

Fonte: Terramérica/[Envolverde](http://envolverde.com.br/ambiente/terramerica-governos-admitem-tratamento-climatico-universal/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)(http://envolverde.com.br/ambiente/terramerica-governos-admitem-tratamento-climatico-universal/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

Subsídios para combustíveis fósseis podem prejudicar financiamento climático

por Jéssica Lipinski, do CarbonoBrasil

Em tempos de recessão econômica, a arrecadação de fundos para investir em tecnologias de baixo carbono e para mitigar os efeitos das mudanças climáticas se torna uma questão ainda mais crítica no cenário mundial.



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/194.jpg?9d7bd4>

De acordo com Lord Nicholas Stern, ex-membro do Banco Mundial e um dos principais economistas do planeta, o financiamento de combustíveis fósseis é um dos principais fatores que prejudicam os investimentos climáticos, contribuindo ainda mais para aumentar as emissões de gases de efeito estufa que intensificam as mudanças climáticas.

Segundo Stern, que é autor de um relatório sobre os custos das mudanças climáticas, os bilhões de dólares que subsidiam os combustíveis fósseis deveriam ser redistribuídos para outros setores que ajudassem a mitigar ou enfrentar as consequências do aquecimento global.

Uma das opções é redirecionar esse investimento ao Fundo Verde Climático (GCF), que até 2020 deve arrecadar US\$ 100 bilhões por ano para ajudar os países em desenvolvimento a lidarem com os efeitos das mudanças climáticas. Para se ter uma ideia, se parte do financiamento das energias fósseis fosse colocado no GCF, já seriam US\$ 10 bilhões anuais angariados para esse fim.

Stern também sugeriu que o financiamento para o GCF pode ser conseguido com “taxas de carbono” a serem impostas a setores como a indústria, a navegação e a aviação. Outra opção é arrecadar dinheiro de bancos de desenvolvimento.

Segundo ele, uma taxa de carbono nos países industrializados poderia angariar US\$ 50 bilhões por ano; já o tributo nos meios de transporte poderia somar US\$ 10 bilhões, mesmo se os países retivessem metade do dinheiro arrecadado. Com a adição do financiamento de bancos de desenvolvimento e do investimento em energias fósseis, os US\$ 100 bilhões poderiam ser alcançados.

De fato, Stern acredita que os benefícios reais dessas medidas seriam bem maiores, podendo chegar a estimar entre US\$ 200 bilhões e US\$ 250 bilhões apenas do setor privado. “Tudo é eminentemente factível. Temos que estabelecer em detalhes nossas estimativas e as políticas que podem atingi-las – se os governos mostrarem vontade política”, comentou.

Ainda em relação ao Fundo, que foi debatido na 17ª Conferência das Partes (COP 17) em Durban, na África do Sul, o economista criticou a forma como ele foi discutido no encontro. Para ele, os participantes estão perdendo muito tempo com aspectos técnicos de como o Fundo será estabelecido, em vez de abordarem formas de arrecadar o dinheiro.

Mas Stern não é o único a criticar os subsídios aos combustíveis fósseis como forma de prejudicar as ações climáticas. Um [novo estudo](http://bankwatch.org/publications/carbon-rising-european-investment-bank-energy-lending-2007-2010) (http://bankwatch.org/publications/carbon-rising-european-investment-bank-energy-lending-2007-2010) da Bankwatch, rede que monitora as atividades de instituições financeiras internacionais, acusa o Banco Europeu de Investimento (BEI) de financiar os combustíveis fósseis com investimentos climáticos.

Conforme o relatório, desde 2007, foram repassados € 16 bilhões em empréstimos aos combustíveis, contra € 13 bilhões para as energias renováveis e € 12,6 bilhões para redes de transmissão. Neste período, o investimento em fósseis aumentou de € 2,8 bilhões para € 5 bilhões anuais.

“Tal auxílio considerável para combustíveis fósseis mina as metas climáticas da União Europeia (UE), que o BEI deveria promover, de acordo com sua missão. O impacto positivo dos empréstimos renováveis é fortemente comprometido pelos maciços – e crescentes – investimentos em combustíveis fósseis feitos pelo banco no mesmo período”, reprovou Piotr Trzaskowski, um dos autores do relatório.

Os representantes do BEI declararam que não sabem como a Bankwatch chegou a essa conclusão, afirmando que não estão “bem certos de como eles chegaram a esses números. Quando a Bankwatch fala sobre combustíveis fósseis, eles estão se referindo, sobretudo, ao apoio do BEI a infraestruturas de gás e usinas de energia”, justificou Nicholas Antonovics, porta-voz do BEI, à EurActiv.

Mas o próprio BEI admitiu que, desde 2007, mais empréstimos foram para a indústria do gás, carvão e petróleo do que para o setor renovável. Segundo dados do próprio banco, nos últimos quatro anos foram investidos € 15 bilhões em fósseis, comparados aos € 14,8 bilhões em renováveis. Segundo os autores do documento da Bankwatch, os investimentos do banco em indústrias poluentes na Europa “foram fantasiados com um traje ‘verde’”.

“O BEI é uma instituição da UE cuja missão é promover os objetivos de longo prazo da União Europeia. De fato, é uma meta política da UE diminuir as emissões, mas esses empréstimos (para as renováveis) foram apenas para cumprir a legislação vigente”, concluiu Anna Roggenbuck, coordenadora da Bankwatch.

* *Publicado originalmente no site*
[CarboboBrasil\(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias3/noticia=729183\)](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias3/noticia=729183).

Fonte: CarboboBrasil/[Envolverde\(http://envolverde.com.br/ambiente/clima/subsidios-para-combustiveis-fosseis-podem-prejudicar-financiamento-climatico/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12\)](http://envolverde.com.br/ambiente/clima/subsidios-para-combustiveis-fosseis-podem-prejudicar-financiamento-climatico/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

Dilma avalia positivamente resultado da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas

por Pedro Peduzzi, da Agência Brasil



Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/104.jpg?9d7bd4>

Brasília – Apesar de criticado por ambientalistas, o resultado da 17ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-17), em Durban, África do Sul, foi bem avaliado pela presidenta Dilma Rousseff.

Em conversa por telefone com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, Dilma disse ter ficado “satisfeita com o resultado da conferência e, em especial, com o desempenho do país durante as negociações”.

Representantes de 194 países concordaram, durante as negociações concluídas na madrugada de hoje (11), em renovar o Protocolo de Quioto para pelo menos até 2017, e iniciar um processo com força legal, visando a um novo pacto global sobre o clima. O documento aprovado prevê o início das negociações já no ano que vem.

Durante as reuniões, foi instituída a estrutura do Fundo Verde do Clima, criado para financiar ações de combate às mudanças climáticas. No entanto, o número de países participantes do novo protocolo foi reduzido, com a saída da Rússia, do Japão e do Canadá.

De acordo com o Palácio do Planalto, a renovação do protocolo dará “fôlego para que as negociações não parem”.

**publicado originalmente no site da Agência Brasil*(<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-11/dilma-avalia-positivamente-resultado-da-conferencia-da-onu-sobre-mudancas-climaticas>).

Fonte: Agência Brasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/dilma-avalia-positivamente-resultado-da-conferencia-da-onu-sobre-mudancas-climaticas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)(http://envolverde.com.br/noticias/dilma-avalia-positivamente-resultado-da-conferencia-da-onu-sobre-mudancas-climaticas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

Países adotarão metas obrigatórias de emissões em 2020

por Fabiano Ávila, do CarbonoBrasil

Conferência das Partes termina em Durban prolongando o Protocolo de Quioto até 2017 e com a promessa de que todas as nações serão obrigadas a limitar a liberação de gases do efeito estufa a partir da próxima década



Foto: Jan Galinski / UNFCCC

Fonte: <http://envolverde.com.br/portal/wp-content/uploads/2011/12/85.jpg?9d7bd4>

A mais longa Conferência das Partes já realizada terminou neste domingo (11), mais de 36 horas além do que era previsto, com um resultado difícil de ser qualificado. Para muitos, a COP17 em Durban foi um sucesso porque pela primeira vez na história todos os países concordaram em assumir metas de emissões. Porém, como isso só vai acontecer a partir de 2020, outros afirmam que a reunião foi um fracasso e condena o planeta a sofrer as piores consequências das mudanças climáticas.

Os 194 países acabaram concordando com o plano da União Europeia de estender o Protocolo de Quioto até 2017, enquanto se negocia um novo tratado climático que deve estar pronto em 2015 para ser ratificado até no máximo 2020.

O texto final, que foi batizado de Durban Platform for Enhanced Action (Plataforma de Durban para a Ação Aprimorada, em uma tradução livre) também consolida a estrutura do Fundo Climático Verde, que disponibilizará até US\$ 100 bilhões ao ano para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Ficou ainda acertado que o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) continuará a funcionar sob o segundo período de compromissos do Protocolo de Quioto, que começará em 2013. Trinta países participarão dessa nova fase, em sua maioria europeus. Estados Unidos, Rússia, Japão e Canadá ficarão de fora.

Em troca, as grandes nações emergentes, Brasil, China, Índia e África do Sul, concordaram em adotar metas obrigatórias para emissões a partir de 2020.

A delegação brasileira, que atuou na conferência como um dos principais defensores de Quioto, elogiou o resultado.

“Estou satisfeito que conseguimos o que viemos fazer aqui em Durban. Temos um resultado robusto e um novo texto que é excelente e marca uma nova fase da luta contra as mudanças climáticas”, afirmou Luiz Alberto Figueiredo, negociador brasileiro.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi um desfecho “histórico” para o encontro. A presidente Dilma Rousseff disse ter ficado “satisfeita com o resultado da conferência e, em especial, com o desempenho do país durante as negociações”.

A União Europeia comemorou bastante o acordo final de Durban. “Conseguimos fazer com que todos os grandes emissores concordassem com um texto. É uma grande vitória da diplomacia europeia”, comemorou Chris Huhne, secretário britânico de Energia e Mudanças Climáticas.

O negociador chefe dos Estados Unidos, Todd Stern, também elogiou o resultado. “Foi alcançada a simetria entre as nações que sempre buscamos, com todos se comprometendo a ter metas, sejam países ricos ou emergentes.”

A Índia, que se mostrou relutante durante toda a COP17 em concordar com a proposta europeia, afirmou ter cedido em nome das negociações sob as Nações Unidas.

“Tivemos discussões muito intensas e não estamos felizes com as mudanças no texto, que acreditamos ser injusto para os países mais pobres. Houve uma grande pressão para que concordássemos e assim fizemos para mostrar nossa flexibilidade e respeito ao processo de debates”, disse Jayanthi Natarajan, ministra de Meio Ambiente da Índia.

Os países africanos acreditam que foi feito o que foi possível. “Chegamos a um meio termo. Claro que não estamos completamente satisfeitos com o resultado e sua falta de equilíbrio, mas consideramos que foi um passo na direção certa”, declarou Tosi Mpanu-Mpanu, líder do Grupo da África.

2020 será tarde

As principais organizações de ativistas climáticos do planeta não ficaram satisfeitas com o resultado apresentado em Durban e afirmam que as decisões tomadas não são nem de perto suficientes para limitar o aquecimento global a 2°C e evitar as piores consequências das mudanças climáticas.

“Com certeza não é o acordo que o planeta precisa. Tudo ficou aquém do que era necessário, tanto da parte de redução de emissões quanto sobre o financiamento climático”, afirmou Alden Meyer, da União dos Cientistas Preocupados.

“Conduzidos pelos Estados Unidos, os países desenvolvidos renegaram as suas promessas, enfraqueceram as regras sobre ações climáticas e fortaleceram aqueles que permitem às suas corporações lucrarem com a crise do clima”, disse Sarah-Jayne Clifton, da organização Amigos da Terra Internacional.

“Não foi atingido um acordo real. O que eles fizeram foi minimizar as promessas em um texto vago e que não contém punições para quem não cumprir sua parte”, declarou Samantha Smith, do WWF.

A secretária-executiva da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), Christiana Figueres, reconheceu que a COP17 terminou de forma ambígua, com um lado positivo, todos adotarão metas obrigatórias, e outro negativo, levará quase dez anos para que isso aconteça.

“O que isso significa ainda precisa ser avaliado”, concluiu.

**publicado originalmente no site do*
[CarbonoBrasil](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729189)(http://www.institutocarbonobrasil.org.br/reportagens_carbonobrasil/noticia=729189).

Fonte: CarbonoBrasil/[Envolverde](http://envolverde.com.br/noticias/paises-adotarao-metas-obrigatorias-de-emissoes-em-2020/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)(http://envolverde.com.br/noticias/paises-adotarao-metas-obrigatorias-de-emissoes-em-2020/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

A UE não reconhece suas pegadas

por Julio Godoy, da IPS



Conferência de Kyoto, Japão, dezembro de 1997.

Foto: Frank Leather/UN Photo

Fonte: <http://envolverde.com.br/porta/wp-content/uploads/2011/12/37.jpg?9d7bd4>

Berlim, Alemanha, 12/12/2011 – A União Europeia (UE) reduziu suas emissões de gases-estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), em mais de 15% desde 1990, superando seus compromissos no Protocolo de Kyoto, segundo dados oficiais. Contudo, neste quadro ficam de fora outros aspectos, como a incidência de suas importações. Os cálculos favoráveis só levam em conta as emissões da indústria e de outras atividades econômicas, ignorando considerações como o consumo pela UE de importações procedentes de economias emergentes e contaminantes como as de Brasil, China, Índia e África do Sul.

Se forem contabilizados o comércio internacional e o consumo local de bens importados, as emissões de CO₂ na Alemanha e França, por exemplo, teriam aumentado mais de 20% nos últimos 20 anos, segundo dois novos estudos. Estimativas semelhantes se aplicam a todos os grandes países industrializados.

Cientistas sugerem o uso da “pegada de carbono” como o indicador mais confiável para as negociações da 17ª Conferência das Partes (COP 17) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática, que terminaria no dia 9, mas foi prorrogada até ontem em Durban, na África do Sul. “A pegada de carbono inclui todas as emissões pelas quais os consumidores de um determinado país são responsáveis”, explicou à IPS o economista Gabriel Felbermayr, da Universidade de Munique.

“Se um país participa do comércio internacional, então sua pegada de carbono deve incluir o conteúdo de CO₂ de seu comércio”, disse o especialista, autor de um estudo a respeito no Instituto Leibniz para a Pesquisa Econômica. O conteúdo de CO₂ de um bem se refere a todas as emissões resultantes de sua produção. Leva em conta não apenas as liberações de gases em cada etapa de produção, como também as geradas em seguida, para a sua comercialização.

O Protocolo de Kyoto estabelece que os países industrializados devem reduzir suas emissões de gases-estufa, causadores do aquecimento global, em 5% até 2012, em relação aos seus níveis de 1990. Oficialmente, a Alemanha cumpriu sua parte, reduzindo suas liberações de gases em 21%. A França também assegura ter conseguido redução de 11% nas duas últimas décadas.

No entanto, Felbermayr e outros cientistas que avaliam o impacto do consumo de bens importados nos dois países garantem que essas afirmações são “enganosas”. Os “países industrializados documentam as reduções de CO₂, mas, na realidade, as emissões simplesmente se mudaram para o exterior, deixando inalterado o nível de liberações mundiais”, explicou o economista, cujo estudo analisou as emissões de CO₂ e as pegadas de carbono de 40 países entre 2005 e 2007. Isto se conhece como “fuga de carbono”, o aumento de gases-estufa em um país como consequência direta da redução em outro.

“Até agora, os acordos climáticos, particularmente o de Kyoto, mediam a contribuição de um país para o aquecimento global com base em suas emissões de CO₂”, detalhou o cientista. Entretanto, qualquer redução registrada sob este sistema de cálculo é, provavelmente, ilusória, afirmou. “A França informou que,

entre 2002 e 2007, suas emissões paralisaram ou diminuíram levemente. Por outro lado, sua pegada de carbono por habitante cresceu continuamente no mesmo período”, ressaltou Felbermayr.

Segundo as avaliações tradicionais de emissões de CO₂, a China é hoje o maior contaminante do planeta, à frente dos Estados Unidos. Empregando o indicador da pegada de carbono, Felbermayr concluiu que este país é o maior responsável pelo aquecimento do planeta.

O Carbone 4, grupo francês especializado em medir emissões de CO₂, chegou a uma conclusão semelhante utilizando o novo indicador Eco2climat, que calcula todas as emissões da França, incluindo as geradas pela produção de artigos importados de consumo local. O Eco2climat da França revela aumento de 25% nos gases-estufa entre 1990 e 2010, e não a redução anunciada pelo governo francês.

“Nosso indicador estima as reais emissões que correspondem aos padrões de vida na França”, disse à IPS o diretor e cofundador do Carbone 4, Jean-Marc Jancovici. “Os dados oficiais sugerem que a França estaria no caminho correto para reduzir as emissões sem necessidade de limitar seu curso. Porém, nós, no Carbone 4, demonstramos que isto é falso”, acrescentou.

Por sua vez, Felbermayr afirmou que na Alemanha a diferença entre as emissões e a pegada de carbono cresceu de forma sustentada. “Em 2002, somente 2,5% do consumo de CO₂ foi importado. Em 2007, as emissões importadas saltaram para 9%”, acrescentou. Este aumento corresponde às emissões causadas por uma crescente produção industrial nas economias emergentes, especialmente China e África do Sul.

Segundo o estudo de Felbermayr, a China exportará mais de 27% de suas emissões, seguida por África do Sul (20,7%) e República Checa (19,4%). Já os maiores importadores de emissões são Suíça (58,4%), Suécia (36%), Noruega (33%), Holanda (32%) e França (26%).

“Para impedir a fuga de carbono, um futuro acordo climático deve guiar-se pela pegada de carbono, e não pelas emissões internas”, alertou Felbermayr. “A pegada de carbono pode ser tratada de forma precisa pelo Estado, impondo um imposto ao consumo sobre o conteúdo de CO₂ referente a um artigo”, sugeriu. “Além disso, “o uso da pegada de carbono como indicador também pode aumentar a disposição da China e da Índia no sentido de participarem de acordos internacionais sobre a mudança climática”.

Fonte: [Envolverde\(http://envolverde.com.br/noticias/a-ue-nao-reconhece-suas-pegadas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12\)](http://envolverde.com.br/noticias/a-ue-nao-reconhece-suas-pegadas/?utm_source=CRM&utm_medium=cpc&utm_campaign=12)

12/12/2011

Após acordo climático, mercado europeu de carbono sofre baixa

Cotação de créditos de carbono operou em ligeira queda nesta segunda. Países acordaram sobre a criação de plano global para reduzir emissões.

da Reuters

A cotação dos créditos de carbono na União Europeia operou em ligeira baixa na manhã desta segunda-feira (12), já que os preços baixos dos recursos energéticos e a crise da dívida na zona do euro contrabalançam o otimismo gerado pelo acordo do fim de semana na conferência climática da ONU em Durban.

No último domingo (11), cerca de 200 países participantes da conferência de Durban chegaram a um acordo que prevê a definição, até 2015, de um tratado climático que obrigue os maiores poluentes do mundo a reduzirem suas emissões de gases do efeito estufa a partir de 2020.

Mas fontes do mercado disseram que a reação positiva inicial se deveu mais a um sentimento de alívio do que a fundamentos econômicos. Às 8h (hora de Brasília), o Crédito da UE para uso em dezembro de 2011 era negociado a 7,74 euros no mercado futuro ICE, com baixa de 1% em relação ao valor de sexta-feira.

O contrato de referência do mercado de carbono chegou a ser negociado por 8,32 euros durante a manhã, seu maior valor no mês, mas depois recuou em cerca de meio euro.



Delegados de 200 países participam da abertura da COP 17, que aconteceu em Durban, na África do Sul

Foto: Schalk van Zuydam/AP)

Fonte: http://s.glbimg.com/jo/g1/f/620x349/2011/11/28/cop11_1.jpg

Metas a cumprir

"Vimos um pouco de recuperação por causa do resultado das negociações de Durban, mas os preços mais baixos da energia na Alemanha e do gás no Reino Unido fizeram com que o carbono se arrastasse para baixo de novo", disse um operador.

"O acordo em Durban não afeta a demanda e, pelo lado da oferta, não pode significar mais créditos fluindo para o Esquema de Negociação das Emissões da UE do que se supunha antes das negociações", disse outro operador.

Em princípio, a Europa não deve se comprometer tão cedo a ampliar suas metas de redução de emissões - a promessa atual já é de um corte de 20% em relação aos níveis de 1990.

Mas o mercado poderá receber mais oferta de créditos de carbono por conta da aprovação, em Durban, do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. No entanto, nem isso está garantido, já que há detalhes por acertar, e circulavam em Durban rumores de que a UE poderia retirar um grande volume de créditos dessa iniciativa, para evitar um excesso de oferta no ano que vem.

Fonte: [G1 > Natureza](http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/12/apos-acordo-climatico-mercado-europeu-de-carbono-sofre-baixa.html)(<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2011/12/apos-acordo-climatico-mercado-europeu-de-carbono-sofre-baixa.html>)

12/12/2011

Canadá abandona Protocolo de Quioto para evitar multas

por Dn.pt/Lusa



Foto: © REUTERS/Chris Wattie

Fonte: <http://www.dn.pt/storage/DN/2011/big/ng1741937.JPG?type=big&pos=0>

Poucas horas após o final da Cimeira de Durban sobre redução dos gases de efeito estufa, o Canadá anunciou esta segunda-feira, em Otava, que abandona o Protocolo de Quioto, que assinou em 1997.

O ministro do Ambiente canadiano, Peter Kent, justificou a decisão com o facto de o Canadá se arriscar a pagar multas milionárias por vir a não cumprir as metas estabelecidas nesse protocolo, que foi prolongado além de 2012, no que diz respeito à emissão de gases de efeito de estufa.

"Quioto é passado para o Canadá. Invocamos o direito legal de nos retirarmos", afirmou o ministro, defendendo que o Protocolo "não funciona". Peter Kent exemplificou que para cumprir as metas estabelecidas no Protocolo de Quioto, o Canadá teria de retirar todos os veículos das estradas do país nos próximos 12 meses.

O Canadá é oficialmente o primeiro País a retirar-se do Protocolo assinado em 1997 e a vigorar desde 2005.

Nos termos do protocolo, o Canadá comprometeu-se a reduzir em 2012 as suas emissões em seis por cento face aos níveis de 1990. No entanto, as suas emissões poluentes aumentaram e o governo conservador de Stephen Harper rejeitou abertamente as obrigações assumidas pelo governo liberal que o assinou.

Referindo-se à sua presença na conferência sobre as alterações climáticas em Durban, Kent afirmou que a plataforma alcançada "representa um caminho que permite avançar", o que, aos olhos do Canadá, não sucede com o Protocolo de Quioto.

"Não abrange os dois maiores emissores, os Estados Unidos e a China, e por isso não pode funcionar", justificou.

Fonte:

[GLOBO](#)

[DN\(http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2180877&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas\)](http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=2180877&seccao=EUA%20e%20Am%E9ricas)

12/12/2011

COP-17 termina com renovação de Kyoto e acordo sem metas para 2020

Por Redação Ecod



COP-17 caminhava para um fracasso total em Durban, mas foi estendida para que as partes chegassem aos acordos.

Foto: UNclimatechange

Fonte: <http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/dezembro/acordo-firmado-na-cop-17-compromete-clima-mundial>

Um novo acordo com peso de lei internacional a partir de 2020 e a extensão do Protocolo de Kyoto até, pelo menos 2017. Estes foram os principais resultados da 17ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima (COP-17), iniciado em 28 de novembro e encerrado no domingo, 11 de dezembro, em Durban, na África do Sul, onde negociadores, ministros e representantes da sociedade civil de 193 países estiveram reunidos.

A cúpula climática deveria ter acabado na sexta-feira (9), mas foi estendida após impasse. A temperatura subiu porque europeus e brasileiros se desentenderam sobre o uso da expressão "resultado legal" no texto final do instrumento que servirá de base para a criação de um novo acordo.

Depois de muita negociação, todos concordaram com o meio-termo "resultado com valor legal", sugestão do negociador-chefe brasileiro, Luiz Alberto Figueiredo, que prevê que, em última instância, possa haver metas "legalmente vinculantes" - de cumprimento obrigatório mediante a comunidade internacional.

Este novo acordo, que prevê a criação de um "protocolo, outro instrumento legal ou um resultado acordado com força legal" para combater as mudanças climáticas seria subscrito até mesmo por Estados Unidos, China e Índia, países que relutavam em entrar em qualquer tratado que usasse o termo "legal". O objetivo agora é a formação de um grupo de trabalho para conduzir a criação desse instrumento, que deve ser concluída em 2015. Já a implementação do novo documento ficaria para 2020.

Antes, porém, a idéia adiantada em Durban é de que o Protocolo de Kyoto (cujo prazo expira ao final de 2012) seja estendido de 2013 a 2017, pelo menos, basicamente pela União Européia e Austrália, uma vez que Japão, Rússia e Canadá anunciaram que deixarão de integrar o tratado, cuja meta é fazer com que os países desenvolvidos reduzam suas emissões de gases causadores do efeito estufa.

Novo acordo

O texto aprovado em Durban reconhece que há uma lacuna entre a redução de emissões proposta pelos países e os cortes necessários para conter o aquecimento médio do planeta em 2 graus acima da era pré-industrial, objetivo definido na COP-16, realizada em 2010, em Cancun (México).

Segundo o que foi acertado na COP-17, o possível novo acordo deve levar em conta recomendações do novo relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), ainda por ser lançado. Estima-se que as avaliações científicas sobre as medidas para conter o aquecimento global devam ser mais severas.

"Temos de nos orgulhar muito, este é um momento histórico", destacou Figueiredo a jornalistas após o fim da COP mais longa da história, segundo informou a *Folha.com*. "Esta plataforma tem uma chance real de se tornar uma conquista ainda maior que o Mandato de Berlim", acrescentou a comissária europeia do Clima, Connie Hedegaard, em referência ao processo legal presidido em 1995 pela então ministra do Ambiente alemã, Angela Merkel, e que deu origem a Kyoto.

"Desbasta a barreira que existia entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento" - Todd Stern, negociador-chefe norte-americano.

A COP-17 também procurou adiantar a operacionalização do "Fundo Verde", que busca disponibilizar recursos para os países mais vulneráveis às mudanças climáticas combaterem e se adaptarem as consequências do problema. A Coreia do Sul ofereceu recursos para dar início ao funcionamento do mecanismo, mas um dos artigos do texto apresentado em Durban ainda convida as partes a contribuírem.

ONGs criticam resultados

Na concepção de boa parte dos grupos ambientalistas, o resultado em Durban foi muito pior do que o esperado. "Conduzidos pelos Estados Unidos, os países desenvolvidos renegaram as suas promessas, enfraqueceram as regras sobre ações climáticas e fortaleceram aqueles que permitem às suas corporações lucrarem com a crise do clima", criticou Sarah-Jayne Clifton, da organização Amigos da Terra Internacional.

O Greenpeace também acusou os americanos de terem enfraquecido o resultado do encontro africano. "Adiaram um acordo global vinculante por uma década, justo quando os cientistas dizem que precisamos estabelecer um teto para as emissões de carbono", apontou Kumi Naidoo, diretor-executivo do Greenpeace Internacional. "Os países sairão daqui dizendo que foi um grande sucesso, especialmente os Estados Unidos. Mas para o clima não foi", acrescentou Samantha Smith, do WWF.

**publicado originalmente no site*
<http://www.ecodesenvolvimento.org.br/posts/2011/dezembro/acordo-firmado-na-cop-17-compromete-clima-mundial>

12/12/2011

Durban traz avanços, mas não resolve ameaça ao clima

Por Daniela Chiaretti

Foi um momento histórico, celebravam os diplomatas à saída do centro de conferências de Durban, na África do Sul, na manhã de domingo. O pacote de decisões aprovado na mais longa reunião sobre mudança climática da História deu fôlego ao sistema multilateral e é um sinal positivo para equacionar o problema, mas está longe de salvar o clima. Os resultados da 17ª COP das Nações Unidas não levam o mundo a um aumento da temperatura menor que 2º C, como a ciência considera prudente, mas a algo entre 3º C e 4º C, um horizonte de intensos desastres naturais.

O lado bom do que se aprovou na chamada "Plataforma de Durban" é a mensagem política. De prático, delegados de 194 países conseguiram decidir pela continuidade do Protocolo de Kyoto, o único tratado internacional com metas obrigatórias que o mundo tem hoje. Outro ponto fundamental foi concordar em negociar um novo marco legal - outro protocolo que inclua todos os países fique pronto em 2015 e entre em vigor, no máximo, em 2020. A estrutura do fundo climático verde também foi resolvida - a esperança de países insulares que temem o aumento do nível do mar, e das nações mais pobres do mundo, que já sofrem com secas e inundações. Este é o lado animador de Durban.

O lado B dos resultados da conferência mostra que o esforço de negociação produz pequenos avanços. O segundo período do Protocolo de Kyoto, por exemplo, ficou sendo um compromisso restrito à União Europeia (UE), que responde por 11% das emissões globais. O período desta segunda fase de Kyoto não foi decidido e acabou postergado para a próxima COP, no Qatar, no ano que vem. Esta fase poderá ser de 2012 a 2017 (como querem europeus e pequenas ilhas) ou até 2020, como prefere o Brasil. O pior: as novas metas de redução não foram definidas pelos europeus, que colocaram apenas promessas. A decisão virá em maio de 2012 e deve repetir sugestões antigas. A Europa deve cortar 20% de suas emissões em relação aos níveis de 1990. Ambientalistas criticaram o baixo "nível de ambição" do acordo de Durban.

Decidir sobre a necessidade de se fazer outro protocolo, com todos os países cortando emissões, foi outro drama das duas semanas em Durban. A comissária europeia Connie Hedegaard repetia que sua proposta era continuar com Kyoto desde que os outros grandes emissores - China, EUA, Índia e Brasil, principalmente - "promettessem se comprometer", em Durban, com outro instrumento legalmente vinculante que fique pronto em 2015, para entrar em vigor em 2017 ou 2018. No final, a UE conseguiu o que pedia. Mas a data ficou em aberto (com prazo em 2020) e o formato jurídico, bastante vago.

O terceiro pé do resultado de Durban é melancólico. O Fundo Climático, tão esperado pelos países mais pobres do mundo e pelas ilhas, será um canal de recursos para redução de gases-estufa e adaptação aos efeitos da mudança climática. Tem agora seu conselho estruturado, com 24 membros divididos entre países ricos e pobres, e fará as duas primeiras reuniões na Suíça e na Coreia do Sul. Terá gestão híbrida, ligada ao Banco Mundial (como queriam os EUA) e à Convenção do Clima da ONU (como queria o mundo em desenvolvimento). Mas não tem dinheiro. Nos últimos dias, a Alemanha prometeu € 40 milhões (US\$ 53,5 milhões) e a Dinamarca, €15 milhões (US\$ 20 milhões). Mas estima-se que será preciso US\$ 100 bilhões anuais, até 2020, para que enfrentar o problema. A esperança de ter o GCF (Green Climate Fund) montado e fluindo fez com que muitos países carentes apoiassem a proposta europeia e fizessem o processo caminhar. Mas não há nenhuma perspectiva de dinheiro a longo prazo. "Este é o novo futuro possível", comemorava a ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, ao final das plenárias. "Esta é uma reunião histórica, um marco para uma nova era na cooperação", dizia o embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, chefe dos negociadores brasileiros.

Às 7h da manhã de domingo, quando a conferência finalmente terminava, Chris Huhne, ministro britânico de energia e mudança climática, dizia aos repórteres que estavam "dando um sinal muito claro e de segurança aos investidores", referindo-se aos negócios em tecnologias verdes. Todd Stern, o enviado especial em mudança climática dos EUA, dizia que a negociação tinha sido bem sucedida porque trazia todos para o mesmo barco - ou seja, os EUA na mesma situação que a China, as economias emergentes e a Europa, em relação aos sacrifícios que a mudança do clima irá impor.

"Estamos muito desapontados", dizia Samantha Smith, chefe da iniciativa de clima e energia do WWF Internacional. "Este é um acordo político que salva o multilateralismo, mas para o clima é muito pouco." Ela lembrava que não há metas no Protocolo de Kyoto, que o novo acordo tem formato legal vago, que os negociadores não avançaram na busca de novas fontes para financiar as demandas do futuro. "É um processo fraco. Mas o perigo é que, sem ele, caímos em uma forma de G-20 onde os pequenos não têm voz."

"Antes os cientistas tinham um peso muito grande nesse processo, mas depois perderam espaço para o processo político", diz Suzana Kahn Ribeiro, subsecretária de Economia Verde da Secretaria do Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Suzana, uma das cientistas brasileiras do IPCC, o braço científico das Nações Unidas, diz que depois da conferência de Copenhague, em 2009, "a coisa começou a descolar completamente da ciência."

Ela é uma das coordenadoras do relatório "Bridging the Emissions Gap", do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), estudo-referência para indicar o enorme espaço que existe entre o que os cientistas dizem que deve ser feito e o que as negociações internacionais conseguem fazer. O estudo mostra que, para conter o aumento da temperatura em 2 °C, as emissões, em 2020, teriam que ser de 44 gigatoneladas de CO2 equivalente por ano.

Um estudo feito pela organização Climate Action Tracker, que reúne cientistas que estudam o que acontece com as emissões de gases-estufa de acordo com o andamento das negociações, estima emissões de mais de 55 gigatoneladas de CO2 equivalente por ano em 2020. Isto significaria um aumento na temperatura de 3,5 °C ou até de 4 °C com grande impacto na Amazônia e nos recifes de corais, mais secas e enchentes em países africanos e do sudeste asiático, derretimentos de geleiras.

"Não precisamos de mais relatórios e estudos", disse o economista Nicholas Stern, autor do célebre relatório que mostrou que, quanto mais se adiar a redução de emissões globais, mais caro será o processo de adaptação à mudança do clima. "Precisamos de vontade política", completou, em um dos eventos mais concorridos da COP-17.

Fonte: Valor Econômico

12/12/11

Apesar de alguns avanços texto da COP 17 está aquém do necessário para resolver os problemas da mudança do clima

Por Mariana Christovam / IPAM

A décima sétima Conferência das Partes (COP-17) da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima terminou na madrugada do dia 11 de dezembro, em Durban na África do Sul, dois dias depois do previsto para o seu término devido a complexidade das discussões dos grupos da Convenção que não conseguiram concluir os seus textos de decisão até a data do dia 09, quando estava previsto o fim da Convenção.

Os países acordaram elementos importantes para o **mecanismo de redução de emissões de desmatamento e degradação florestal e o aumento dos estoques de carbono, conservação e manejo florestal mais conhecido pelo acrônimo REDD+**.



O [texto-rascunho da decisão do corpo técnico da Conferência](#) (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico – SBSTA, em inglês) que conclui os seus trabalhos na primeira semana, inclui elementos importantes para a implementação do mecanismo.

Um desses elementos é a **orientação para o sistema de salvaguardas** e como as salvaguardas estabelecidas no acordo de Cancun estão sendo tratadas e respeitadas. Uma estrutura para os sistemas de informação de salvaguardas foi decidida, mas as orientações explícitas sobre o seu conteúdo não, por isso essa parte do texto foi considerada bem fraca. Existe ainda a oportunidade para as diretrizes serem reforçadas no próximo ano, bem como a perigosidade de apresentação da informação. De maneira geral, as discussões sobre esse ponto ficaram centradas no tipo de informação que precisa ser submetida, assim como a frequência, que deve ser periódica, e por meio de qual ferramenta a informação deve ser comunicada. Quando a isso, decidiu-se que os países vão usar as comunicações nacionais e outros eventuais meios de comunicação da COP. A implementação desse sistema é fundamental, pois nos permite ver se os programas nacionais de REDD + estão sendo implementados com o consentimento dos povos indígenas e comunidades tradicionais, e se seus direitos estão sendo respeitados.

Outro elemento de grande destaque dessa decisão trata das **modalidades de níveis de referência e níveis de emissão de referência**. Os Níveis de referência são comparações de desempenho importantes das medições de emissões do setor florestal em toneladas de CO₂ carbono por ano. Um nível de referência robusto significa que podemos medir se um país conseguiu reduzir suas emissões e manteve a integridade ambiental.

O texto acordado permite aos países iniciarem um processo de construção do seu nível de referência nacional, que passará por um processo de revisão técnica de um painel de peritos.

Ficou decidido que os países podem utilizar níveis de referência subnacional de maneira provisória e que poderão ajustar os seus níveis de referência periodicamente, quando apropriado, considerando novas tendências, conhecimentos adquiridos e qualquer modificação de escopo de atividades e tecnologia, mas eles terão que justificar cada ajuste individualmente a um painel de peritos. Esta é uma salvaguarda importante que irá promover a integridade ambiental.

Com relação ao último elemento da agenda do SBSTA desse ano - monitoramento e MRV (medição, comunicação e verificação) - o grupo de discussão de REDD+ no SBSTA decidiu não explorar esta questão em relação a assuntos específicos da floresta. Na UNFCCC existe um conjunto de negociações para lidar com esta questão, dessa maneira um encontro de especialistas para discutir este assunto de maneira mais detalhada vai ficar para o próximo ano. (o que era para ter acontecido esse ano, mas por falta de tempo e recursos não ocorreu) Quanto ao corpo político de decisão da Convenção (Grupo de trabalho Ad-Hoc de ações cooperativas à longo prazo, em inglês AWG-LCA) o [texto-rascunho da decisão para REDD+](#) inclui um processo para continuar a discutir as **fontes possíveis de financiamento da fase 3**, a fase de pagamento por resultados, com vias de concluir o trabalho na próxima Conferência do Clima, a COP 18, que será realizada em Doha, no Qatar. O processo inclui o envio de submissões sobre as modalidades e os processos do financiamento das ações baseadas nos resultados de Partes da Convenção e dos Observadores até o dia 05 de março; a produção de um relatório técnico compilando tais submissões e as conclusões de um possível workshop a ser organizado para aprofundar a discussão nessa questão. O texto explicita ainda que devido a experiência alcançada resultante das atuais e futuras ações demonstrativas de uma abordagem baseada em mercado pode ser desenvolvida para dar suporte às ações baseadas nos resultados. As fontes de recursos que se baseiam em abordagens que não incluem mercado, como abordagens de mitigação e adaptação conjuntas para o manejo sustentável e integral das florestas como alternativa que apoie e fortaleça a governança, a aplicação das salvaguardas socioambientais, e as múltiplas funções da floresta podem ser desenvolvidas. O texto cita ainda que independentemente da fonte ou tipo de recurso as atividades devem ser consistentes com as decisões estabelecidas pelo acordo de Cancun, incluindo as salvaguardas que estão contidas no anexo 1 deste acordo.

No âmbito do **Protocolo de Quioto**, as Partes decidiram reafirmar o compromisso do segundo período do acordo que terá início dia 01 de janeiro de 2013 e término em 31 de dezembro de 2017, ou no dia 31 de dezembro de 2020 (a data final ainda vai ser decidida pelas partes no decorrer de 2012). O [texto da decisão](#) inclui ainda elementos importantes como mudança no uso do solo e floresta (LULUCF, em inglês), o comércio de emissões e mecanismos baseados em projetos, gases de efeito estufa, setores e categorias de fontes, métricas comuns de cálculo de dióxido de carbono de emissões antrópicas por fontes e remoções por reservatório, e outras questões metodológicas e a consideração de informações sobre potenciais consequências ambientais, econômicas e sociais, incluindo efeitos colaterais de ferramentas, políticas, medidas e metodologias disponíveis para as partes do Anexo I.

O Anexo 1 da decisão contém ainda uma tabela propondo alterar os objetivos de redução ou limitação das emissões quantificadas (QELRO, em inglês) do Anexo B do Protocolo de Quioto, para o 2º período de Quioto e lista a porcentagem das promessas de reduções de emissões de alguns países até o ano de 2020. As partes deverão enviar os seus QELRO para o Secretariado da convenção durante o decorrer do ano de 2012, de maneira a assegurar a sua implementação a partir de 2013.

Com relação ao **Fundo Verde do Clima**, as Partes estabeleceram a estrutura e a forma do Fundo, fixando duas grandes modalidades de financiamento: adaptação e mitigação. Outras atividades como capacitação e transferência de tecnologia, também serão apoiadas pelo Fundo. A intenção é que haja um equilíbrio entre os recursos para as duas modalidades principais. Haverá a promoção e engajamento de diversos grupos de atores da sociedade civil e ainda salvaguardas sociais e ambientais. Para saber mais sobre o Fundo Verde do Clima acesse: unfccc.int/files/meetings/durban_nov_2011/decisions/application/pdf/cop17_gcf.pdf

De maneira geral, pode-se concluir que as Partes trabalharam arduamente para conseguir apresentar essas decisões, mas a sensação geral expressa por várias partes da Convenção durante a última sessão plenária é a de que o texto final produzido foi insatisfatório, desequilibrado e muito aquém do necessário para resolver os problemas da mudança do clima. Muitas partes, principalmente dos países em desenvolvimento, a exemplo de Venezuela e Bolívia, fizeram duras críticas ao processo de decisão da Convenção e questionaram a plateia se o que eles decidiram iria de alguma maneira servir para tratar dos problemas reais que já vêm enfrentando com as mudanças do clima.

Fonte: <http://www.ipam.org.br/noticias/Apesar-de-alguns-avancos-texto-da-COP-17-esta-aquem-do-necessario-para-resolver-os-problemas-da-mudanca-do-clima/1565>

12/12/2011

Conferência do Clima tem acordo inédito com apoio de EUA e China

Por Afra Balazina

Representantes de 200 países reunidos na 17ª Conferência do Clima da ONU (COP-17) em Durban aprovaram ontem um pacote que prorroga o Protocolo de Kyoto, viabiliza o Fundo Verde Climático e cria um roteiro para o futuro acordo global, que vigorará a partir de 2020, com metas obrigatórias para todos os países reduzirem as emissões de gases-estufa. Será a primeira vez que Estados Unidos e China, os maiores poluidores do mundo, terão compromissos para cortar as emissões de CO2.

Ainda não se sabe como esse futuro acordo global funcionará - os detalhes deverão ser acordados nas conferências dos próximos anos. E a prorrogação de Kyoto acontece de maneira esvaziada. Mas, na avaliação da ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente), o resultado foi "histórico, com todos os países convergindo" para a necessidade de um acordo pós-2020. O embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, negociador-chefe do País, ficou "aliviado por conseguir um resultado robusto".

Para o Brasil, o maior objetivo era garantir a manutenção do Protocolo de Kyoto, o primeiro tratado mundial para combater as mudanças climáticas. O protocolo, porém, só tem metas obrigatórias de corte de emissões para os países industrializados.

A COP-17 obteve o acordo para a realização do segundo período de compromisso do protocolo - sua primeira fase acaba em dezembro de 2012. A duração do compromisso, porém, ainda não está definida. Sabe-se que ele começará em 2013, mas no documento ficaram duas datas de conclusão: 2017 (preferida pelos Estados-ilha) ou 2020 (como queriam a União Europeia e o Brasil). A decisão terá de ocorrer na próxima COP, no Catar.

Atrasos. A presidente da COP-17, a chanceler sul-africana Maite Nkoana-Mashabane, afirmou que foram tomados "passos cruciais" em direção à cidadania global. "O que conseguimos atingir terá um papel central em salvar o mundo de amanhã."

Ela presidiu a mais longa Conferência do Clima da história. Foi elogiada por manter a transparência, mas também criticada pelos atrasos - a reunião deveria ter acabado na sexta-feira.

Com o avanço das negociações, vários ministros não conseguiram remarcar seus voos e foram embora antes de a COP-17 terminar.

Líder. A União Europeia foi a principal liderança ao aceitar se comprometer com o segundo período de Kyoto se os demais países concordassem em fazer um roteiro com cronograma para o futuro acordo global. Japão, Canadá e Rússia decidiram não participar da segunda fase do protocolo, o que o levou a ganhar o apelido de "Kyotinho", já que, esvaziado, perdeu relevância.

A UE insistiu que o acordo futuro deveria ser fechado em 2015, e os países teriam até 2020 para ratificar. Connie Hedegaard, comissária da União Europeia para Ação Climática, citou como importante para o bom resultado o papel do Brasil - a ministra Izabella afirmou na quinta-feira que o País aceitava um acordo com valor legal e metas obrigatórias. "Os Estados Unidos também disseram algo nessa direção e percebemos o avanço."

O chefe da delegação americana, Todd Stern, também estava contente com o resultado. "Decidimos entrar em acordo porque conseguimos alcançar a simetria que buscávamos." Ele ressaltou o fato de que grandes economias, principalmente a China, estavam aumentando muito suas emissões e que a situação não poderia continuar desse jeito.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,conferencia-do-clima-tem-acordo-inedito-com-apoio-de-eua-e-china--,809798,0.htm>

19/12/2011

O evento COP 17 foi uma prévia da Conferência Mundial do Clima.

A FecomercioSP discutiu, nesta quinta-feira (10), os rumos das negociações sobre a redução mundial de CO² e o ônus das medidas necessárias.

Saiba

mais...(http://www.fecomercio.com.br/?option=com_eventos&view=interna&Itemid=11&id=4556)

19/12/2011

COP 17 e a extensão do Protocolo de Kyoto

Para a diretora do Departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Karen Suassuna, a COP 17 será diferente das realizadas em Copenhague e Cancún porque há “grandes chances de se conseguir efetivamente um segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto”. Ainda de acordo com a representante do Ministério do Meio Ambiente, os acordos definidos anteriormente continuam sendo implementados, especialmente o Fundo Verde do Clima.

Saiba mais...(<http://www.observatorioeco.com.br/cop-17-pode-permitir-extensao-do-protocolo-de-kyoto/>)

21/12/2011

Retrospectiva 2011: Protocolo de Kyoto é renovado na conferência da ONU sobre clima

Por *Estadão.com.br*



Efe Maite Nkoana-Mashabane (dir), presidente da COP, e Christiana Figueres, secretária-executiva.

Esvaziada devido à ausência de importantes chefes de Estado, a 17ª Conferência da ONU para mudanças climáticas, que aconteceu no início de dezembro em Durban (África do Sul), terminou com a renovação do Protocolo de Kyoto até 2017. O acordo, que obriga os países desenvolvidos a reduzir suas emissões de gases poluentes, expira em 2012 e não havia outro tratado para substituí-lo. O novo protocolo, que começa a vigorar em 2013, terá a participação de menos países com a saída de Rússia, Japão e Canadá.

A COP-17 também conseguiu viabilizar o fundo Verde Climático e criou um roteiro para o futuro acordo global, que vigorará a

partir de 2020 com metas obrigatórias para todos os países reduzirem as emissões de gases-estufa. Será a primeira vez que Estados Unidos e China, os maiores poluidores do mundo, terão compromisso para cortar as emissões de CO2.

Kyoto muitas vezes é tido como insuficiente, porque a situação atual exige metas mais ambiciosas e também pelo fato de que grandes potências poluidoras, como os Estados Unidos, não serem signatárias.

No entanto, especialistas acreditam que sem renovar os termos do acordo, fecha-se a principal porta para garantir que a temperatura do mundo não suba 2º C, como era o objetivo do tratado.

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foi um desfecho "histórico" para o encontro, mas ambientalistas consideraram o progresso modesto. Os Estados Unidos foram acusados de terem enfraquecido o resultado do encontro africano.

Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/vida,retrospectiva-2011-protocolo-de-kyoto-e-renovado-na-conferencia-da-onu-sobre-clima,813895,0.htm>